



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROBERTO MARRA CARVALHO

**A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA
DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

**CATALÃO
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

ROBERTO MARRA CARVALHO

3. Título do trabalho

A Música como Recurso Didático nas Aulas de Geografia do Ensino Fundamental I

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por Ronaldo Da Silva, Professor do

Magistério Superior, em 19/11/2021, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por ROBERTO MARRA CARVALHO, Discente, em 19/11/2021, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2500915 e o código CRC 565E1912.

ROBERTO MARRA CARVALHO

**A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA DO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Ordenamento do Território Brasileiro.

Linha de Pesquisa: Ordenamento do Território e Estudos Rurais.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo da Silva.

**CATALÃO
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Roberto Marra

A música como recurso didático nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II [manuscrito] / Roberto Marra Carvalho.
- 2021.cxxxix, 131 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós Graduação em Geografia, Catalão, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ensino de Geografia. 2. Recurso didático. 3. Música. I. Silva, Ronaldo da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 201 da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de ROBERTO MARRA CARVALHO, que confere o título de Mestre em Geografia, na área de concentração em Geografia e Ordenamento do Território.

Observações:

1. Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu Artigo 2º: "Art. 2º - A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação."

2. O PPG encontra-se vinculado à UFG, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG)

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, a partir das 14h, à distância, por videoconferência pelo aplicativo *Google Meet*, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada "A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO EM AULAS DE GEOGRAFIA: Ensino Fundamental II". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Dr. Ronaldo da Silva (IGEO/UFCAT-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Dra. Claudia Lucia da Costa (Geografia/UFCAT), membro titular externo; Professor Dr. Adriano Rodrigues de Souza De La Fuente (IGEO/UFCAT-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta afim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o Candidato APROVADO pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Dr. Ronaldo da Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 16h:50m .

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A Música como Recurso Didático nas Aulas de Geografia do Ensino Fundamental II



Documento assinado eletronicamente por Ronaldo Da Silva, Professor do Magistério Superior, em 24/08/2021, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Claudia Lucia Da Costa,
Professora do Magistério Superior, em 24/08/2021, às 16:52, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8
de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ADRIANO RODRIGUES DE SOUZA
DE LA FUENTE, Usuário Externo, em 26/08/2021, às 10:35, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº
8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código
verificador 2297702 e o código CRC 814F8CF4.

Referência: Processo nº 23070.041904/2021-08 SEI nº 2297702

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Ronaldo da Silva, meu orientador, pela confiança e contribuições na escrita deste trabalho.

À minha família.

Ao Programa de Pós-Graduação da UFCAT.

Aos professores da banca, Adriano e Patrícia, pelas importantes considerações na qualificação.

A todos os docentes e demais servidores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG / Regional Catalão (UFCAT em transição).

Aos meus colegas da turma do mestrado.

Aos meus colegas de trabalho da *Escola Domingos Pimentel*, especialmente, à colega Silma, por auxiliar no projeto de pesquisa inicial, à Elisângela, por incentivar a publicação de artigos, ao Fabrício, por contribuir nas ideias sobre a escrita, e ao amigo Reinaldo, que me incentivou desde o início, dando suporte no decorrer de todo o processo, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta dissertação foi escrita com o intuito de contribuir com o ensino da Geografia, tem o foco central na música como recurso didático, especificamente analisando letras que tem um potencial para se trabalhar conceitos geográficos. O recorte da cultura investigado foi o da indústria cultural associada a categoria de análise lugar. Tem como objetivo geral investigar o potencial das letras de músicas no ensino da Geografia através de levantamento bibliográfico e sugestões de aulas. Outro elemento investigado foi a história da indústria fonográfica que está diretamente ligada ao tópico central, pois associa a tecnologia com o modo capitalista de produção e conseqüentemente a vida social e educacional. Nessa perspectiva de mudança de hábitos no que se refere ao consumo da música esse trabalho propõe uma indagação sobre esse recurso didático no ensino de Geografia, utilizando a categoria lugar sendo a melhor a se encaixar na proposta da pesquisa para a classificação dos elementos pertinentes a ciência geográfica. Buscou-se embasamento na Geografia Humanística que trata da percepção, tem a sua base na fenomenologia. Abriu-se a investigação para a Geografia Crítica, por unir aspectos da identidade com a crítica socioespacial. A proposta é refletir sobre o 6º e 7º ano do ensino fundamental, tendo como parâmetro a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sugestões de atividades com música foram incluídas nesse trabalho com o propósito de contribuir para o ensino de Geografia, buscando alternativas ao ensino tradicional para a construção do conhecimento. Há também a discussão sobre a Geografia crítica na reflexão dos principais objetivos da disciplina, essas são pertinentes para a compreensão dos mesmos na educação básica. Os meios tecnológicos foram pensados como sendo uma realidade que existe na sociedade atual como também dentro da sala de aula, maneiras que podem ser úteis. Sob a ótica das novas gerações, os chamados nativos digitais, é que faz-se necessário avançar nas metodologias de ensino. Letras de música e o papel da tecnologia no consumo e na divulgação da música, também, o processo pedagógico com a música na sala de aula na construção de conceitos na geografia foram o fio condutor desse trabalho.

Palavras-chave: Ensino; Geografia; Recurso didático; Música.

ABSTRACT

This dissertation was written with the intention of contributing to the teaching of Geography, it has a central focus on music as a didactic resource, specifically analyzing lyrics that have a potential to work with geographic concepts. The culture section investigated was that of the cultural industry associated with the place analysis category. Other elements investigated were the history of the phonographic industry, which is directly linked to the central topic, as it associates technology with the capitalist mode of production and, consequently, with social and educational life. In this perspective of changing habits regarding the consumption of music, this work proposes an inquiry into this didactic resource in the teaching of Geography, using the category place that best fit in the research proposal for the classification of elements relevant to geographic science. A foundation was sought in Humanistic Geography, which deals with perception, with its basis in phenomenology. The investigation in critical geography was also approached, for uniting aspects of identity with socio-spatial criticism. The proposal is to reflect on the 6th and 7th year of elementary school, having as a parameter the Common National Curriculum Base (BNCC). Suggestions for activities with music were included in this study with the purpose of contributing to the teaching of Geography, seeking alternatives to traditional teaching for the construction of knowledge. There is also a discussion about radical geography in the reflection of the main objectives of the discipline, these are relevant to understanding in elementary education. Technological means were thought to be a reality that is part of our society's everyday life as well as within the classroom, ways that can be useful. From the perspective of new generations, the so-called digital natives, it is necessary to make progress in teaching methodologies. Lyrics and the role of technology in the consumption and dissemination of music, also, the pedagogical process with music in the classroom in the construction of concepts in geography were the guiding principles of this work.

Keywords: Teaching; Geography; didactic resource; Song.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - BNCC : Educação Básica – competências gerais.	63
Figura 2 - BNCC : Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades em Geografia.....	64
Figura 3- BNCC : Organizador Curricular e Código alfanumérico no Ensino Fundamental	65

QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos princípios do raciocínio geográfico (BNCC)	61
Quadro 2 - Unidades temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades para o 6º Ano do Ensino Fundamental II (BNCC)	66
Quadro 3 - Habilidades BNCC – 7º ano	75

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1.	CULTURA, MÚSICA E ENSINO DE GEOGRAFIA	19
1.1	CULTURA E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA	20
	1.2 MÚSICA, CULTURA DE MASSA E PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	31
	1.3 CATEGORIA LUGAR, MÚSICA E ENSINO-APRENDIZAGEM	41
2.	IDENTIDADE, ESPAÇO, LIVRO DIDÁTICO E MÚSICA	55
2.1	IDENTIDADE E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA	55
2.2	LIVROS DIDÁTICOS: CONCEITOS DE GEOGRAFIA E MÚSICA NA SALA DE AULA	65
2.3	CAMINHOS E DESCAMINHOS DO USO DA MÚSICA EM AULAS DE GEOGRAFIA	86
3.	A MÚSICA COMO RECURSO NO ENSINO DE GEOGRAFIA	92
3.1	GEOGRAFIA CRÍTICA, ESCOLA E ENSINO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 92	
3.2	RECURSOS DIDÁTICOS, TECNOLOGIA E MÚSICA NA SALA DE AULA	100
3.3	POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS E CULTURAIS DA MÚSICA NA ESCOLA E NA GEOGRAFIA	110
3.3.1	<i>Possibilidades de se utilizar na prática a música como recurso didático</i>	112
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a discussão da pesquisa, é pertinente fazer uma apresentação. Sou professor, com licenciatura em Geografia, e atuo na educação básica há 14 anos, lecionando sempre em escolas públicas, estaduais e municipais. Tenho uma segunda graduação em Direito, sendo advogado regularmente inscrito na OAB, em que milito na área Cível, em Uberlândia-MG. Também sou músico, e meu contato com a música iniciou-se há 22 anos, então, toco em quatro bandas atualmente, todas dentro do cenário *underground*.

Possuo um estúdio em minha casa, onde trabalho como produtor musical, gravando bandas e produzindo materiais de áudio e vídeo. Além disso, produzo eventos, documentários, clipes, *podcasts*, sou ator e tenho um *site* voltado para o rock (em geral). Já fiz vários projetos musicais em escolas, sempre trabalhando com a Geografia, levando instrumentos para a sala ou mesmo trabalhando com músicas que foram gravadas por mim no meu estúdio, além de músicas de outros compositores. Desta forma, o tema do meu trabalho é de suma importância para mim, por se tratar de algo que está inserido no meu cotidiano.

Partindo à temática, há uma imensa gama de oportunidades para explorarmos o ensino, portanto, a pesquisa aqui desenvolvida é sobre uma dessas possibilidades, trazendo uma indagação ao tema “música como recurso didático e inserida no ensino”, no caso em tela, na Geografia. Mesmo que se trate de uma área da arte, na nossa pesquisa pretendemos investigar de que modo as letras de músicas podem ser pertinentes ao ensino, considerando possíveis formas para obtenção de um resultado satisfatório por meio do uso desse recurso didático. Assim, este texto discorre acerca de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, com análise de conteúdo.

Um primeiro ponto relevante é que a música, enquanto algo que envolve a arte, diz sobre a cultura como um todo. O foco desta pesquisa, apesar de se restringir ao uso do recurso didático em aulas de Geografia, eleva a discussão da música entorno da indústria cultural. Esta é inserida na visão mercadológica e, conseqüentemente, se relaciona ao sistema capitalista, que repercute diretamente no modo de vida das pessoas, sendo que a educação e a música estão intimamente ligadas a tais fatores.

É através dessa discussão que aproximamos a música ao tema “educação e indústria cultural”, sendo este último visto na cultura de massa, que reflete diretamente no modo de vida das pessoas e também no ambiente escolar. Uma amostra de como um sistema

econômico consciente do tempo livre do trabalhador consegue arquitetar o consumo, com base no descanso do trabalhador, está na relação deste com os produtos que consome.

Trabalhamos, deste modo, a categoria lugar por acreditarmos que está intrinsecamente associada à identidade e à música, incumbida de verificar a relação existente entre o sentimento de pertencimento do aluno defronte aos materiais musicais, utilizando-os como recurso didático, para enfim refletirmos sobre a própria realidade.

Consideramos que a música tem a capacidade de resgatar, através de detalhes sensíveis, o lugar, seja ele vivido pelo expectador ou não, pois transmite a própria existência do ser. Por isso, selecionamos essa categoria de análise, que se encaixa melhor na proposta da pesquisa. O ensino nos permite buscar esse entendimento de significado por meio da música, podendo ser explorado nesse sentido, chegando à construção do conhecimento.

Para compreendermos de que forma a música pode ser utilizada como recurso didático, vemos como necessário discorrer sobre a história da indústria fonográfica, abarcando a sua evolução, explicando como chegamos ao nível tecnológico atual e como a música foi inserida no âmbito da produção capitalista, mesmo sendo considerada arte, não fugindo de toda uma dinâmica econômica.

Desde o início da ascensão de aparelhos sonoros, para a reprodução de músicas, houve, no decorrer da história, uma produção em série que permitiu que mais pessoas tivessem acesso, com isso, uma massa de pessoas foi “beneficiada”. A possibilidade de ter acesso a algo que, no início da produção, só os mais abastados tinham, mudou tudo, no que tange ao “portar” a música. Houve, então, uma revolução no modo de vida e no acesso, possibilitando cada vez mais pessoas, num período mais rápido, consumirem o áudio, desde os grandes aparelhos, com discos de vinil, até o *smartphone*. Nesta dissertação, essas questões foram investigadas, a fim de obtermos possíveis respostas sobre a música na vida das pessoas, consequentemente, na vida escolar.

Como consequência de tal aquisição, agora é possível um aluno ter acesso a qualquer música e mais, posto que possa, caso queira, gravar suas próprias músicas, por meio de aplicativos, por exemplo. Se pensarmos nessa hipótese juntamente com o ensino de Geografia, podemos ter infinitas possibilidades para a construção de conhecimento através dos conceitos básicos, apontados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Partindo da BNCC, apresentamos uma reflexão sobre a formação dos docentes, que, sem dúvidas, proporcionará um melhor resultado ao aplicarmos atividades em sala de aula. A categoria lugar, aqui, estará ligada a essa questão, uma vez que caberá à autonomia do professor direcionar suas aulas, de acordo com suas habilidades e segundo nossas sugestões,

associando a música com a identidade e aliando a crítica das letras (na vivência do cotidiano) com a interpretação do mundo.

É com base na literatura, principalmente na obra de Tuan, que propomos uma análise da pertinência da associação dos conteúdos da Geografia às letras das músicas, destacando a categoria lugar. Levamos em conta que na construção das sociedades, adquirimos seus significados quando transformamos e criamos, ainda que diante das necessidades ditadas pelo capital.

A categoria de análise é de suma importância quando se quer classificar elementos de uma ciência, buscando entender melhor elementos próprios para discutir o campo da realidade com a sala de aula. Assim, é essencial ao professor preparar e entender melhor cada realidade trabalhada a cada ano escolar, em posse de dada sensibilidade ao selecionar os melhores recursos didáticos. No que se refere a essa pesquisa, elevamos a escolha do repertório para alcançarmos um resultado possível à construção do conhecimento.

Outro ponto “chave” do estudo proposto está calcado na fenomenologia, que busca, a princípio, a percepção, indo ao encontro da Geografia Humanística, que se utiliza das fontes desse campo filosófico. Inicialmente, devemos entender como pode a ciência ter um olhar interdisciplinar e não focado exclusivamente no campo material. Portanto, faremos uma explanação a respeito disso.

Outro ponto a ser apurado é não abrir mão de um olhar crítico sobre a realidade, salientando a Geografia Crítica, que, ao primeiro pensamento, parece ser antagônica à humanista. Porém, afirmamos a pertinência do trabalho mútuo com as duas correntes, uma vez que para se alcançarmos resultados em séries do ensino básico é necessário investirmos em multivisões, ao nosso entender, não sendo excludente pensarmos em identidade juntamente com a crítica socioespacial, que pode ser reforçada pelo sentimento de pertencimento.

Buscaremos, aqui, dar sugestões de letras de músicas a serem trabalhadas em sala de aula, fazendo um paralelo com as habilidades dos anos escolhidos para a pesquisa, que são o 6º e 7º do Ensino Fundamental II. A Base Curricular traz consigo objetivos a serem alcançados nas respectivas faixas etárias, sendo imprescindível considerá-la, traçando sugestões de como associar essas habilidades, encaixando-as em um repertório para além da reflexão, sendo um chamamento para futuras discussões acerca dos conceitos geográficos básicos.

Este trabalho não tem como propósito o ensino da música em si, por isso, é importante frisarmos que pensamos atividades que têm a música com plano de fundo, ou seja, não necessariamente abordando conceitos musicais. O nosso intuito é, em outras palavras, traçar

sugestões de atividades que visam o conhecimento geográfico, tendo como suporte material a música.

Finalmente, apresentaremos, por meio de imagens, os objetivos da BNCC, fazendo propostas para serem utilizadas por outros professores, que queiram e se interessem por música, utilizando-a como recurso didático. Não se trata de utilizá-la sem compromisso, visto que objetivamos demonstrar como as letras podem refletir os pensamentos de compositores, inclusive no que tange à própria realidade.

No último capítulo deste trabalho, demonstraremos sugestões de atividades a serem trabalhadas em sala de aula, sem a pretensão de nos aprofundarmos sobre a BNCC em si, porém, sem nos desvencilhar da questão, por se tratar de um norte relevante a ser buscado. Nesse sentido, apresentaremos algumas orientações da Base Curricular e ideias sugeridas, indo ao encontro do objetivo principal, que é a construção do conhecimento.

Visando pesquisar o ensino da Geografia e o uso da música como recurso didático, discutiremos questões imprescindíveis para enriquecer e nortear o debate. Uma delas é a própria Geografia Crítica, sendo que analisaremos o quanto ela pode ser útil para entendermos o processo de ensino, inclusive como ela pode ser utilizada e compreendida na educação básica.

Demonstraremos, assim, como a Geografia Crítica tem mais de uma perspectiva a ser analisada e compreendida no que tange à sua função no ensino. Discorreremos acerca de diferentes pontos de vista, por exemplo, da Geografia Crítica Socioambiental e a visão marxista, além de questões sobre a “polarização” e coisas que podem ser confundidas com a ideologia partidária e a (in)justiça social. Então, buscaremos respostas para discussões sobre a verdade unilateral do radicalismo do ramo da ciência, que surgiu para se contrapor a Geografia Tradicional e a Quantitativa.

Abordaremos argumentações de pesquisadores sobre a crítica em si mesma, na busca de propor soluções, vendo como relevante o que causa a mobilização para tantos professores lecionarem essa disciplina. Entendendo que a abordagem geográfica se dá pela interação entre o meio natural e o humano, as reflexões aqui tratadas são importantes para melhorar as técnicas de ensino, destacando a música como recurso didático que auxilia nessas discussões.

Em vista disso, pesquisaremos sobre a evolução dessas discussões, que partem da pesquisa acadêmica, até chegar à educação básica. Observando as gerações que recebem influências e que, já nos final dos anos de 1980, perceberam mudanças nos livros didáticos, constatamos que a utilização da música nas aulas de Geografia é um bom exemplo de mudança de paradigma. Não apenas no uso de forma mecânica e desordenada, mas também

na possibilidade de um planejamento que visa romper com o ensino tradicional que se pauta principalmente pela transmissão de informações.

Em meio às tentativas de inclusão da música nas aulas de Geografia, nos interessa, também, os meios pelos quais ela é reproduzida. Por isso, refletiremos sobre os meios tecnológicos, analisando como eles estão disponíveis aos alunos para demonstrarmos se são úteis nas aulas de Geografia.

Uma das indagações que levantamos é se essa união entre a música e os meios tecnológicos pode enriquecer o ensino-aprendizagem. Para respondermos a questão, discutiremos acerca da proposta de incluir a música por meios de reprodução do áudio e vídeo e se isso tem efeito positivo. Ademais, propomos fazer uma reflexão sobre o saber geográfico que, em nosso estudo, se sobrepõe ao saber eletrônico, pois é relevante lembrarmos que o professor de Geografia é, antes de tudo, professor.

Seguindo as propostas de pensarmos o digital, não poderíamos deixar de mencionar a questão da acessibilidade, visto que estamos em um país extremamente desigual, ainda que possua uma popularização de aparelhos que reproduzem música, principalmente os celulares. Por essa razão, nem sempre será possível aplicar a música como recurso didático, sendo necessário fazer uma sondagem inicial, isto é, saber quanto há de tecnologia na escola em questão, levantando os recursos da instituição e também os alunos.

Portanto, analisaremos a conjuntura na qual se encontra a atual sociedade no tocante ao saber tecnológico, sendo nomeada por autores como “a era do conhecimento”, em que os nascidos em tal geração são chamados de “nativos digitais”. A questão da tecnologia é relevante por se tratar de algo que já está impregnado nas novas gerações, havendo pessoas inseridas em todo tipo de tecnologia, usando de várias linguagens. Deste modo, há um encontro entre o mundo virtual com os sujeitos no mundo sociocultural.

Indo além do pensamento do uso de aparelhos reprodutores de áudio e vídeo, exporemos a contribuição disso em perspectiva do ensino, o que é possível por meio dos diferentes sentidos visados, alcançando o aprendizado. Como estimular os discentes a partir dos sons e propor metodologias que diferem das aulas expositivas? A gênese desse trabalho questiona isso, buscando, com sensibilidade, aguçar o entendimento sobre os conceitos da Geografia.

A ênfase nas letras que propomos aqui vai ao encontro do objetivo de analisar os conteúdos, causando diferentes percepções, pois acreditamos que a música é transformadora, e, juntando a mensagem com a parte instrumental, ela se torna ainda mais propícia ao aprendizado. A letra, que muitas vezes trata sobre o cotidiano, liga-se à própria realidade do aluno, o que é potencializado, ainda mais, quando as associamos aos vídeos clipes.

Outra proposta desta pesquisa é demonstrar como usar a música em sala de aula. Logo, traçamos sugestões norteadoras, sem a menor pretensão de esgotar as possibilidades ou restringir o assunto. Visamos, aqui, algumas propostas úteis como suporte àqueles que estão na educação básica, trazendo uma pequena contribuição para enriquecer o ensino de Geografia.

Desejamos, com essas demonstrações, traçar a aproximação entre a poesia e as letras de músicas, que estão, de certa forma, unidas na arte. Nas aulas, seria possível, pela pertinência das letras, utilizá-las sem a presença do repertório instrumental, porém, consideramos ambos os elementos relevantes ao alcance de resultados em sala. Aos alunos, a parte melódica traz consigo algo que pode tocar e despertar emoções diversas.

Por meio dos ritmos e cantos, as mensagens dão maiores significados para as palavras. Nas músicas, uma menção sobre algum conceito vai além do seu sentido literal, cabendo a interpretação, independente de qual conteúdo for tratado, sendo possível criarmos laboratórios em sala para a realização de discussões acerca de diversos temas.

O professor seleciona o repertório que melhor representa os assuntos geográficos, constando que não necessariamente as músicas elencadas se encaixarão com literalidade nos conceitos geográficos, pois essa não é a ideia central. Consideramos que a partir de assuntos correlatos, isto é, que se relacionam, os conteúdos e sua abordagem se tornam mais produtivos em aula.

Analisaremos, então, possíveis contribuições para trabalharmos as músicas nas aulas de Geografia, nos questionando acerca de quais competências e habilidades deverão ter os alunos do ensino básico, apresentando sugestões que estejam envolvidas com a música. As propostas apresentadas são fruto da pesquisa aqui em questão, além da própria prática docente, destacando intervenções que devem ser pensadas, não como soluções, haja vista que precisam ser repensadas constantemente para haver uma evolução na prática.

A seguir demonstro como esse trabalho está estruturado. Contém seis partes, introdução, capítulos um, dois e três, considerações finais e referências. No primeiro capítulo haverá uma análise sobre o tema cultura, trazendo o recorte música para iniciarmos a discussão, levantamento bibliográfico acerca de como a cultura está inserida no cotidiano das pessoas e conseqüentemente na vida escolar. A cultura de massa como algo sendo pertencente ao âmbito de aprendizagem, buscando interligar a categoria lugar a música e o ensino- aprendizagem.

No segundo capítulo trataremos a identidade numa perspectiva crítica para a construção do espaço. É de suma importância conhecer essa visão geográfica e social, propostas pedagógicas que virão posteriormente, apresenta-se autores que tratam dos temas em questão.

Nesse capítulo houve um trabalho direto com as letras de músicas e os conceitos geográficos do livro didático. Várias correlações foram construídas na perspectiva de se integrar à música, livro didático e aula de geografia.

A proposta do último capítulo desse trabalho se baseará na Geografia crítica, no seu uso enquanto olhar pedagógico analisá-la na escola sob o prisma de uma educação contemporânea. Como os recursos didáticos proporcionados pela tecnologia estão inseridos na sociedade, e como isso pode intervir nas aulas de Geografia. Por fim, propor metodologias para se empregar o recurso didático música em aulas, sugestões que servirão para aqueles que queiram usá-la como meio de construção do conhecimento. Ao final dessa pesquisa faremos um levantamento da contribuição feita por essa pesquisa.

CAPÍTULO I

1. CULTURA, MÚSICA E ENSINO DE GEOGRAFIA

1.1 Cultura e aprendizagem na sala de aula

Há um vasto universo a ser explorado em relação à sala de aula e, ligadas às metodologias de ensino, podemos visualizar várias tentativas de obter melhores resultados, dispostas tanto no campo da teoria, quanto no campo da prática. Partindo ao tópico que aqui nos propomos a investigar, notamos, primeiramente, que trata-se de um assunto que exige aprofundamento teórico para a compreensão da concepção de cultura associada à música e de que forma ela pode ser trabalhada em sala de aula.

A priori da cultura, entendemos que é imprescindível abordá-la de forma geral antes de chegarmos ao ponto específico da indústria cultural, uma vez que esse fenômeno esteja arraigado culturalmente e socialmente na população em geral, refletido cotidianamente em sala de aula.

A origem de tal termo, de forma ampla e segundo Chauí, é:

Vinda do verbo latino *colere*, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura; com as crianças, donde puericultura; e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios (CHAUÍ, 2009, p. 24).

Nesse sentido, consideramos a abordagem da cultura muito ampla, sendo necessário, aqui, apresentarmos alguns conceitos gerais que norteiam o pensamento até a temática da indústria cultural. Partindo disso, destacamos outra definição do que vem a ser cultura, que é um ponto de partida para o trajeto deste trabalho. Santos (2006, p. 24) enfatiza que a cultura está relacionada ao conhecimento, as ideias e crenças, bem como também como aos elementos da vida social. Conceitua:

Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. Podemos assim falar na cultura francesa ou na cultura xavante. Do mesmo modo falamos na cultura camponesa ou então na cultura dos antigos astecas.

Essas definições são bastante diferentes daquilo que conhecemos por cultura nos tempos atuais, posto que com o passar dos anos as explicações vêm sendo ampliadas, incluindo em uma perspectiva mais específica, isto é, na chamada indústria cultural, cujas ideologias e elementos têm dado uma nova roupagem às tendências abarcadoras dos gostos dos consumidores. Desta forma, observamos, no decorrer do tempo, a conquista dos trabalhadores rumo a “mais tempo livre”, fato que, todavia, não é desassociado do labor, ou

seja, a esfera do trabalho atrela-se ao aumento do consumo, diante do mercado voltado, cada vez mais, à produção. Para explicitar essa dinâmica econômica, temos o seguinte trecho:

Mas para que o capital se encarregasse da reprodução da força de trabalho e expandisse o reino da mercadoria a todas as classes sociais duas condições eram necessárias: (a) que uma parte do salário destinado à alimentação fosse usado na compra de bens industriais, sem reduzir o consumo (ainda baixo) de alimentos pelas famílias, e (b) que o valor dos bens industriais não fosse tão alto a ponto de exceder a parte do salário a eles dedicada e, mais: esse salário deveria ser capaz de adquirir um número crescente desses bens para que a produção pudesse expandir-se (BOLAÑO, 1993, p. 99).

O acesso aos bens de consumo foi incluso aos trabalhadores à medida que houve a necessidade de se encontrar um maior mercado consumidor, pois, antes da alavancada de produtos a consumo, não houve alcance que incluísse todos os operários de uma forma geral. Entretanto, é importante entendermos como é dada essa inclusão, contemplando a realidade dos assalariados e sua relação com o acesso aos bens de consumo. E é justamente no ponto da junção do campo econômico e financeiro ao cultural que se destacamos interesses daqueles que passaram a disponibilizar mercadorias, estas que até então eram inatingíveis à classe operária e que, atualmente, são disponíveis no campo da cultura de uma forma abrangente, como explicita Bolaño (1993), ao dizer que o consumo estabelece o elo entre a economia e a cultura no capitalismo e é visto como uma vitória do sistema de produção associada ao declínio do comunismo no leste europeu.

Ainda conforme o autor, a origem da indústria cultural é contemporânea do surgimento do capitalismo monopolista, configurando-se como peça-chave para a reprodução do modo de vida idealmente, como vislumbrado na propaganda e publicidade que se lançam ideologicamente, intensificando a sociedade do consumo.

Corroborando com esta visão, Adorno (1995) retrata a ideologia capitalista como sendo um importante aspecto a ser levantado, haja vista que o trabalhador trata o seu ofício como algo que deve ser esquecido no tempo livre e, mesmo não estando no seu horário de trabalho, não percebe que o lazer parte de uma ideologia que é imposta pelo mercado, conforme: “Não significa menos do que, mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que age por vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho” (ADORNO, 1995, p.71).

Essa vontade de ser livre (somada à crença de ter livre-arbítrio) faz com que a indústria cultural proporcione estratégias que são postas como opções possíveis, mas que, na verdade, são provenientes de um engodo, como defende Costa, ao colocar que “para que todos

possam ser atingidos pela mão invisível da indústria cultural, as próprias distinções são criadas, cunhando, assim, um certo ar de opção” (COSTA, 2013, p. 144).

Destarte, tais “formas de escolher” definem-se por uma falsa sensação de liberdade, ascendendo a partir de sequelas do processo da indústria cultural, a qual possui mecanismos ideológicos e cuja funcionalidade é possível pela noção de “liberdade” dos homens capazes de desejar o consumo. Eis, deste modo, o princípio liberal e individualista que fundamenta a indústria cultural, sob o discurso de que tudo pode ser vendido e comprado.

Nesse viés, a percepção do tempo livre mostra-se como o que o operário espera adquirir para se desvencilhar da árdua e penosa rotina, ao passo que acredita ter momentos não-relacionados ao seu emprego, ligado ao princípio da lógica do capital, como nos ensina Adorno: “Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas (ADORNO, 1995, p. 74).

Assim, rodeados dessa ideologia cultural, não percebemos que somos dependentes não só das coisas materiais, mas também em aspectos psicossociais, visto que vivemos em busca da nossa própria inclusão. Além disso, há o âmbito espiritual, firmado nas motivações cotidianas materialistas e consumistas, o que é refletido na indústria cultural (ADORNO, 1995).

Acerca dos objetos de consumo, cabe destacarmos a existência de uma padronização direcionada às características das mercadorias e evidenciada, por exemplo, pelos inúmeros lançamentos de músicas que circulam culturalmente e socialmente. Em outros termos:

[...] esse devaneio se esvaece quando, diante de um olhar mais atento, percebemos que essas mesmas sequências padronizadas estão também nas atividades de lazer, sem que tenhamos consciência disso. Os ritmos binários dos últimos hits são facilmente memorizados e fornecem a sensação do retorno a uma eterna banalidade (ZUIN, 2001, p. 13).

Desta forma, visualizamos as condições atreladas às práticas do dia-a-dia nas quais todos estão submetidos no mercado cultural, em vista que “nesse clima industrial da cultura, canções e filmes estandardizados nascem e renascem a cada dia” (COSTA, 2013, p. 15).

Zuin (2001) disserta que, diante da monotonia, buscamos viver em de acordo com os parâmetros normalizados, seguindo os compassos já estabelecidos, nos sentindo compensados pela felicidade de estarmos integrados ao sistema. Essa visão de que o lazer tem que ser para se libertar dos momentos de trabalho é também discutida em função da questão de que somos condicionados para fazer coisas ditas “divertidas”, vivendo alienados, como esclarece Costa:

O princípio maior da indústria cultural é a diversão, o entretenimento. Diversão! Palavra tão mencionada pelos apologistas da indústria cultural e tão indigesta (faca de dois gumes). A diversão, nos termos mais genéricos da indústria cultural – diga-se de passagem –, oferece exaustivamente a fuga do cotidiano (COSTA, 2013, p. 145).

Nessa mesma linha, o autor relata que não há crítica nem resistência, posto que se trate de uma distração para que não se questione praticamente nada, o que anula a emancipação do sujeito em meio a isso. Assim, o que se entende acerca do tempo ocioso é que ele está intimamente ligado ao sistema capitalista, uma vez que não há como desassociá-lo da ideologia do capital, que não deixaria de lado um nicho tão promissor. Portanto, podemos pensar como isso tudo foi pensado em prol da exploração em um mercado.

Temos, no fragmento abaixo que:

Quando se aceita como verdadeiro o pensamento de Marx, de que na sociedade burguesa a força de trabalho tornou-se mercadoria e, por isso, o trabalho foi coisificado, então a palavra „hobby” conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre (ADORNO, 1995, p. 72).

Essa relação entre o tempo livre e a ideologia capitalista é cada vez mais forte dentro de um sistema em sua busca incessante pelo lucro, sendo que sua atuação não ocorre fora da ótica do trabalho, em outras palavras, a alienação está presente também no tempo ocioso, como defende Adorno (1995). Logo, seria inoportuno exigir das pessoas algo produtivo no momento em que não estão trabalhando, porque a própria alienação destruiu nelas a sua produtividade, a sua capacidade criativa. Aquilo que produzem tem o que o autor chama de supérfluo, o que liga-se a uma qualidade inferior da produção, apresentando-se como algo sem muito sentido, configurado como uma necessidade social.

Seguindo essa mesma ideia de que a arte, cultura e o entretenimento, em geral, tornaram-se algo consumível do ponto de vista do comércio, Bolognesi (1996) as concatena como sendo a mesma coisa ao dizer que enquanto valores de troca dos produtos culturais, elas não diferenciam-se dos materiais, isto é, de uma mercadoria qualquer, pois ambas têm, no sentido mercadológico, a mesma origem e resultam de um idêntico processo reificado e, no caso em tela, há um grande interesse do mercado na música.

Partindo da chamada indústria cultural, Horkheimer (2002) afirma tratar-se daquela que tenta padronizar, colocando todos os gostos dentro de um mesmo patamar, cujas diferenças são mostradas de forma artificiais, pressupondo que a civilização de massa é idêntica e tende a uniformizar-se.

Essa tendência tem explicação e fundamenta-se no capitalismo moderno que incumbiu-se de fomentar a sua ideologia mesmo no tempo ocioso das pessoas, ditando gostos e comportamentos, conforme explica Horkheimer: “O trabalhador, durante seu tempo livre, deve-se orientar pela unidade da produção” (HORKHEIMER, 2002, p. 4). A partir de tal orientação, as sociedades passaram a ter que respeitar algumas tendências para serem reconhecidas, sob pena de serem vistas como aculturadas. Nos termos de Chauí (2009, p. 25):

As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do Ocidente capitalista, e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Que elementos eram esses? O Estado, o mercado e a escrita.

Considerando a explanação acima devemos atribuir a planificação das tendências aos interesses do capital, refletindo como isso é visto na sala de aula, no caso, na disciplina de Geografia ministrada ao Ensino Fundamental II. Nesse viés, deve-se vislumbrar a música como uma possibilidade de aprender, visto que suas letras¹ podem interferir diretamente na interpretação da realidade, aguçando a crítica, pois, além do próprio texto, há a interpretação do artista, que traz consigo determinada visão da realidade.

A fim de explorarmos adequadamente a temática da música, é necessário entendermos e diferenciarmos a música, a canção e a composição, visto que essa distinção é fundamental para o propósito deste trabalho, que é usar a música em sala de aula, interpretando sua letra. Desta maneira, segundo Med (1996), “a música é a arte de combinar sons”, sendo que o autor ressalta que ela é cultivada desde eras remotas, dando exemplos dos chineses há 3.000 a. C., e os gregos, que tinham Euterpe como protetora da música e, posteriormente, os católicos, que tinham Santa Cecília (232 d. C.) como sua padroeira. Logo, a música ultrapassa sociedades e períodos históricos.

Para Med (1996), além dessa visão holística, a música pode ser entendida em partes, a primeira, escrita por um compositor, sendo percebida pelo ouvinte. Nesse meio, há uma figura importante, chamada de intérprete, que pode ser o compositor ou não. Para o autor, a música, além de arte, é também ciência, já que exige dos compositores e intérpretes a técnica, que é adquirida por longo período de estudo.

Já, adentrando o campo da canção, pensa-se na junção da melodia com a letra, combinando-as entre si, como enfatiza Oliveira (2006, p. 326):

¹ Ressaltamos aqui que por mais importante que seja os estilos musicais utilizados nesse trabalho, como o “rock” e a MPB, são as letras das músicas consideradas primordialmente, ou seja, estilos são importantes na escola para se trabalhar os conteúdos quando for considerado aqueles mais populares em nosso país, porém é a análise de conteúdo que melhor identifica esse trabalho. Ela é o carro chefe, a princípio é a letra e não o estilo musical que se encarregará de fazer a ponte entre os conceitos geográficos com o recursos didático.

Compor uma canção significa, pois, eliminar a fronteira entre fala e canto. Combina-se, assim, a continuidade linear da melodia, cujo fluxo se adapta naturalmente às vogais da linguagem verbal, com fricção e descontinuidade oferecidas pelas consoantes, que segmentam o discurso verbal em fonemas, palavras, locuções, etc. O compositor tem de amalgamar, num todo único, articulação linguística e continuidade melódica.

Dando continuidade ao tópico da música, é relevante trazermos o conceito de prosódia, uma vez que nosso trabalho tem o foco primordial nas letras de música e não apenas na parte do instrumental. Tatit (2016) chama de “indissociável a frase melódica e a frase linguística”, portanto, para haver uma composição, os letristas, também chamados de compositores, se distanciam da poesia propriamente dita, devendo haver uma diferença entre a dicção cantada e falada, como bem explicita o autor:

É nesse sentido que os letristas diferem significativamente dos poetas. O seu principal desafio é encontrar a expressão ou frase linguística que retire da melodia o seu valor prosódico. Só depois entra em pauta a coerência semântica da letra, às vezes com dependências sintáticas bem elaboradas, outras com justaposições flutuantes pouco definidas em termos narrativos. De todo modo, a relação da letra com a melodia produzindo oralizações plausíveis é sempre mais determinante que a lógica discursiva do componente linguístico (TATIT, 2016, p. 15).

Retomando acerca da modificação do que era dito em relação à cultura, já na época do Iluminismo, como nos ensina Chauí (2009, p. 25), “por tomarem a noção de progresso como medida de cultura, os antropólogos estabeleceram um padrão para medir a evolução ou o grau de progresso de uma cultura, e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista.”

Essa propensão é sem dúvida algo feito sob o prisma de uma forma de manipulação e conquista por interesses, que é apresentada por Horkheimer (2002, p. 12):

Mas, ao mesmo tempo, a mecanização adquiriu tanto poder sobre o homem em seu tempo de lazer e sobre sua felicidade, determinado integralmente pela fabricação dos produtos de divertimento, que ele apenas pode captar as cópias e as reproduções do próprio processo de trabalho.

A busca pela intervenção do tempo ocioso tem causas de mercado, e isso influenciou diretamente no campo cultural, uma vez que as tendências incumbiram-se de atuar sobre os novos modelos padronizados da indústria cultural. Tal fato, que vemos na vida econômica, é disposto também na vida social e, conseqüentemente, não está fora da vida escolar. A fim de ilustrarmos essa visão, temos, nas palavras de Libâneo (1990), a questão da mutabilidade da finalidade da educação e seus objetivos, conteúdos e métodos, que modificam-se conforme o contexto. Respectivamente, o ensino (em geral) de Geografia poderia usar a música como ferramenta de aprendizagem, ainda diante das múltiplas contradições, já que a música é arte,

cultura popular e, inclusive, ferramenta da indústria cultural e do entretenimento. Destarte, há muitas potencialidades para seu uso em sala de aula, haja vista que é possível usá-la criticamente para pensar a identidade, o lugar, conflitos sociais etc. Nesse sentido, Maia (2000) defende que os indivíduos são adaptados às ideologias provenientes do modo de produção capitalista, constituídas de acordo com hábitos que se desenvolvem nessa sociedade, abrangendo, além disso, a educação.

Ainda sobre essa questão (o tempo em que o trabalhador não está executando suas funções), a indústria cultural, unida com o sistema financeiro, objetiva inserir nas vidas das pessoas algo que elas, em muitos casos, não teriam se não fosse por intermédio dos “donos do papel”, aqueles que querem incluir a todo custo um modo de viver e pensar da população, conforme:

Ela é um tipo de mercadoria, preparado, inserido, assimilado à produção industrial, adquirível e fungível, mas o gênero de mercadoria arte, que vivia do fato de ser vendida, e de, entretanto, ser invendável, torna-se - hipocritamente - o absolutamente invendável quando o lucro não é mais só a sua intenção, mas o seu princípio exclusivo (HORKHEIMER, 2002, p. 25).

Frente a esses fatores, resta-nos compreender que o ensino escolar não está segregado da realidade econômica que passa por inúmeras sociedades e isso é visto nos espaços de aprendizagem. Uma coisa a se notar é que a chamada indústria cultural está presente, mesmo que inconscientemente, no processo de ensino e aprendizagem, sendo que tal massificação não pode ser descartada, na verdade, deve ser considerada para que, partindo dela, sejam elaborados meios didáticos para se trabalhar com a homogeneização do ser humano, como ressalta Horkheimer (2002, p. 17):

A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar. Ele mesmo como indivíduo é absolutamente substituível, o puro nada, e é isto que começa a experimentar quando, com o tempo, termina por perder a semelhança.

Deste modo, consideramos imprescindível dar maior atenção quando pensamos nas possibilidades de ensinar um público que passa a ser tratado como formado por seres humanos iguais dentre o universo do consumo, algo que deve ser analisado com muita cautela para não reproduzirmos um ensino rígido e pré-estabelecido para toda e qualquer situação de aprendizado. Nesse sentido, faz-se necessário ver a educação escolar no que tange à didática como algo heterogêneo, partindo do entendimento de Libâneo (1990) de que a mediação

escolar dos objetivos e seus conteúdos constituem a didática enquanto aquela que investiga as formas e condições que atuam em diversos fatores sociais, políticos, culturais e sociais.

A didática, segundo Libâneo (1990), é o elo entre o ensino e a aprendizagem, é ela que descreve e explica as relações, nexos e ligações, investigando os fatores que determinam esse processo, indicando princípios, condições e a orientação ao o ensino em diferentes conteúdos.

Embora a didática, isoladamente, não seja o principal foco de estudo nesse trabalho, sendo ela bastante ampla para ser explorada aqui, não podemos deixar de discorrê-la, uma vez que esta pesquisa tem seu foco ligado aos recursos didáticos, no caso em questão, a música sendo utilizada como tal recurso. Logo, para reforçarmos o entendimento sobre o conceito, consideramos que o “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. (SOUZA, 2007, p. 111).

Ligado a isso, está o conceito de metodologia, o qual baseia-se em um melhor aproveitamento das aulas ministradas pelo professor, este que tem como tarefa principal a construção do conhecimento, não somente a memorização do conteúdo programático, posto que seja criador ativo em um ambiente de autonomia do aluno. Todas essas questões fazem parte do processo de ensino:

Podemos definir processo de ensino como uma sequência de atividades do professor e dos alunos, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, através dos quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas (pensamento independente, observação, análise-síntese e outras) (LIBÂNEO, 1990, p. 54).

No trajeto de entender como se dá o processo de ensino e aprendizagem é que se deve olhar para ele não como algo programado e fechado. Dentro da sala de aula, o professor não é aquele que detém o conhecimento e os alunos quem devem absorvê-los. Havendo a memorização de nomes, datas e conceitos científicos, isso até pode ocorrer, mas de uma forma natural, isto é, surgindo da prática e da reflexão dos conteúdos trabalhados. Desta forma, Libâneo (1990) disserta que o aluno não existe somente como aluno, posto que faz parte de um grupo social, vivendo como uma família. Em outros termos, o aluno vive em determinadas condições de vida e trabalho, tem uma etnia, idade, possui uma linguagem para expressar-se de acordo com a sua realidade de vida, e tem seus valores condicionados pela sua prática de vida.

Seguindo por essa visão sobre o ensino, vislumbramos todo o aparato em que estão interligadas as condições de vida e cultura de um povo. No Brasil, possuindo dimensões continentais, há inúmeras formas de manifestações culturais que elas não podem ser

desprezadas, mesmo considerando que exista uma enorme força atuando para a unificação, por meio da globalização, da percepção do mundo ditada pelo capital. Nessa perspectiva, reconhecemos que somos padronizados por produtos feitos a princípio “sob medida” e, ainda que haja sensação de liberdade de escolha, não há muito a se escolher, principalmente que esteja fora dos padrões de mídia:

A característica mais importante dos produtos – mercadorias „culturais“ – oferecidos é a padronização. Esta é correspondente à padronização dos próprios consumidores. O que percebem como uma individualidade nada mais é do que a identificação com determinada nuance dos produtos oferecidos como se fossem diferentes. É verdade que há distinções entre os vários níveis de acabamento entre os produtos, mas esta aparente distinção encobre os seus objetivos comuns, a forma como foram produzidos e o efeito que pretendem causar: a padronização das reações e formas de pensamento dos indivíduos (MAIA, 2000, p. 28).

Diante do exposto, cabe elevarmos aspectos da forma de ensinar, visando, primeiramente, o conceito de metodologia, que para Libâneo é: “[...] compreende o estudo dos métodos, e o conjunto dos procedimentos de investigação das diferentes ciências quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos métodos” (LIBÂNEO, 1990, p. 53).

Essa argumentação relaciona-se aos métodos científicos (diferenciados das técnicas que são aplicadas por eles). Portanto, a metodologia é o caminho que as ciências encontram para aprofundamento e fundamento a seus objetos de estudos. Para isso, levam-se em conta várias nuances a fim de construção do conhecimento. Destacamos, aqui, o entendimento de Libâneo (1990) de que não é suficiente atribuir que os alunos devem dominar o conhecimento específico, sendo necessário visualizar de que modo eles podem adquirir conhecimento, investigando os objetivos e métodos seguros e eficazes para a sua assimilação.

No contexto de um mundo totalmente conectado em que há uma tendência por parte do capital aos meios de vida da população, devemos considerar que existe uma ideologia que muitas vezes está implícita, como destaca Maia (2000), ao colocar que a ideologia não é um conjunto de ideias projetadas para uma determinada classe social, na realidade ela é generalizada para toda a sociedade, como se fosse uma verdade. Além disso, a sociedade, ao julgar indivíduos isolados, baseia-se na ideologia cultural e social que a constitui e, nisso, há um véu tecnológico que distancia o possível e o existente à medida que torna-se mais eficiente e poderoso.

A partir desse emaranhado de ideias de métodos de ensino, podemos pensar nas convicções existentes na sociedade. Existem relações sociais, que Chauí (2008) aponta que fundamentam a compressão do cotidiano, compreendendo as ações e pensamentos, as

motivações das ações das pessoas, que dão sentido para esses convívios, podendo conservar ou transformar a própria realidade.

Daí, chegamos à concepção de poder como relativa ao convívio e sendo reflexo da dominação da classe dominante. Isso é visualmente percebido quando, por exemplo, uma pessoa segue à risca os padrões de convívio do lugar onde vive, o que repercute em todas as instâncias sociais. Para explicitar essa questão, temos, nas palavras de Chauí (2008, p. 23), que:

Nessa perspectiva, a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.

A autora chama a atenção que não se desconsidere o fator social, fator essencial para a transmissão da cultura. Esta, por sua vez, é existente de pais para filhos, abrangendo a realidade em que as pessoas estão inseridas. Podemos exemplificar com o caso dos filhos seguindo a religião ou profissão de seus genitores. Desta forma, esse conjunto de convicções e tradições é visto na sociedade como um todo e, também, na forma de divisão de classes sociais, ideologicamente, conforme:

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUI, 2008, p. 24).

Por isso, é plausível observarmos que existe uma dicotomia de classes sociais e que há predomínio da classe dominante sobre a menos favorecida, sendo que isso é o que torna possível a ideologia, uma força quase indestrutível por ser oculta pela dominação real (CHAUI, 2008). Logo, a ideologia emerge daquilo que os seres humanos deparam-se, como certas entidades, a exemplo Deus, a Razão ou o Estado, confiando a elas a ideia de submissão como algo natural. Com isso, cristaliza-se um efeito de verdade e, por meio do discurso da classe dominante, o que é dito como algo verdadeiro.

Então, podemos relacionar o domínio da técnica com o poder econômico, uma vez que quem detém o capital também possui a produção e, nesse viés, Adorno (1947) esclarece que a

racionalidade técnica é a própria racionalidade da dominação, posta como sendo o caráter compulsivo da alienação da sociedade.

Diante disso, afirmamos que não há muitas escapatórias para aqueles que só podem oferecer sua mão de obra, mesmo no aspecto de consumidores, haja vista que, alienados, não tendem a buscar coisas que estejam muito fora do seu cotidiano, tendo ação mecanizada e com pouca argumentação e criticidade em relação ao seu meio.

Consequentemente, observamos que a tendência de se buscar sair dessa realidade é muito pequena, pois todos estão subordinados ao que o capital quer empregar na sociedade, com a sensação de que há muitas opções, enquanto de fato estamos escolhendo entre coisas já pré-determinadas:

Cada espetáculo da indústria cultural vem mais uma vez aplicar e demonstrar de maneira inequívoca a renúncia permanente que a civilização impõe às pessoas. Oferecer-lhes algo e ao mesmo tempo privá-las disso é a mesma coisa (ADORNO, 1947, p. 66).

Resta-nos, então, aceitar e reproduzir tudo aquilo imposto, ou há uma saída para tal questão? Bolognesi (1996) responde que, apesar de que exista a indústria cultural dominante, a presença dos excluídos socialmente é relevante, ou seja, o papel das culturas populares é extremamente considerável. Por outro lado, embora exista essa resistência, é viável pensar nela como algo isolado ou mesmo regional, visto que os mecanismos mercadológicos perpassam a indústria cultural. Por isso Adorno (1947) problematizou que o ser humano é substituível, escrevendo que a produção cultural tenta trazer sempre algo genérico feito para a maioria e que poderá servir sem pensar na individualidade, sendo assim, mais fácil de produzir, conforme:

A indústria cultural realizou maldosamente o homem como ser genérico. Cada um é tão-somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar. Ele próprio, enquanto indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada, e é isso mesmo que ele vem a perceber quando perde com o tempo a semelhança (ADORNO, 1947, p. 69).

A essa questão do fungível, o autor quer chamar a atenção para o quão descartável é o indivíduo, sendo somente considerado no momento em que é consumidor. Traz consigo a generalização, alguém que poderá ser facilmente substituído e que não é visto como um ser individual, mas projetado para receber algo que, segundo a indústria cultural, é dito benéfico. Pensando nisso é que se tem a dimensão dessa realidade que tolhe a liberdade, muitas vezes sem perceber, como Adorno (1947) retrata, pontuando o interesse da indústria focado apenas

nos homens enquanto clientes e empregados, reduzindo a humanidade inteira a essa exaustiva fórmula.

Há também o caráter de tirar do ser humano a sua essência. Por mais que nos tempos atuais haja acesso de pessoas que podem criar seus próprios meios de divulgação no que se refere à arte, todos aqueles que tentam criar sua própria produção, de certa forma, estarão sujeitos às características da generalização. A partir disso, refletimos que, mesmo sob o discurso de serem originais ou autônomas, as criações estão sujeitas a uma lógica de mercado, por vivermos em um sistema capitalista, como argumenta Bolognesi (1996, p. 80): “A relação entre ambos, contudo, é intermediada pelo produto, pelo objeto, a ponto de a relação só ser reconhecida socialmente no âmbito exclusivo da produção de mercadorias. A "desumanização" é parte integrante desse processo.”.

Até aqui, discutimos como a indústria cultural está intrinsecamente relacionada à cultura e ao consumo, incluindo a escola nesse bojo, uma vez que não há que desconectar as duas coisas. Há uma enorme tendência de se homogeneizar os interesses no quesito cultural, com muito capital investido nesse segmento, também na música, que é nosso foco de estudo. Nosso interesse é, por meio dessa discussão, pensar no cotidiano escolar e de que modo essas relações de poder refletem diretamente nos alunos. Na próxima seção, entraremos na música como sendo parte da cultura de massa, podendo ser inserida no processo de aprendizagem.

1.2 Música, Cultura de massa e processo de aprendizagem

Dentro da questão da indústria cultural, temos em mente que a música exerce grande influência nesse segmento, uma vez que ela está incluída no aspecto afetivo das pessoas, sendo uma forte aliada no ensino e aprendizagem. No decorrer do tempo histórico, nos moldes capitalistas, a música foi tratada de várias maneiras pelo mercado e isso sem dúvida causou impacto sobre como as pessoas possuem acesso ou mesmo produzem suas manifestações culturais.

Foi com o início da indústria fonográfica, como explica Pinto (2011), que emergiu parte das produções musicais da grande escala industrial, reforçando a separação entre a reprodução da música e a parte criativa que pertencia aos músicos, ou seja, a criação.

O que vemos aqui é uma grande ruptura para a música, porque, antes disso, não havia condições de reprodução de algo sem a exclusiva presença do ser humano executando um instrumento ou mesmo cantando, somente a partir dessa reprodução foi possível ouvir a música por meio de um aparelho, o que antes era impossível, por vezes, era reproduzido por partituras, mas, mesmo assim, era algo que necessitava de alguém para, no caso, ler e tocar.

Foi com o Fonógrafo que houve uma significativa transformação no campo da indústria fonográfica:

No que tange à reprodução grande industrial, a primeira fase da indústria do disco foi a da gravação mecânica. Embora o marco inicial tenha sido a invenção do fonógrafo por Thomas Edison, em 1877 – um aparelho que deveria servir como uma máquina de ditar ou um gravador, foi a disseminação dessa inovação, em conjunto com a invenção do gramofone por funcionários da Bell Telephone Company, que permitiu que os suportes sonoros tivessem uma produção potencialmente industrial (PINTO, 2011, p. 75).

Cabe constarmos que a lógica do capital sobre esse segmento não deixaria de existir, havendo a reprodução de música sem a presença dos músicos e, também, a venda de inúmeros aparelhos para fazerem essa reprodução, segundo Pinto (2011), que coloca que a entrada no capitalismo pela indústria fonográfica se deu com a produção industrial de aparelhos como o gramofone e de seus suportes, como o disco e o fonograma. Além disso, afirma que, embora fosse pequena, a divisão do trabalho nesse meio já existia.

Não há como negar a importância da música como sendo parte crucial da cultura de um povo, e que ela pode servir em vários aspectos, como explica Bertoni (2001, p. 77): “Em nosso entender, a música é a expressão do pensar e do sentir das pessoas de uma determinada época. Além de proporcionar prazer, ela também pode informar e conscientizar. Portanto, para nós, esta postura de consumo significa estar à margem da cultura como um todo.”.

Tal afirmação de que a música é vista sob o prisma do capital é de suma importância para entender como se deu, por meio da ideologia de mercado, a sua inserção, chegando a elementos que dessem conta de suprir a demanda cultural e, ao mesmo tempo, servir a parte econômica.

Houve um barateamento, no decorrer do tempo, da forma de reproduzir músicas, cujo motivo se deu pelo advento do acesso das pessoas aos aparelhos de reprodução, o que antes só poderia ser visto ao vivo e ao custo de bilheteria. Com a reprodução em série, era possível ter acesso a mais variedades como relata Pinto (2011, p. 76):

Outro fato interessante que surgia com o advento do som mecânico era uma certa tendência de substituição do trabalho dos músicos por máquinas, pelo menos em relação à execução de músicas ao vivo; essa substituição barateava o custo da execução quando a finalidade era o entretenimento comercial, espalhando certos tipos de canções por onde os aparelhos chegassem. O consumidor agora poderia levar para casa, além da partitura que seria executada por seu piano, também uma música popular executada pelo seu intérprete favorito.

Eis a chegada de uma nova era, uma que trazia uma variedade de benefícios que antes não existiam, atingindo mais pessoas e influenciando a sociedade em vários elementos culturais, uma dessas modificações era no âmbito escolar, já que está inserido no contexto social e que recebe diretamente influências do seu meio.

Do pensamento no que tange à como a tecnologia foi propagada no mundo podemos levantar a reflexão dessa aquisição e distribuição, certamente não assumindo que voltam-se para todos de forma igualitária, posto que o capitalismo seja excludente, porém, admitindo que o ser humano apoderou-se com ressaltos e que a difusão da tecnologia aumenta o poder na medida em que o ser humano se apropria e ela se redefine (CASTELLS, 1999). É nesse sentido que, corroborando para a multiplicação dos acessos, Castells enfatiza que o desenvolvimento tecnológico deixa os bens de consumo mais baratos e, no caso das telecomunicações, mais velozes:

...mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua (CASTELLS, 1999, p. 69).

Pensando na possibilidade da distribuição, vemos que ela nunca se deu de forma uniforme, haja vista que nesse sistema é baseado na aquisição de mercadorias. Assim, muitos não têm acesso ao mundo do consumo básico e muito menos à tecnologia. Castells (1999) descreve que há uma velocidade seletiva, por exemplo, países e regiões que possuem maior ou menor poder de renda e, conseqüentemente, potências distintas ao ingresso à tecnologia, sendo isso crucial ao se analisar a desigualdade de nossa sociedade.

Voltando ao mundo da indústria fonográfica, destacamos que no Brasil há, em inúmeros recortes temporais, desigualdade de distribuição de renda. Desde os primórdios da colonização essa concentração de renda é vista, em meio a muita miséria ainda existente e orientada por um mercado consumidor apreciado pelas indústrias. Ademais, é historicamente vasta a questão da entrada de produtos, havendo, no segmento fonográfico, um marco, como nos traz Pinto (2011), afirmando ter sido no ano de 1897 que o fonógrafo foi reconhecido como mercadoria, sendo a Casa Edison a primeira gravadora da América Latina.

Logo, observamos que mesmo antes do início do período em que o país passou pelo processo de industrialização, já havia se iniciado a comercialização de aparelhos que reproduzissem música. Ainda segundo Pinto (2011), o gramofone chegou por aqui em 1900, um aparelho que tocava mais alto que o fonógrafo, importado da Europa e Estados Unidos e

que contava com a vinda de técnicos para gravar as músicas brasileiras, sendo as músicas gravadas no Brasil, mas os discos produzidos fora do país.

Importante frisar que o relatado acima é imprescindível para o entendimento da economia, bem como à música como parte elementar de um povo, relacionada à reprodução cultural de um lugar e, portanto, importante no ambiente escolar. Desta maneira, partimos a uma reflexão que vai ao encontro de “pensar os lugares, os seus significados, tornar-se um exercício interessante para entender os processos que neles se desenvolvem, e a música pode fornecer alguns caminhos na busca por esse entendimento” (DOZENA, 2016, p. 88).

No que se refere à música na escola, deve-se pensar a sua relevância e pertinência, uma vez que essa ferramenta pode e deve ser muito útil, ascendendo a questão afetiva e possibilitando, com isso, maior interesse do aluno pelos conteúdos a serem ministrados, como podemos visualizar no trecho abaixo, que explana muito bem a questão da música como importante e do professor como agente importante na sua utilização:

A música é, por essa razão, um tipo de expressão humana dos mais ricos e universais e também dos mais complexos e intrincados. Portanto, valerá muito ao professor utilizar a música em suas aulas, mas é preciso dedicar-se ao seu estudo, procurando compreendê-la em sua amplitude, desenvolvendo o prazeroso trabalho de sempre escutar os mais variados sons em suas combinatórias infinitas, com “ouvidos atentos, e também ler o que for possível.” (FERREIRA, 2007, p. 13).

Aqui, expomos as fases da indústria da música, relatando sobre a sua existência em nosso país, com o intuito de entender como ela pode ser muito bem utilizada nas salas de aula de Geografia, visto que faz parte da história da própria humanidade, salientando que deve ser entendida, também, como algo que está ligado a diferentes fases no decorrer do tempo em nossa sociedade.

O que buscamos é trazer a realidade da produção musical em seus diversos tempos para entendermos um pouco do atual estágio em que vivemos. Logo, constatamos que as primeiras gravações elétricas são vistas como a segunda fase da indústria do disco, isso em meados dos anos 1920, adicionando a vinda dos discos de 33 rotações em 1933 e de sua comercialização, em 1947, pela Colúmbia. Essas inovações vieram para substituir, nos anos 40, o disco de 78 rotações por minuto (PINTO, 2011).

Pinto (2011) descreve o rádio como um meio de comunicação consolidado a partir da década de 1930, que passou a ser a principal consumidora da música popular gravada juntamente com a editora e a gravadora, assim, fortalecendo a indústria fonográfica e determinando a produção, como ressalta o autor, da “canção de massa”, isto é, concebida de uma forma geral, dentro de um raciocínio de uniformização. Na medida em que empresas

trabalham tendo o mesmo foco, inicia-se um processo de maior divulgação e padronização da música.

Sob a ótica do consumo, isso influencia até os dias atuais, mesmo que em menor proporção, o que veremos mais a frente com a explanação da vinda da internet, hoje encarregada de expandir essa dinâmica da distribuição da música e que em determinados períodos teve e tem um papel fundamental sobre as pessoas sempre foram vistas como consumidoras.

Partindo às várias atividades em que se poderia propor em sala de aula, a música está presente nelas, um bom exemplo é a atividade de *web rádio*, na qual se trabalha a criação de um programa de rádio, sendo os alunos os próprios locutores. Para salientarmos a importância da música em sala de aula, argumentamos que:

A principal vantagem que obtemos ao utilizar a música para nos auxiliar no ensino de uma determinada disciplina é a abertura, poderíamos dizer assim, de um segundo caminho comunicativo que não o verbal mais comumente utilizado. Com a música, é possível ainda despertar e desenvolver nos alunos sensibilidades mais aguçadas na observação de questões próprias à disciplina alvo (FERREIRA, 2007, p. 13).

Até aqui, citamos alguns pontos sobre a indústria cultural que parecem estar em um passado distante, mas que constituem a história dos aparelhos eletrônicos dos dias de hoje, dispostos, então, como relevantes à nossa análise.

Na década de 1950 houve uma grande transformação na inserção de aparelhos, foi o caso da indústria de gravadores e do sistema de multi-canais, que tornaram mais flexível o processo de gravação (PINTO, 2011). A partir de então, os instrumentos poderiam ser inseridos após uma primeira gravação, o que representou um avanço, já que instrumentos poderiam ser acrescentados na música posteriormente à gravação primária, marcando a chamada fase eletrônica. Pensando na questão do capitalismo, tais avanços fizeram surgir novas funções no mercado de trabalho, pois o sistema de produção musical passou a contar com o produtor, como explica Pinto (2011, p. 82):

O produtor se tornava assim uma das figuras mais importantes da gravadora, influenciando desde a decisão sobre as contratações dos artistas até as formas de produção, distribuição e promoção dos produtos. Substituto do industrial do disco, figura presente nas duas etapas anteriores, o produtor também desempenhava o papel de administrador da empresa fonográfica. O representante do capital mudado, portanto, de forma.

Desta forma, a música passou por uma alteração em termos de motivação de produção e, ainda que hoje existam inúmeras obras regionais, o mercado caminha para algo mais

homogêneo, afinal, as composições passaram a pertencer à lógica do capital e o produtor musical passou a interferir no resultado como um todo, tornando-se a música um objeto útil para o mercado, não mais atrelada prioritariamente às questões artísticas.

Segundo Maia (2000), atualmente, a cultura está ligada fortemente à indústria cultural, sendo que os meios de produção e de divulgação da arte funcionam como força de unificação, forjando uma identidade una, generalizando os interesses da sociedade e agindo na constituição dos indivíduos, fazendo-os, muitas das vezes, naturalizarem tal questão.

Nesse mesmo sentido, fazer música passa a levar em consideração o tempo, uma vez que não há mais como perdê-lo, pois é valioso, e nas ideias de Pinto (2011), para acabar com a ociosidade, cria-se em estúdio o maior número possível de músicas em menos tempo, em outras palavras, todo o tempo de criação, agora, está subordinado ao tempo das máquinas:

Com o advento da gravação se tornou possível pela primeira vez subordinar formal e materialmente o conjunto da produção musical à técnica e, no limite, apenas aos mandamentos do lucro. Agora não eram só os trabalhadores da fábrica de discos galvanoplásticos ou fitas magnéticas que estavam, no campo da música, subordinados realmente ao capital: os trabalhos outrora intelectuais, ainda que guardassem certa singularidade, eram cada vez mais pressionados por esse aparato tecnológico a se padronizem (PINTO, 2011, p. 83).

É válido dizermos que a produção musical e a indústria interligam-se, sendo esta produção vista como um mero braço do mercado. No Brasil isso não foi diferente, destacando-se outro aspecto: a política exercida que interferiu e interfere nas questões culturais, seja por meio da censura ou mesmo legislando sobre esse comércio.

Um período citado como regulador da arte, de uma forma geral, foi a ditadura militar, e para isso lembrando que criar e reproduzir naquela época ainda não era tão acessível como é hoje, além disso, o governo tinha um domínio intenso sobre essa questão: “A censura prévia, imposta pela ditadura militar através da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), resultara numa certa restrição da oferta dos discos de músicos em ascensão da MPB que já eram vistos pelos militares como inimigos do regime” PINTO, 2011, p. 88). Então, à ideologia do Estado soma-se a do mercado, caminhando sempre juntos. Observamos que a intenção do mercado é trazer algo sem muita reflexão, conforme:

A relação entre o reconhecido e o novo é destruída na música popular, assim como nas demais mercadorias padronizadas da indústria cultural, pois o reconhecimento mecânico é a única possibilidade de apreensão de uma mercadoria sempre igual, cuja distinção é feita em pequenos detalhes (MAIA, 2000, p. 32).

No ensino, essa reflexão não poderia deixar de transparecer, uma vez que dentro da sala de aula vemos o reflexo dessas manifestações culturais e com isso a possibilidade de se trabalhar com essa ferramenta que pertence ao mundo. Nesse viés, é que damos uma importância para o recurso música e, como defende Cavalcanti² (2010), o desejo dos professores de Geografia a encontrar caminhos para propiciar os interesses dos alunos, promovendo a aproximação dos temas da espacialidade do local e do global com os temas da espacialidade que eles vivem no cotidiano.

Nessa mesma direção, é esperado que os professores saiam da sua zona de conforto e criem condições para promover a construção do conhecimento, considerando que isso seja feito na medida das habilidades de cada professor. Ademais, no caso da música, é preciso resgatar, por meio da afetividade, ou mesmo despertar uma linguagem diferente, que remeta algo do dia-a-dia dos alunos. Assim:

Alguns projetos inovam porque partem do pressuposto de que não basta manter crianças e os jovens dentro dos muros da escola, é necessário que ali eles possam vivenciar seu processo de identificação, individual e em grupos, e que sejam respeitados nesse processo (CAVALCANTI, 2010, p. 2).

Embora a realidade de muitas escolas não reflita diretamente no mercado fonográfico, visto que há uma forte exclusão social, é fato que o mercado da música seja real para as pessoas, já que muitas têm acesso à música pela internet e outras tecnologias, pelas chamadas cópias caseiras, ou pelo o que a mídia aberta mostra.

Outro fator muito importante é o barateamento dos materiais, com o advento da indústria e a baixa qualidade de serviço, como explica Pinto (2011), colocando que embora haja crise no meio fonográfico, sempre surgem meios de diminuição de valores, como por exemplo, a introdução da fita cassete no lugar do LP, baixando o custo de reprodução de forma geral, suportes e aparelhos eletrônicos, causando até uma maior popularização, nessa fase digital de transmissão no pós- industrial.

Na sequência do aparecimento e popularização do acesso aos meios de produção da música é possível a cada vez mais pessoas e pequenas empresas iniciarem-se nesse mercado como concorrentes do grande mercado: “Foi o desenvolvimento tecnológico que veio junto com a segunda fase, a fase elétrica, que ao baratear os custos de produção do disco possibilitou que gravadoras menores pudessem produzir e competir com as grandes a partir de meados dos anos 1950 nos EUA.” (PINTO, 2011, p. 96).

² Importante ressaltar aqui que tanto quanto a autora Lana de Souza Cavalcanti e o autor José Carlos Libâneo utilizam da “teoria social dos conteúdos”. Esta adotada nesta pesquisa.

Na quarta fase, que Pinto (2011) chama de “tecnologias digitais de produção musical”, estas surgidas nos anos 1980, dando um aparato tecnológico à indústria, muitas pessoas tornaram-se produtoras, fazendo isso na sua própria casa, com baixo recurso e podendo obter um produto final de alto nível, os chamados *home studio* e, com eles, há um leque gigantesco de oportunidades, servindo de suporte para os grandes trabalhos.

A essa questão de novos aparelhos sonoros, podemos citar primeiro o LP. Esses discos foram muito populares no seu tempo, inúmeras gravadoras venderam milhões de discos e consolidaram-se como potências do mercado. Já posteriormente a essa etapa, respectivamente com o advento do disco de vinil, o impacto não foi o mesmo no mercado, ainda que esses discos existam até hoje. Seus sucessores são os CDs, que também tiveram seus momentos de glória e aos poucos foram substituídos por *ipods*, celulares e toda a distribuição de música sem uma mídia física.

Fazendo uma reflexão sobre a nova tendência do consumo da música por meio de *ipods*, devemos enxergá-la como algo que vai além de ouvir a música. Pessoas de várias partes do mundo, tendo acesso a esses aparelhos, podem “ver” a música, incluindo-se o valor visual aos produtos através dos videoclipes, o que estende a complexidade desse consumo. Isso é um elemento que também deverá ser considerado pelo professor, ao elaborar suas aulas utilizando a música como recurso didático.

Acerca da democratização da produção musical, nos deparamos com uma mudança geral da forma de produzir as manifestações culturais, tendo em vista que muitas “qualquer³” pessoa tem acesso a esse mundo do áudio, fazendo com que muitas produções caseiras possam ser vistas por todo mundo, o que antes era inconcebível:

Assim, as novas tecnologias não só diversificariam a oferta para dar vazão às exigências do sistema aberto, imposto pelo mercado, mas acabariam por oferecer um acesso mais democrático aos meios de produção, possibilitando a expressão de grupos locais e outras minorias antes excluídas pelo volume de capital mínimo necessário à produção de um fonograma (explorando, de forma ainda mais ampla, esse potencial que já havia se manifestado na introdução da fita cassete em países não industrializados). (PINTO, 2011, p. 101).

Nessa questão de valorização do local é que entra a produção independente, abarcando grupos regionais:

Essa pequena fatia do mercado perdida seria, em boa parte, abocanhada pelos chamados circuitos autônomos de produção e consumo musical, resultado da emergência de diversas cenas locais de música (como o hip-hop,

³ Enfatizando que esse “qualquer” refere-se aquelas pessoas que já possuíam acesso aos meios de consumo, contudo nesse momento houve uma maior familiaridade com os meios digitais, exclui-se aqui aqueles que não possuem acesso a esses recursos, pois há muitos que são carentes do básico para sobrevivência, quanto mais adquirir produtos eletrônicos.

o mangue beat, o funk carioca, o forró eletrificado de Fortaleza etc.) que viabilizam comercialmente a sobrevivência de músicos e empresas independentes das grandes gravadoras (PINTO, 2011, p.108).

Com a facilidade de acesso aos bens musicais houve uma forte crise na indústria fonográfica, tendo como algumas motivações a grande difusão dos meios de produção e a chamada era dos mp3. Nessa etapa, vemos que pessoas, de forma facilitada, adquirem um número alto de músicas por esse formato, o que levou a uma profunda crise, visto que a mera reprodução desses arquivos, de imediato, não gera lucro para as gravadoras, o chamado custo zero, como explica Pinto (2011, p. 112): “A digitalização da música somada ao espraiamento da rede possibilitavam que cópias fossem feitas em massa praticamente a um custo nulo em quase todos os cantos do planeta.”.

Se por um lado o lucro das grandes empresas decaiu, por outro lado houve uma massificação ao acesso de pessoas ao universo sonoro, que antes não era possível por não terem renda, fato ocorrido, também, dentro das salas de aula, por exemplo, com a inclusão de mini-aparelhos e, posteriormente, dos celulares, possibilitando o acesso a infinitas músicas.

É relevante frisarmos que o mundo está interligado ao computador que, por sua vez, foi uma invenção que proporcionou uma interação nunca vista, a qual CASTELLS (1999) chama a atenção ao destacar o quão está conectada na aurora do século XXI e é dominada por grupos sociais dominantes, em um sistema tecnológico iniciado na década de 1970.

Diante disso, visualizamos a chegada do computador interagindo intensamente com a música, ao transportar, de forma muito rápida, arquivos para todos os lugares, como coloca Castells (1999, p. 97): “Assim, o microprocessador possibilitou o microcomputador; os avanços em telecomunicações, mencionados anteriormente, possibilitaram que os microcomputadores funcionassem em rede, aumentando assim seu poder de flexibilidade.”.

Tal massificação por meio da internet, segundo Pinto (2011), se deu por meio dos aparelhos digitais de baixo custo, os programas de código aberto e as ferramentas de edição de música e de fácil manuseio, juntamente com o armazenamento digital mais barato. São elementos responsáveis pela pulverização do controle das atividades de produção e distribuição, que antes era exercido somente pelas grandes empresas.

Desta forma, onde qualquer um pode criar, gravar e reproduzir, mesmo que virtualmente, tem-se a sensação de que todos podem ser sujeitos de produção de música, isso vale também para os trabalhos realizados em sala de aula, uma vez que tais recursos hoje estão disponíveis para a maioria dos alunos, dependendo da escola em questão.

Pinto (2011, p. 134) descreve essa facilidade do barateamento da produção, os ditos *home studios*:

Ainda que o diminuto espaço físico de um quarto (por exemplo) imponha certos limites estruturais, hoje, com apenas um notebook e alguns softwares de edição de som, que podem ser obtidos de forma gratuita através de cópias não autorizadas, é possível fazer música de qualidade sem sair de casa a um custo praticamente nulo.

Dada essa breve explanação do histórico da produção da música como um todo, podemos ver que a música sempre esteve presente na vida das pessoas e, por mais que a indústria tenha influenciado a sua produção e distribuição, não devemos desvincular a percepção que os seres humanos têm da música, afinal, ela deve ser encarada como um meio de influência mútua: “Nunca devemos esquecer que a música é, além da arte de combinar sons, uma maneira de exprimir-se e interagir com o outro, é assim devemos compreendê-la” (FERREIRA, 2007, p. 17).

Essa compreensão deverá ser abarcada quando o professor se interessa pelo assunto, é ele que deverá fazer a ligação entre os conteúdos e o meio musical, apropriando-se de tudo o que foi falado até o momento, devendo usar a seu favor os meios existentes de tecnologia para alcançar seu propósito maior, que é a construção do conhecimento.

Afirmamos que há inúmeras pesquisas sobre a didática, sendo a música parte desse panorama, reforçando o papel do professor no processo:

O Fundamental é saber do que se pode partir, e se a curiosidade for exercitada na sala de aula, as crianças mesmas podem definir o que estudar. Na verdade, o conteúdo que será considerado não é de modo algum o mais importante. O mais significativo é saber de parte do professor o que se quer (CALLAI, 2005, p. 14).

Essa disposição deverá vir daqueles que buscam a autonomia do aluno, os que querem de forma não convencional proporcionar algo diferente ao aprendizado, e não restam dúvidas que a música poderá ser bastante útil nesse ideal. Nesse segmento, conforme Ferreira (2007) o professor não deverá abdicar de sua curiosidade, ou seja, selecionando as músicas a serem trabalhadas enquanto prioriza o caráter crítico também enquanto ouvinte. Pensando nisso, dizemos que sob a ótica aqui apresentada não há a necessidade de formação em música, já que não será preciso entrar na teoria musical, visto que o que está em questão é ser crítico, saber selecionar as músicas de forma coesa e coerente e explorar, da melhor maneira possível, os conteúdos programáticos.

Sobre essa questão, Cavalcanti (2010) chama a atenção para o despertar do interesse cognitivo dos alunos, sendo que o professor deverá fazer a mediação didática, investindo na

reflexão de como a ciência geográfica influencia na vida cotidiana, fazendo uma análise crítica da realidade natural e social.

Nessa mesma direção é que Martins (2010) escreve que a escola, assim como os modelos tradicionais de ensino, é questionada por não dar mais conta da realidade que está em constante transformação, não sendo possível mais o professor ter apenas os conhecimentos científicos para transmiti-los diante da complexidade presente no cotidiano escolar.

Professores, então, deverão buscar meios para que consigam melhorar suas aulas, deixando-as mais dinâmicas. Essa discussão aqui proposta se dá justamente para que seja pensada a formação dos docentes, seja ela inicial ou no exercício das suas funções.

Para trabalharmos o conceito de canção, temos, nas palavras de Ferreira, que: “é uma forma musical de ordem antiga e profana. É uma das mais produtivas para trabalharmos em sala de aula, uma vez que a música tem como forte aliada a expressão verbal da letra que a acompanha” (FERREIRA, 2007, p. 38).

Partindo do conhecimento de que o recurso está disponível a praticamente todos de alguma forma, caberá, então, àqueles que queiram explorá-lo de forma consciente e responsável a criação de uma metodologia para aplicá-la, o que discutiremos posteriormente neste trabalho, salientando as práticas docentes atreladas ao campo tradicional e que são sempre debatidas em inúmeras obras.

Logo mais, discutiremos de que modo as músicas poderão ser consonantes ao ensino e aprendizagem, como quando nos referimos à categoria de análise lugar. Nesse sentido, trabalharemos a ideia de que a música está ligada ao sentimento de pertencimento, mesmo quando não há uma vivência direta do seu conteúdo, porém, ela poderá identificar mediante peculiaridades existentes em várias escalas territoriais.

Vimos como a música está inserida no cotidiano das pessoas, fazendo parte e sendo responsável por transmitir muitas coisas. Dentro delas, temas ligados ao mercado, visto que ela apresenta-se como um produto de consumo que se tornou acessível a todos de uma forma ou de outra. Então, consideramos a música um tema bastante relevante para se trabalhar em sala de aula e, unindo-se a isso, associa-se a aprendizagem com o que ela fornece. Eis a oportunidade de reconhecer a própria realidade e a de outros.

1.3 Categoria lugar, música e ensino-aprendizagem

Seguindo em direção de que a música pode e deve ser usada por professores que tenham em mente a sua importância e sendo ela um instrumento muito útil para a construção

do conhecimento em sala de aula, devemos observar o que muitos autores já escreveram a esse respeito e tentar contribuir para esse debate. Nesse ponto, dizemos que a prática da docência nunca foi um ato fácil de desenvolver e que não basta apenas ter um diploma de licenciatura para que se colham bons resultados nessa atividade, impondo a ideia, em sala, de que os conteúdos devem ser transmitidos enquanto distantes da realidade em que a sociedade vive hoje. À reflexão sobre isso refletimos que:

Uma formação na qual prevalece a preocupação com a dimensão técnica em detrimento das dimensões política e sociocultural tem uma fundamentação teórica fragmentada e uma visão utilitarista e empirista da docência; logo, pode se mostrar insuficiente para dar sustentação a uma formação que contemple a autonomia profissional como um pressuposto (MARTINS, 2010, p. 61).

Isso, sem dúvidas, é algo a ser questionado todos os dias, para se conseguir algum avanço na educação, sendo que o ensino não pode ser algo estático ou mesmo ter uma regra universal, acessando vários recursos e tornando o aprendizado da Geografia algo mais efetivo. Nessa mesma ótica, Martins (2010) relata que a prática profissional do professor não é aquela na qual se aplica meramente a teoria, ao contrário disso, é por ela que deve existir um espaço para produzirmos saberes e conhecimentos que serão usados para a sua emancipação.

Com essa premissa nos direcionamos ao fator cotidiano, uma vez que os alunos são seres no mundo e, participando dele, conseguem interagir melhor com recursos disponíveis. Os que estão próximos a eles, como explica Silva (2016), considerando importante o jovem não com critérios rígidos, mas pelo real entendimento, fazem parte de um contexto social, situados em um espaço de tempo que representa o agora. Resumindo, o autor diz que é muito importante entender o aluno como um sujeito social, vivente do seu tempo e intermediado por sua relação com o mundo.

Não basta apenas insurgir com inúmeros termos próprios da disciplina e com isso achar que todos aqueles que estão iniciando seus estudos hão de compreender ou memorizar, sem ao menos levar em conta a realidade vivida por eles. Martins acrescenta que “assim, as pesquisas sobre ensino e formação de professores passam a levar em conta um novo referencial, voltado a identificar saberes implícitos na atividade docente” (MARTINS, 2010, p. 41).

Comprendemos, então, que é relevante, já na formação do professor, ficar atento além do domínio dos conteúdos a serem ministrados, possuindo olhar crítico para a percepção da realidade presente a cada espaço, seja em instituições ou salas distintas ou mesmo, na medida do possível, a cada discente, na medida do possível.

Enquanto a graduação é um marco inicial, é na prática e na formação continuada que o professor conseguirá avançar no seu propósito maior, como argumenta Silva (2016), assumindo que é muito importante o debate acerca da formação profissional, que deverá ser sempre contínua, acadêmica ou, no que tange à prática social, existente nos espaços em que há atuação profissional. Logo, o início da formação tem um peso significativo.

Para firmarmos mais esse entendimento de que o professor deve fazer uma ligação entre o que sabe e o que deseja saber, nos referimos ao que denomina-se didática, entendida como algo que possibilite fazer uma adaptação ao seu público alvo para que ele consiga captar a mensagem mesmo sem entrar diretamente apenas nos conteúdos.

Trazendo a compreensão do que vem a ser a didática, temos, nas palavras de Cavalcanti (2020, p. 3) que: “por didática, compreende-se um campo do conhecimento que se ocupa da reflexão sobre o processo de ensino, entendido como uma prática social, dinâmica e subjetiva, não limitada a uma correta aplicação de regras e procedimentos.”. É sem dúvida uma prática que possibilita ter uma compreensão melhor sobre o ensino, podendo atuar, sem exigir que o preceptor aja sem ter em mente a importante questão da educação. Com esse cuidado e dedicação será possível trabalhar de forma coerente e buscar meios para a construção do conhecimento.

Esperamos que o professor reconheça a necessidade de investir nessa busca incessante pelo aprendizado por meio de métodos que sejam contundentes, entretanto, o que vemos são aulas sem motivação e perspectiva, pois:

Grande parte dos professores tem a expectativa de encontrar alunos motivados, com interesse pela matéria. Falta-lhes, talvez, suficiente clareza dos processos que interferem na cognição, o que os leva a atribuir aos alunos a responsabilidade por essa motivação: esperam que ela venha deles e de seu mundo externo à escola e à sala de aula (CAVALCANTI, 2010, p. 1).

Cabe ao docente levar propostas que sejam atraentes e que despertem a saída da zona de conforto, criando novas condições de entendimento. Com essas novas propostas, é que se pensa em executar esse trabalho, de forma a refletir sobre as práticas de ensino e, no caso específico, pensar de que maneira a música interferirá nesse processo de aprendizagem, trabalhando principalmente na perspectiva da categoria de análise do lugar.

Primeiramente devemos observar o que a categoria lugar representa para a Geografia e, posteriormente, associá-la à transposição didática para o seu público alvo. Um expoente da literatura que trabalha o conceito de lugar é o geógrafo Yi-Fu Tuan, que desenvolve um estudo sobre o tema. Em uma de suas obras, intitulada *Espaço e lugar*, pretende-se esclarecer as nuances da concepção de lugar, que pode ser entendida por vários aspectos, como o lugar

no tempo: “O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar” (TUAN, 1983, p. 198).

Nesse ponto, é necessário explicarmos melhor sobre o que vem a ser transposição didática, algo relevante para as reflexões desse trabalho. Aqui, temos o conceito como sendo: “A transposição do conhecimento considerado como uma ferramenta a ser posto em prática, para o conhecimento como algo a ser ensinado e aprendido, é precisamente o que eu tenho chamado transposição didática do conhecimento” (CHEVALLARD, 2013, p. 9).

Partindo disso, pensamos nessa estrutura, que engloba os atores da ciência, dentre eles, os professores. Chevallard (2013) chama essa estrutura de Noosfera, definitiva à abordagem dos conteúdos expostos em sala de aula. Trata-se, então, do trajeto que será percorrido entre aquilo que chamamos de saber científico ao saber ensinado, enfatizando o que o autor argumenta acerca das prerrogativas do professor, sendo ele o intermediador dessa transformação do saber. Incluem-se aí as subjetividades dos docentes, que, no tocante a essa pesquisa, liga-se à inserção da música no cotidiano escolar.

O processo referido acima se dá quando olhamos para esse conceito e o definimos por fatores de sentimentos, não sendo possível visualizá-los concretamente, posto que tudo muda a todo instante, então, só é possível compreender o lugar quando o associamos a outros elementos como, por exemplo, conforme Tuan (1983), o espaço transformado em lugar quando adquire definição e significado.

Podemos notar que esse significado é possível mesmo em uma sociedade dinâmica como a nossa e deve ser levado em consideração em sala de aula, tendo em vista que a aproximação com a realidade do aluno facilita no ensinar e, mais além, concebe o entendimento de que existem outras realidades a serem conhecidas e estudadas, sendo uma porta de entrada para se aprender. Assim,

Nessa perspectiva, torna-se interessante investigar qual é a identidade desses lugares, a partir dos interesses das pessoas que ali vivem. Reconhecer os valores, as crenças, as tradições e investigar os significados que têm para as pessoas que vivem ali. A cultura, que dá esse conjunto de características às pessoas e aos povos, se expressa no espaço por meio de marcas que configuram as paisagens (CALLAI, 2005, p. 17).

É justamente por tais fatos que, a partir dos estudos de espacialização, podemos chegar ao lugar. Quando se dá importância surge a significação, como frisa Tuan (1983), afirmando que as experiências íntimas passam despercebidas quando não são exaltadas. Há somente o reconhecimento de valor quando refletimos sobre eles, ainda que as pessoas não pensem nesse

sentido no momento que estão vivenciando cada momento, mas isso surgirá posteriormente, o que o autor chama de “as sementes de um sentimento duradouro”.

É muito profundo o pensamento do conceito de significação porque não existe um ponto em comum para efetivar-se o grau de proximidade que cada aluno tem com o meio em que vive, mas caberá ao docente instigar essa questão por se tratar de uma aliada às suas práticas, conhecendo para assim poder atuar, construindo uma preocupação com a questão cultural, já que a Geografia, não vista como uma ciência pronta e acabada, permite que se estabeleça um debate sobre vários aspectos culturais que surgirão.

Em relação à sensibilidade de reconhecer a cultura do aprendiz Cavalcanti (2010) disserta, ao considerar o reconhecimento das vinculações espaciais dos alunos, incluindo a sua cultura com o currículo escolar e as disciplinas ministradas, que tudo isso mencionado é pensado juntamente com o cotidiano na sala de aula, incluindo o espaço escolar.

Nesse momento esperamos, também, fazer uma reflexão sobre o que é o ensinar Geografia, que no passado foi uma disciplina voltada para a descrição de paisagens, não se preocupando muito com os valores culturais, como escreve Faria (2012, p. 40): “Na Geografia escolar, a descrição da natureza e os aspectos étnicos da população permaneceram como seu fundamento até meados da década de 20 do século XX.”. De uma área do conhecimento que tendia a descrever espaços, passou a um cenário de transformação, no início do século XIX, ultrapassando a chamada ciência mnemônica (que se preocupava em localizar e nomear os elementos do espaço sem vislumbrar a distribuição dos elementos no seu território). Assim, no final do século surgiram as primeiras críticas a esse tipo de Geografia, pretendendo, a partir de então, levantar estudos que explicassem a distribuição dos objetos no espaço e suas relações com o estágio de desenvolvimento do país.

Houve, na Geografia, uma radical mudança no seu objeto de pesquisa, passando de uma mera expectadora a uma protagonista do entendimento das transformações ocorridas na estrutura de pensamento, influenciando, desta forma, no meio acadêmico e, posteriormente, chegando à educação básica. A escola teve mudanças na forma de ensinar, principalmente na disciplina Geografia, se interessando nos processos que aconteciam ao seu redor, sendo desta maneira que ela deve ser pensada: “Nesse sentido, deve-se pensar a escola como expressão de relações e formas de socialização semelhantes às que ocorrem na sociedade, em espaços como a rua, os equipamentos públicos de lazer, de compras, os espaços religiosos, etc.” (CAVALCANTI, 2010, p. 12).

Com isso, acarretou-se a mudança da forma de ensinar a disciplina, uma vez que dessa ruptura em diante o ensino passou a ser mais dinâmico, com menos ênfases conteudistas e

mais análises da realidade. Para visualizarmos essa compreensão (sobre o que se espera ao ensinar a Geografia), temos que:

Nessa perspectiva, a didática da Geografia busca analisar a dinâmica do ensino dessa matéria: elementos constitutivos, condições de realização, contextos e sujeitos, limites e demandas. Sua contribuição é produzir conhecimento amplo do ensino e dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia escolar, seus princípios epistemológicos, subsidiando assim a atuação docente consciente e autônoma (CAVALCANTI, 2010, p. 3).

Partindo dessa nova visão que surge contra a descrição na Geografia, Faria (2012) comenta que seria necessária a transcendência da realidade aparente para a compreensão dos conteúdos, ultrapassando a tradição da empiria geográfica, pois apenas descrevendo uma situação qualquer não se oferece a cognição qualificada das situações, se tratando de mera aparência externa, segundo o autor. Então, o que deve ser levado em consideração são as relações sociais que contém cada menção de conteúdo, que precisam ser “desvendadas”. Sem traçar a relação, faz-se apenas de algo simplista, que não é capaz de conceber uma ciência do problema tratado.

Com essa explicação, entendemos que os fatos deverão ser levados em conta de acordo com as relações sociais nas quais estão inseridos, haja vista que não conhecemos a realidade apenas a descrevendo, mas sim fazendo uma reflexão profunda sobre aquilo que está além da matéria.

É nessa conjuntura que temos um olhar mais minucioso acerca da Geografia e da transposição didática, além de que a autora contesta a Geografia tradicional e seus métodos visualizando o professor e seu trabalho nas categorias de análise, tornando-se muito útil o estudo sobre o pensamento geográfico:

Sendo assim, é de se esperar que as orientações da Didática e da ciência geográfica estejam presentes de algum modo na prática de ensino. O pressuposto é o de que o professor, para estruturar a matéria que ensina, mobiliza autonomamente conhecimentos dessas fontes, tendo como eixos principais a história do pensamento geográfico, a constituição da área como ciência e como disciplina escolar, as tendências teóricas e as categorias de análise básicas do raciocínio espacial, os procedimentos de investigação e análise do espaço (CAVALCANTI, 2010, p. 5).

As categorias de análise são muito importantes, na medida em que classificam os elementos pertinentes à ciência. Para a Geografia, em específico, elas trabalham os conceitos de lugar, paisagem e território, possuindo, cada um deles, suas peculiaridades e critérios ao serem analisados. Assim,

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p. 117).

A autora estabelece que o uso de critérios é primordial, uma vez que irá classificar os elementos unificando o que eles tem em comum, permitindo, assim, o agrupamento, ou seja, reunindo aquilo que os concilia. Desta forma, facilitando uma investigação mais específica, utilizaremos a categoria lugar, pois, a nosso ver, é a que se encarrega melhor de explicar a identidade e o sentimento de pertencimento, rumo a uma análise do próprio cotidiano, incluindo o escolar.

Eis o que ansiamos para a construção do conhecimento geográfico, uma ciência que sofre alterações no decurso do tempo e uma forma para expressar essa área do conhecimento dentro de uma sistemática científica geral. Moreira (2016) expõe como ciência um conjunto de valores que são atribuídos pelos sujeitos no contexto do mundo em que vivem. Tais valores constituem-se como regras e normas de ideologia e representação e, com o avanço da técnica, os conceitos passam a ser verdade, materializando-se na cultura humana.

Destarte, a ciência geográfica não está fora das questões ideológicas, ainda mais em se tratando da área de humanas, especificamente da perspectiva marxista, crítica e que carece de muito debate sobre os acontecimentos do local perpassando pelo global, sendo, sem dúvida, previsível que busquemos o entendimento crítico da realidade e que, com isso, façamos os estudantes serem os protagonistas da sua própria história.

Tudo isso é reforçado por Faria (2012), ao colocar que a Geografia está unida com o mundo, possibilitando haver uma compressão e intervenção no mesmo, sendo que é possível transformá-lo.

Além disso, cabe destacarmos a inserção dos temas da coletividade, criando uma ideia do comum e conseqüentemente do lugar, uma vez que individualmente é bem mais difícil de “conquistar algo” em se tratando de pautas sociais, o que se complementa com Callai (2005, p. 16), ao argumentar que: “Ao reconhecer o lugar como parte de nossa vida, como um dado que nos permite criar uma identidade e termos a ideia de pertencimento, será possível agir para o grupo, e não apenas para servir a interesses externos.”.

Muitas vezes, ao tentarmos fazer essas reflexões em ambiente escolar básico, nos vemos diante de uma tarefa muito complexa que, na verdade, é um grande desafio. Aprendizagem na faixa etária do Ensino Fundamental II quase sempre não trazem muita maturidade para a escola, sendo preciso despertar algo neles, o que métodos tradicionais, em

muitos casos, não oferecem. Acerca disso, Cavalcanti (2010) contesta os métodos, ao se perguntar o motivo dos alunos não demonstrarem interesse nas disciplinas ministradas, pois, o que se vê com frequência, é o cumprimento formal daquilo que está no programa, o que tem que ser ensinado nas obrigações escolares. Então, a autora, que é grande conhecedora da educação, em especial em Geografia, fomenta a ideia da formação cidadã e a relevância de trazermos o mundo para a sala de aula:

Formar cidadão nessa circunstância, na diversidade de estilos e desigualdade de condições de vida humana contemporaneidade, sobretudo em determinados países, como o Brasil, é algo extremamente complexo e exige do professor atenção ao mundo do aluno em seu cotidiano de sala de aula (CAVALCANTI, 2010, p. 12).

A ligação que existe entre os conteúdos programáticos e o cotidiano é de suma relevância para termos um ponto de partida, visto que é por meio da realidade vivida que percebemos o rumo a ser tomado.

Sabemos que a inserção da realidade dos alunos no ensino é indispensável para a apuração do lugar e essa familiaridade entre o ensinar e o cotidiano pode ser benéfica ao aprendizado, posto que concilie o novo ao que já conhecemos.

Nesse sentido, Tuan (1983) afirma que os lugares íntimos, como os denomina, são aqueles em que é encontrado o carinho, fazendo um paralelo sobre as necessidades fundamentais que são ali consideradas, que chamam a atenção para este estudo, afinal, a partir delas podemos ir em direção a outros aspectos do diferente, fazendo sempre uma comparação com o seu ponto de origem.

O lar, segundo o autor, deve ser encarado como esse lugar de foro íntimo que também está intrinsecamente relacionado ao seu redor, abrangendo várias escalas:

O lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banquetta, um espelho dourado, uma concha lascada (TUAN, 1983, p. 160).

Em outros termos, o autor explana que são nas pequenas coisas que esses sentimentos surgem e dão vida ao lugar, nessa direção, é que devemos considerar as configurações relacionadas, muito além das paisagens e que repercutem na própria existência do ser humano.

Em meio a várias opções, a sugestão aqui proposta é ter como referência, partindo da questão do lugar, uma manifestação cultural, no caso, a música, entendendo que ela é capaz

de remeter a vários traços dos cotidianos, que devem ser apurados no ensino da Geografia. Cabe salientarmos que, mesmo sendo uma ferramenta eficaz, a música poderá aparecer como um empecilho àqueles que ainda não compreendem o que ela retrata de fato, por se tratar de outra linguagem (FERREIRA, 2007).

Por outro lado, se trata de um percurso designado às pessoas que têm sensibilidade musical, mesmo sem a formação técnica, que têm em mente a relevância dessa ferramenta. Eis a importância da exploração da linguagem musical, conforme:

Assim, a abstração que a linguagem musical suscita é patente e, como afirmamos anteriormente, é ela que facilita a compreensão do aluno e dificulta a atuação do professor (mesmo o professor que saiba música, pois uma coisa é ensinar música e outra ensinar outra disciplina fazendo uso da música) na relação aprendizado-ensino como subsídio a uma outra disciplina, esta normalmente fundada em fatos concretos (FERREIRA, 2007, p. 14).

Justamente aqui é cabível fazermos a combinação entre os elementos da categoria de análise do lugar e da música, tendo em vista o foco do ensino como não sendo de fato a música e sim a ciência geográfica, porém, é adequada tal utilização, pois remete às questões do cotidiano e às nuances ligadas ao mundo dos aprendizes.

De acordo com Cavalcanti (2010), não há efetivamente articulação entre o saber do local (onde se vive) com o conhecimento teórico, isto é, abordando os conceitos para pensarmos nesses lugares, por isso, muitas vezes, os conteúdos são discutidos desconsiderando a questão do lugar, ficando distantes da realidade dos alunos.

No que tange a esse sentimento, causado pela aproximação com o espaço em que se vive, Tuan (1983) explica que ele se inicia de forma mais simples, e que, com o tempo, transforma-se em um sentimento profundo, estabelecendo uma ponte ao ensinamento. Logo, consideramos que trabalhar levando em conta esse sentimento pode ser de grande valia quando há pretensão de suscitar, aos adolescentes, um debate.

Desta forma, vemos que a música é muito útil a esse trabalho, resgatando valores e trazendo uma linguagem imprescindível à formação sócio-cultural:

Por ser uma arte tão antiga e tão particular (por ser a única a trabalhar com sons), a música acabou sendo objeto de inúmeros estudos científicos durante a evolução da humanidade, e tais circunstâncias demonstraram em que medida ela era uma disciplina que envolvia, em seu espectro interno de relações próprias, referenciais de outras disciplinas. Assim, a música ajudou diversos estudiosos a provarem aquilo que afirmavam dentro da área em que atuavam (FERREIRA, 2007, p. 25).

Não somente a fim de envolvermos a questão de foro íntimo sob tentativa de associar a música com os conteúdos pertinentes à disciplina, mas para também ampliarmos as opções a

serem vistas e conhecidas em se tratando de semelhanças e diferenças entre povos e nações. Resumidamente, a música possibilita adentrar um universo de conhecimento, conseqüentemente, trabalhando o conceito de lugar, como disserta Silva (2018), destacando a categoria geográfica que se aproxima dos valores, sentimentos e significados que são construídos pelo ser humano no espaço.

Tal categoria (o lugar) deve ser despertada a todo instante, posto que a vivência em determinado espaço não significa entender os seus fluxos e seu processo de forma crítica, é aí que entra a relevância do professor ao proporcionar este entendimento. Assim,

A cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, no entanto nos ofendemos se um estranho a critica. Não importa sua feiura; não importa quando éramos crianças, subíamos nas árvores, pedalávamos nossas bicicletas em seus asfaltos rachados e nadávamos em sua lagoa. Como experienciávamos um mundo tão pequeno e familiar, um mundo infinitamente rico na complexidade da vida cotidiana, mas destituído de aspectos de grande imaginabilidade? (TUAN, 1983, p. 160).

Diante disso, percebemos que o significado do lugar não vem de algo sofisticado e nem necessariamente “belo” para a concepção da maioria, ele está ligado ao imaginário como algo valioso aos sentimentos dos habitantes e, mesmo assim, ao morar nesse espaço, o habitante nem sempre o vislumbrará com um olhar crítico, cabendo à escola fornecer subsídios para que se possa ver com outra perspectiva. Rumo ao olhar para as coisas que estão próximas, mas não identificadas criticamente, Tuan (1983) afirma que o que vemos está “lá fora”, ou seja, coisas que estão muito próximas de nós, não podem ser vistas claramente.

Descobrir então essas questões do significado não é uma tarefa muito fácil, haja vista que é um exercício de debate constante acerca do cotidiano. De acordo com Cavalcanti (2010), para esse debate, devemos buscar o lugar do aluno como referência não apenas enquanto ponto de partida para depois seguirmos os estudos de forma padrão, o que está proposto é que o lugar deve ser discutido constantemente para dar sentido aos conteúdos da escola.

Nessa deficiência em analisar a realidade dos alunos é que nos deparamos quase sempre com aulas mecânicas, que a princípio levam em conta quem os alunos são e de onde vêm, mas que, posteriormente, abandonam a problematização.

Por isso a subjetividade deve ser levada em consideração, não tratando ou definindo todos de forma idêntica, como sujeitos prontos e acabados. Portanto, para cada situação devemos tomar atitudes variadas, conforme:

Estudar o lugar, em Geografia, constitui-se parte importante da Educação como ferramenta mediacional na construção dos processos identitários. Trabalhar na perspectiva do lugar permite a incorporação da subjetividade, também por meio de emoções e sentimentos, que são representados nos processos de construção dos significados (LEITE, 2012, p. 22).

A importância em conhecer locais e, por meio da música, compreender melhor os conceitos geográficos é um ponto considerável à abordagem da diversidade de lugares, com suas características peculiares, mas isso frequentemente é negligenciado, sendo a música pertinente para a retratação da realidade. Partindo disso, Cavalcanti (2010) debate o cotidiano em diferentes lugares do mundo, colocando que a Geografia atenta sobre a importância do cotidiano, em especial o lugar, o ponto no qual encontram-se as representações sobre diversos lugares do globo.

Rebatendo o ensino formal e mecânico, pensamos nas estratégias que obterão resultados satisfatórios, na própria formação inicial e continuada. Essa reflexão deve ser levada em consideração, de forma que a música, no caso desta pesquisa, é uma ferramenta importante a esse conjunto de estratégias.

Cavalcanti (2010), corroborando esse entendimento, admite que a formação e os conceitos ligados ao ensino de Geografia têm sido demarcados desde 1980. Hoje, entendemos que o ensinar dessa disciplina não é apenas um conjunto de conteúdos e temas, mas sim um modo específico de pensar percebendo a realidade.

A uma análise sobre o sentimento do lugar que liga-se ao ensino da Geografia, subjetivamente, observamos que essa categoria de análise não está nos objetos, mas nas sensações, por exemplo, não há um sentimento explícito em uma fotografia ou música, porém há no sujeito que as enxerga, sendo isso o que atribui o real valor:

Eis aqui um paradoxo aparente: o pensamento cria distância e destrói a proximidade de experiência direta; é, no entanto, através do pensamento reflexivo que os momentos fugidios do passado são trazidos para perto de nós na realidade presente e ganham uma certa permanência (TUAN, 1983, p. 164).

Então, notamos o entrelaçamento desse horizonte (em que encontramos o ensino da Geografia) e da música de forma ampla, bem como do lugar, o que nos possibilita a trabalhar tantos assuntos abordados na disciplina. Leite (2012) cita a importância de se estudar o lugar como fator de identidade, argumentando que é uma ferramenta mediadora na busca de entender os processos de identidade, incluindo a subjetividade, seguida das emoções que são representadas na construção dos significados.

É imprescindível conhecermos até mesmo para podermos fazer uma análise crítica da realidade, entretanto, o que visualizamos é que há uma ignorância em vários aspectos às

muitas diferenças entre culturas e até mesmo em relação à nossa própria cultura, como, por exemplo, acerca dos indígenas. Posto isso,

Conhecer o lugar é uma possibilidade sempre de amadurecimento; de desenvolvimento do sentido de identidade, de pertencimento a algum grupo, a um dado espaço, a um território, a uma cultura, a referências simbólicas; à identificação de simpatias/antipatias, inclusão/exclusão (LEITE, 2012, p. 5).

A troca de experiências no campo teórico é essencial à nossa disciplina em particular, o que nos leva a sair da explicação simplista da descrição de um espaço ou de um povo, como se ali não existissem as suas dicotomias. Nesse viés, Moragas (2017) esclarece que o pensamento pós-moderno objetiva entender o conceito de lugar a partir do acareamento de ideias, perpassando pela concepção dialética e a questão da totalidade.

Essa Geografia renovada não é aquela que busca entender o quantitativo por ele mesmo, afinal, se interessa em ver para além da matéria, buscando, na dialética, processos de formação e a interação entre o meio natural e o antrópico. Nesse entendimento, pretendemos também mergulhar na concepção crítica da realidade, salientando a ciência geográfica como debatedora de diversas realidades e ideias.

Vários fatores estão relacionados ao campo geográfico, e o social é um desses, de grande relevância, como cita Silva (2018), ao argumentar que dentro dessa renovação da Geografia a cultura é desprendida de um olhar supraorgânico, à medida que é vista como um reflexo, um meio e uma condição social. Assim, o lugar conceitua-se, segundo o escritor, como fundamental para o estudo.

A música está visceralmente atrelada a tal conceito, uma vez que faz parte da história de sua própria condição e realidade, mesmo, como já vimos, no olhar questionador da indústria cultural:

Logo aqui podemos identificar a música como um produto cultural, e como linguagem que faz parte do dia a dia dos sujeitos, daí a importância de fazer a correlação da música com a geografia, principalmente em sala de aula com o objetivo de trazer ao aluno a melhor interpretação dos conceitos geográficos (SILVA, 2018, p. 35).

Na sala de aula, é plenamente possível emparelhar essa ferramenta com os temas e com o método de ensino, sendo que a Geografia Humanística tenta realizar essa tarefa, conforme:

No campo da Geografia Humanística, o conceito de Lugar vivido surge no âmbito da sua consolidação, no início da década de 1970, como abordado em

discussão anterior, sua linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente, procurando valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares (SILVA, 2018, p. 37).

Desta maneira, constatamos que isso não é um trabalho de fácil execução, abrindo um leque gigantesco de possibilidades que vem acompanhado pelo desafio de se trabalhar com uma faixa etária que é mais focada na conexão com o mundo tecnológico disponível, cujo questionamento da realidade de forma crítica é pouco ascendido. Ainda sobre o lugar, há maior dificuldade em abordar elementos relacionados, não bastando apenas expor fatos e conceitos fechados, porque o grande desafio é ir além, para trazer, nas aulas, exemplos práticos.

Um modo de chamar para o debate é trazendo fatos a partir da própria cidade, conhecendo e reconhecendo a realidade presente. Segundo Tuan (1983), é um passo inicial, quando ele relata, em sua obra, ser a cidade vista como uma mãe, ou seja, um arquivo que guarda lembranças afetivas, inspirando o presente. Logo, existem diversos elementos que constituem a formação de pertencimento, entre eles objetos que criam a sensação de pertencimento das pessoas:

Uma pátria tem seus referenciais, que podem ser marcos de grande visibilidade e importância pública, como monumentos, templos, campos de batalha sagrados ou cemitérios. Estes sinais visíveis servem para aumentar o sentimento de identidade das pessoas; incentivam a consciência e a lealdade para com o lugar (TUAN, 1983, p. 176).

Assim, admitimos que as questões de identidade do lugar são, na verdade, riquíssimas fontes de aprendizado, tanto do seu próprio espaço, quanto da dinâmica de lugares vizinhos ou distantes.

O avanço dos estudos sobre essa categoria de análise mostra que é algo que demanda um grande esforço de compreensão e, até entre os adultos, isso pode ser confundido, com destaque à fase da adolescência, na qual os sujeitos necessitam de uma explicação mais simplificada, um trabalho dedicado à didática.

Silva (2018) manifesta que o lugar é o conjunto de sensações e dos significados que são entendidos pela conscientização, sendo adaptável pela economia, sociedade e pela cultura. Na Geografia, a ligação entre o espaço e o lugar é vista relacionada ao espaço físico e às pessoas que são geradas a partir dali.

São inúmeras as conclusões a se chegar a respeito do lugar, posto que estudos que perpassam a este entendimento apontam o sentimento:

Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente. Uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive às de lugar (TUAN, 1983, p. 180).

Para entendermos melhor sobre como explorar melhor as realidades, vemos o lugar como essencial para compreender as problemáticas aqui levantadas. Conhecer e reconhecer realidades diferentes também pode ajudar a fortalecer a sua própria, uma vez que muitas vezes é algo negligenciado pelos seus habitantes, como nos ensina Tuan (1983), ao afirmar que aqueles que residem em um local determinado não vivenciam apenas as características físicas ao seu redor, vivem também conhecendo outros povoados, e a rivalidade com eles é que estimula, de modo considerável, o sentimento de singularidade e da própria identidade.

E, mesmo em escala menor, é plenamente possível, se partirmos dos conceitos e relações que existem em um bairro no qual a escola funciona, em uma classe de sexto ano, por exemplo, instigar essa pauta, traçando um paralelo com o restante da cidade, buscando as possíveis respostas para a atual situação em que se encontram:

Para ele, estes bairros, são lugares, pois têm significação como conceitos intelectuais. Como seria a percepção das pessoas que vivem em tais áreas? Será que elas também veem que, na sua área, as casas têm estilos semelhantes e que a maioria das pessoas pertencem à mesma classe sócio- econômica? A resposta é forçosamente não (TUAN, 1983, p. 188).

Muito pode ser trabalhado no âmbito local, partindo, posteriormente, para o global. O entendimento acerca disso é relevante para trabalharmos o outro, ou seja, de que modo os lugares são visíveis para os outros e quais são esses meios. É o que esclarece Tuan (1983), indicando que esses lugares se fazem vistos pela rivalidade ou conflito com outros lugares, também a partir da importância visual por meio da arte, arquitetura, das cerimônias e ritos, alcançando a identidade do lugar, o que o autor chama “dramatização das aspirações”, vindas da funcionalidade da vida no individual ou no coletivo.

Nessa etapa, discutimos sobre o lugar como forma de se trabalhar a partir das relações entre os indivíduos e o seu meio. A música, sendo uma aliada, é uma ferramenta importante para conhecermos os principais conceitos dos desafios da educação, no que concerne, principalmente, ao ensino da Geografia.

Posteriormente, debateremos como a música de fato pode influenciar no ensino e aprendizagem, fazendo um paralelo com o relato de letras de músicas reais, e levantando seus potenciais diante das Bases Curriculares Nacionais, BNCC, chegando à de que modo elas poderão ser interpretadas para a construção do conhecimento.

Vimos, aqui, que a música introduzida ao ensino-aprendizagem é relevante, uma vez que traz consigo uma linguagem extra. Ela, associada aos conceitos geográficos, pode ser pertinente como ferramenta, sem dúvidas, como uma boa oportunidade para conhecermos mais os temas que o professor irá trabalhar. Alicerçados nessa perspectiva, no próximo capítulo, proporemos uma análise do potencial que as letras trazem, contribuindo para um olhar mais crítico.

CAPÍTULO II

2. IDENTIDADE, ESPAÇO, LIVRO DIDÁTICO E MÚSICA

2.1 Identidade e a construção do espaço numa perspectiva crítica

Nesta etapa, nos resta explicar o porquê da inclusão de dois paradigmas que, a princípio, parecem distintos: a Geografia Crítica e a Humanística. Contudo, o objetivo de discutirmos o lugar, com um sentido de crítica social, é que fundamenta, nesta investigação, o estudo da identidade, sendo temas que se complementam. Em outras palavras, a música fortalece a identidade e possibilita a crítica para se identificar, trazendo um melhor entendimento para a proposta desse trabalho que a utiliza como recurso didático.

Até o momento vimos a necessidade de se explorar um campo do conhecimento, ligando a arte ao prisma da mercadoria. No entanto, para entendermos melhor essa perspectiva, é válido adentrarmos os conceitos da Fenomenologia e, conseqüentemente, da Geografia Humanista, que darão embasamento a esta pesquisa. A primeira está ligada ao filósofo Merleau-Ponty¹, e a segunda está na busca da explicação da ciência geográfica por um olhar além da matéria, ou seja, que integra a vivência no estudo do objeto de pesquisa.

Inicialmente, faz-se necessário pensarmos na corrente de pensamento acerca da Fenomenologia e no porquê da Geografia, uma ciência autônoma, bebe dessa fonte, formulando, posteriormente, seus próprios conceitos em suas categorias de análise. Nesse sentido, visaremos a defesa dessa interpretação da realidade, cujos pesquisadores traçam investigações, levando em consideração a vivência sem perderem o foco científico, contrapondo-se aos que defendem o pragmatismo absoluto. Alguns pesquisadores ainda acreditam não haver a necessidade de se olhar para a particularidade, acreditando estar ela fora dos parâmetros rigorosos da pesquisa.

A Fenomenologia, então, surge a partir de uma visão que busca compreender o espaço através dos fatos, de acordo com Ponty (1999), estudando a essência, a percepção e a consciência. Ela foca, como escreve o autor, nas essências da existência, ou seja, procura entender o homem e o mundo por meio dos fatos, afirmando que antes mesmo de se refletir sobre o mundo, ele já se encontra existente ao contato, o que nos leva ao o teórico chama de contato ingênuo com o mundo. Em suma, tal área propõe um relato do espaço e do mundo em que os sujeitos vivem, além das experiências como elas são, sem deferência aos fatores psicológicos e fatores causais oferecidos por um cientista.

Notamos que essa ideia do campo de estudo em questão busca dar importância aos fatos reais e, a partir deles, dar significado para os lugares considerando o método científico. Isso fica evidente ao se olhar para a proposta de ignorar essas diferenças metodológicas. A esse respeito devemos levar em consideração não só os aspectos que são medidos, visto que existe algo, além disso, que volta a atenção para um estudo mais profundo à crítica ao positivismo, conforme:

Medições se tornam mais e mais problemáticas quando nos movemos em direção a um mundo de espaço-tempo relacional. Mas por que seria presumível que o espaço-tempo somente existe se é mensurável e quantificável em certas formas tradicionais? Isto nos leva a algumas reflexões interessantes sobre o fracasso (talvez seja melhor falarmos de simples limitações) do positivismo e do empirismo para desenvolver abordagens adequadas dos conceitos espaço-temporais para além daqueles que podem ser mensurados (HARVEY, 2015, p. 131).

Diante disso, questionamos por qual motivo os pesquisadores da Geografia se interessaram por essa particularidade, que destaca o entendimento das relações entre o cotidiano e a importância de se conhecer o lugar. Seguindo essa proposta, Butimmer (2015) enfatiza que antes da Segunda Guerra o lugar era reconhecido apenas como um “recipiente”,

não passando da ótica de um “mundo de Newton”, posto que o positivismo pouco considerasse os aspectos “de dentro”, como chama a autora. Foi no período pós-guerra que essa visão passou a ser alterada e fronteiras foram recombinaadas, rumo, então, a uma nova interação.

A busca da Geografia pela Fenomenologia se deu através do intuito de aproximá-la da realidade, como escreve Marandola (2017) acerca dos geógrafos direcionados à fenomenologia. Esta é vista como uma relevante filosofia do século XX, que mobiliza a ciência a partir da vivência e da experiência, desta forma, superando as fragmentações e dicotomias frutos da modernidade. Nessa perspectiva afirma-se que o pragmatismo puro não seria capaz de captar o elo entre o pesquisador e a sua pesquisa. Corroborando com esse entendimento, Ponty (1999, p. 14) enfatiza que “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção não é presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade”.

A Geografia Humanista, então, consegue absorver o entendimento por meio da percepção para que se possa ir além do campo visual, surgindo na década de 1960 recebendo contribuição da antropologia, filosofia, história e da psicologia. Para Malanski (2014) essa interdisciplinaridade contribui para o pensamento geográfico, pois, para a fenomenologia, as pessoas são ativas na formação de uma realidade complexa, manifestando-se com o corpo, a linguagem, a cultura e a religião.

A Geografia Humanista surge opondo-se a uma visão totalmente focada no campo material, trazendo consigo uma nova forma de se ver a realidade. Pereira (2010) reflete bem sobre o assunto, ratificando o surgimento da Geografia Fenomenológica com base na Filosofia. Isso mostra o resgate do sujeito como elemento fundamental da interpretação do espaço, afastando o racionalismo absoluto e o dogmatismo frio. Assim, essa nova área guiou a ciência para novos horizontes de análise, sendo que, como na Fenomenologia, a Geografia considera o espaço não apenas enquanto contabilizado, mas sentido:

Numa perspectiva geográfica, a fenomenologia trás visão antropocêntrica do mundo e recupera o humanismo ao destacar significados e valores atribuídos ao espaço. O espaço vivido passa a ser construído socialmente através da percepção e da interpretação dos indivíduos, revelando as praticas sociais (PEREIRA, 2010, p.176).

A partir desse entendimento, do todo, em sala de aula, é muito comum haver uma fragmentação dos conteúdos. Em cada bimestre entra-se em assuntos diversos que não são assimilados de forma conjunta. Um bom exemplo a ser levantado, se dá quando se fala de lugar sem levar em conta os modelos econômicos que envolvem determinado local, relacionando-os com matérias primas, clima e costumes. Logo, traçar essa relação é

imprescindível ao entendimento da própria realidade, de modo a agir na reflexão proposta aos e com os alunos, uma vez que eles são cidadãos que devem perceber seu papel no mundo. Corroborando o pensamento de Pereira (2010), destacando a importância da inter-relação, que é orgânica, dos sujeitos que pensam o seu espaço, apoderando-se da natureza, logo, é a consciência dada pela observação que cria o espaço. E, ainda:

A representação gráfica de escala é o significado mais usual e mais simples para representar áreas. Mas a simplicidade da matemática esconde a complexidade da representação do termo quando trata de recorte espacial. Mesmo que o recorte escolhido seja consciente ou inconsciente existe uma percepção do espaço total e/ou fragmentação espacial (PEREIRA, 2010, p. 177).

Apresentamos, até aqui, uma pequena introdução do que a Fenomenologia e a Geografia Humanista têm em comum, elevando a percepção como algo de grande importância, considerando-a como ponto chave para o entendimento da realidade. Tais áreas trabalham com a construção do lugar, identidade e com o reconhecimento da pessoa, que poderão ser vistos tanto pelo viés humano sentimental, quanto no crítico da experiência.

A uma maior contribuição à caracterização da Fenomenologia que, a partir de então irá direcionar muitos trabalhos da Geografia Humanista, verificamos outros autores que tratam do assunto. Há uma explicação dada por Buttimer (1976, apud FERREIRA, 2002) enfatizando que se trata de uma filosofia voltada à reflexão sobre a experiência e o consciente sendo explicado pelo fator do significado e significância. Ademais, ela busca o rompimento entre a segregação da subjetividade e da objetividade, propondo uma união entre ambas. A autora considera o meio como algo importante, ou seja, o mundo da experiência humana, sendo atribuída essa relevância aos agentes humanos, cabendo ao geógrafo perceber as relações ligadas ao campo econômico e ao próprio ecossistema.

Observando os aspectos dos fenômenos da Geografia Humanista, salientamos a importância de alguns fatores, conforme explica o professor Marandola (2017), colocando que não deve o pesquisador apreciar seu objeto de estudo pela sua experiência, pois as experiências são inúmeras e sua multiplicidade envolve o entendimento dos fenômenos. Estes, por sua vez, possuem formas diferentes de existir, como o próprio autor cita, ao relacionar problemas climáticos a um sistema de produção e consumo. O pesquisador necessita, então, de várias escalas para se explicar um único fato.

Conseqüentemente, verificamos que há numerosas formas de investigar o espaço por um olhar humanista. É pensando nisso que chegamos à possibilidade de inseri-lo no ensino e aprendizagem, por meio da interação e do diálogo acerca dos objetos de estudo. Nesse viés, Malanski (2014) faz uma análise sobre o representado e o receptor através do que ele chama

de “signos”. Segundo o autor, tais elementos dão sentido à forma e ao conteúdo, podendo ser concebidos, dentre outros modos, por sons e músicas, porém, a sua essência é vinda de uma linguagem para poder se comunicar. Em relação à construção social dos significados, enfatiza:

Deste modo, os significados dos diferentes signos são construídos socialmente a partir do dialogismo, entendido como a relação, o diálogo, entre pessoas na qual são incorporados diferentes valores e discursos através da recepção/compreensão de enunciados (MALANSKI, 2014, p. 37).

Observamos, assim, que essas relações não passam despercebidas pela Filosofia e nem pela ciência geográfica. Um fator notável de se observar são os significados, uma vez que as questões metodológicas mudam no decorrer do tempo ou de acordo com diferentes ideologias. Desta forma, o olhar para o objeto de estudo, que no caso é o mundo vivido, não foge da perspectiva marxista que também apontamos neste trabalho.

Ademais, notamos que a visão do lugar poderá ter diferentes interpretações que nortearão para um pensamento ligado aos significados afetivos, ou seja, partindo de um ponto de vista experiencial. Na própria sala de aula é possível ver essas diferenças, quando se trabalha a diversidade entre as diferenças de culturas e, a música se encarregará muito bem desta tarefa, trazendo a realidade vivida ou alheia, dando acesso a diferentes percepções e interpretações do seu país e do mundo. A construção do lugar, o reconhecimento da pessoa e a própria identidade surgirão nos meio dos debates acerca da Geografia Humanista, unindo dimensões humanas e físicas, podendo-se trabalhar as paisagens e as dicotomias sociais.

Um olhar mais crítico da realidade também será capaz de compreendê-la. Nessa outra proposta é que Ferreira (2002), ao analisar o lugar em David Harvey, concebe o lugar como uma construção social, devendo ser observadas duas coisas para esse entendimento: o espaço-tempo e o ambiente. Além disso, é relevante compreender os processos sociais considerando sempre a natureza social. Dentro do olhar questionador, o autor chama a atenção para a competição espacial e defende que os lugares são declarados vencedores ou perdedores, gerando, com isso, o que ele chama de “antagonismos”. Essa crítica faz com que haja o aumento do valor de um lugar em detrimento de outro e se baseia na relativa friquidez do lugar e a mobilidade que existe no capital, haja vista que:

Tais processos seriam cíclicos no sistema capitalista e, longe de representarem uma diminuição da significação dos lugares, demonstram que estes, em certos aspectos, se tornam mais importantes do mundo atual (FERREIRA, 2002, p. 62).

Porém, há outra maneira de captarmos a essência dos lugares e, como foi citado, é justamente em uma Geografia crítica que chegamos a ela. Complementando a ideia da concepção da identidade, encontramos o que Harvey (2015) chama de “subjetividade e de consciências políticas”, afirmando que dentro do espaço e tempo absoluto é plausível fazer escolhas, mas quando se está em um campo político, são mais difíceis de serem feitas essas relações. É através das interpretações que se gera o espaço simbólico, não desprezando o quesito afetivo, mas incorporando aspectos materiais que analisam toda a paisagem que incorpora o seu objeto. E, trazendo para esta pesquisa, conseguir transmitir particularidades de lugares distantes e diferentes dos alunos por meio da música ou de um texto é possível para se refletir essas questões. :

Ler um livro sobre a Patagônia afetará a maneira como experimentaremos aquele espaço quando formos até lá, mesmo que uma dissonância cognitiva considerável possa se instalar entre as expectativas geradas pela escrita e o modo pelo qual a experiência é efetivamente sentida (HARVEY, 2015, p. 137).

A partir disso, fica claro que esses dois olhares estão presentes na percepção da Geografia Humanista e Crítica. Não necessariamente um terá que anular o outro, ainda mais porque, em se tratando da sala de aula, é razoável que possamos trazer as duas visões através das músicas, analisando suas letras e verificando o potencial que elas têm para construir o conhecimento.

Um olhar crítico para tratar a realidade se dá aproximando-a da fenomenologia. De acordo com esse viés, Ferreira (2002), com base em suas pesquisas, questiona a chamada Nova Geografia, defendendo o comportamento social como sendo produto dos elementos gerais e, também, daqueles que são particulares. Calcado nas ideias de Harvey, Ferreira chama a atenção para não serem considerados os elementos em uma concepção individual, visto que a crítica, ao contrário, procura considerar as situações existentes, mas não se deixando influenciar por elas, pois:

Ao contrário do enfoque racional, que pressupõe uma racionalidade no comportamento humano, a crítica radical partirá da realidade material para a construção de seus conceitos explicativos e combater a formulação positivista associando-as à ciência da burguesia e a legitimação do controle social. A fenomenologia para a Geografia Radical estaria ligada à aparência, cabendo a esta, em uma perspectiva marxista de cunho racionalista, a percepção das essências por trás das aparências (FERRERIA, 2002, p. 60).

Atentamos, aqui, para as duas correntes que percebem a realidade de forma distinta. A primeira, a humanista, é vislumbrada por um caráter mais experiencial, dos sentidos, isto é,

propondo uma compreensão das articulações em várias escalas, e não do nível individual. Através da percepção da paisagem é que se coloca o sentido humanista, se dando por meio dos sentidos, como o cheiro, os sons, e instigando a conhecer o mundo (MARANDOLA, 2017).

A segunda vertente, além de perceber a realidade, faz a sua crítica ao modo capitalista de produção, procurando entender aquilo que está distante das aparências, fazendo uma investigação mais profunda sobre as relações sociais. Com uma proposta ainda marxista é que Harvey interpreta o espaço, quando afirma pensá-lo pela ótica de espaço e tempo.

Pensar as diferentes maneiras como espaço e espaço tempo são usados como palavra-chave nos ajuda a definir certas condições de possibilidade para o engajamento crítico. Isso também nos abre caminhos para identificarmos reivindicações contraditórias e possibilidades políticas alternativas, além de nos incitar a considerar a maneira como moldamos fisicamente nosso meio e o modo como o representamos e vivemos (HARVEY, 2015, p. 143).

Essa perspectiva permite estudos nessas duas concepções diferentes, mesmo que uma não anule a outra, se pondo apenas como formas de ver a realidade, apreciadas de acordo com a visão do pesquisador e o que ele busca naquele momento. O valor também é definido (na visão capitalista) por Harvey (2015), considerado uma relação social que perpassa por toda a história do mercado mundial. Ele pode ser expresso pelas relações sociais, que, segundo o autor, podem ser de classe ou não, sempre construídas pelo capitalismo.

Especificadas quais direções serão abordadas nesta pesquisa, damos continuidade, a partir de agora, explanando sobre as características das visões humanistas e críticas do espaço, assim como a sua construção e a questão da identidade, que também é relevante.

Assim, iniciamos discutindo a visão de identidade por Butimmer (2015), que pontua ser necessário viver o lugar para poder se aprofundar nessas questões, nos vários significados que o lugar possui, como: simbólico, emocional e cultural. São nas associações pessoais e sociais que as pessoas concebem os lugares e não apenas nas intelectuais, imaginárias ou simbólicas. Vemos que existem vários elementos que compõem a construção do espaço e da própria identidade, sendo o espaço e a identidade refletidos por Ponty (2004, p. 10): O espaço é o meio homogêneo onde as coisas estão distribuídas segundo três dimensões e onde elas conservam sua identidade, a despeito de todas as mudanças de lugar.

Dando continuidade a outros pontos relevantes à Fenomenologia, buscamos entender melhor o conceito de lugar, que juntamente à identidade está ligado ao tema. Ferreira (2002) faz uma análise sobre o assunto e contempla alguns autores, um deles é Relph, que define a condição de lugar partindo do ponto de seus significados, colocando em evidência a

localização, paisagem e o envolvimento pessoal. Para mais, há ênfase no envolvimento pessoal, tendo como características importantes o tempo, a comunidade, os lugares privados e o enraizamento. O que de fato constitui o lugar para Relph, de acordo com os estudos de Ferreira, é esses três elementos que fazem parte da identidade: a localização física estática, as atividades e os significados. Em resumo, é a experiência da interinidade, ou seja, de estar dentro do lugar que constitui a identidade.

Quanto mais se vive a realidade, maior será a aproximação com o lugar. Segundo esse pensamento da Geografia Humanista, é a percepção que fará com que se aproxime ainda mais do objeto. Para elucidar melhor a questão, Malanski (2014) evidencia que a percepção é responsável pela construção do conhecimento do próprio espaço, necessária para estruturar o mundo para a pessoa. Partindo desse ponto de vista, de que ela é importante, deve-se pensar a respeito no viés educacional, onde há o cotidiano escolar e, através dele, poder viver essa realidade permitindo ao docente uma melhor clareza a se trabalhar. É melhor que se trabalhe com aulas práticas baseadas na teoria. No que tange o espaço vivido, pontua:

A Geografia é, tradicionalmente, a ciência responsável por estudar o espaço, contudo é importante definir qual é esse espaço. Assim, ao se propor um estudo geográfico do espaço a partir do viés fenomenológico, considera-o como espaço vivido, essencialmente antropocêntrico e que vai além de um simples amontoado de dados, pois envolve a análise da experiência centrada numa pessoa (MALANSKI, 2014, p. 34).

Partindo do exposto, a percepção é validada em uma perspectiva humanista. Entretanto, existem outros olhares para o mesmo objeto, para a teoria marxista, por exemplo, não é suficiente apenas descrever a realidade, nem vivê-la sem maiores reflexões. Harvey (2015) faz um apelo salientando o fato de se realizar uma mera descrição, escrevendo que é muito fácil fazê-la, mas, para a compreensão de fato, se faz urgente uma ótica principalmente social, quando se analisa, além disso, referindo-se aos conhecimentos culturais.

Levando em consideração que tanto a visão humanista quanto a marxista são relevantes, mais adiante, apresentaremos um estudo documental que será fundamentado nessas duas visões geográficas, com enfoque em letras de músicas. Por agora, seguiremos, há mais reflexões acerca dessas duas correntes inseridas no ensino da Geografia.

A Fenomenologia surgiu quando o olhar científico moderno não mais levava em conta o caráter da experiência, ou seja, quando tudo estava sob o domínio do positivismo. Ponty (2004), que foi um opositor dessa concepção, escreveu sobre o assunto afirmando que a modernidade invertia o senso-comum ao se preocupar com a verdade negando a experiência, por achá-la insuficiente.

Acerca da ciência geográfica, foi percebido e rebatido várias vezes por correntes de pensamento, dentro a Geografia humanística. Havia um desinteresse por questões do cotidiano, e, com certeza, podemos incluir o ensino no fato, quando Marandola (2017) pontua que as coisas que eram vividas, incluindo os geógrafos, foram deixadas de lado por um chamado interesse do geógrafo profissional. Porém, isso não se sustentou por muito tempo, posto que já nos anos de 1970 já tivessem sido revertidos os conhecimentos do cotidiano, passando a serem reconhecidos como ciência geográfica. Cabe ainda lembrarmos as mudanças ocorridas com um grupo de pesquisadores estadunidenses da Geografia Humanista, na busca por auxílio em outras áreas, como a Filosofia, as Ciências Humanas e Sociais.

Outra crítica bastante plausível em relação ao pensamento moderno é a cisão das Geografias, ou seja, física e humana, o que de fato não existe, ou pelo menos não deveria existir. Sobre isso, o mesmo autor investigando a separação, por exemplo, entre sociedade e a natureza, espaço e tempo e objetivo e o subjetivo (MARANDOLA, 2017). Essa separação, segundo o autor, ocasionou sérios problemas, deixando a área humana e física em lados separados, como se fossem estranhas entre si, um prejuízo enorme para o estudo científico. Assim, isso afligiu a visão no que tange ao mundo e realidades vividas, afinal “o mundo é não aquilo que seu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (PONTY, 1999, p. 14).

Com base na experiência é que existe a busca do conhecimento sem partir, exclusivamente, do indivíduo. No olhar da Geografia Humanista não é simplesmente observar o objeto e com isso concluir algo, é mais além, pois as experiências são importantes para compreendermos o caso concreto, todavia, não são a única fonte para desenvolvermos um raciocínio científico. Conforme:

Isso não significa, de forma alguma, psicologismo ou subjetivismo. Não é uma ciência pautada no indivíduo, como fim. Antes, é um recurso metodológico considerar, de um lado, (1) a maneira como os fenômenos se manifestam em nossa experiência; e de outro lado, (2) a multiplicação de experiências nos permite compreender mais profundamente a natureza dos fenômenos geográficos (MARANDOLA, 2017, p. 15).

Salientamos que a ciência é embasada sem se restringir a parâmetros subjetivos, e, na Geografia Humanista, vai além da interdisciplinaridade, já que há também implícita a vivência do pesquisador. Por isso, vários autores dedicam-se a pesquisar e defender tais argumentos e, como a pesquisa em tela faz consideração à arte, especificamente à música, é relevante visualizar o cotidiano escolar através de letras de músicas que têm como prerrogativa fazer a ponte, objetivando entender os conceitos geográficos por meio de olhares e realidades alheias.

Para tentar elucidar sobre a proposta da Fenomenologia e como ela está ligada à Geografia Humanista, Pereira (2010) pontua a aproximação entre o sujeito e o objeto aos processos de conhecimento, dados pela vivência, subjetividade e percepção dos fenômenos. O autor também leva em consideração a interdisciplinaridade para poder conhecer o espaço, percebendo-o no indivíduo. A análise é trivial para compreender como a intuição traz consigo um caráter mais humano, quando se vive e se interpreta de acordo com a subjetividade, trazendo consigo os valores a partir das práticas sociais.

Para melhor entendermos um ponto de vista sobre um mundo mais interligado, ao passo que a comunicação está bem mais acessível, interferindo diretamente no meio cultural, Butimmer (2015) escreve que houve um encurtamento do mundo. Entendemos essa expressão pelo avanço dos meios de transporte e de comunicação, colocando a urbanização como principal responsável pela articulação política da identidade local, ainda enfatizando o que representa a visão daqueles dentro da realidade, distinguindo o conceito e o cotidiano ao afirmarmos que: “Ao contrário, o centramento é um processo essencialmente criativo das próprias pessoas. Os significados de lugar para aqueles que vivem nele têm mais a ver com a vida e os afazeres cotidianos do que com o pensamento” (BUTIMMER, 2015, p. 9).

No que tange à promoção da identidade, percebemos que muitos autores concordam com a ideia da percepção, seja ela experiencial ou mesmo de observação. Ferreira (2002) escreve a respeito dessa pauta defendendo uma junção que ele chama de “observação e expectativas anteriores” para se chegar a uma conclusão mais estável de lugar. O autor enfatiza que será possível perpetuar a identidade mediante a manutenção dos significados dos símbolos do lugar. Indo mais além e citando Relph (1980), escreve sobre a deslugarização, remetendo o termo à ausência do sentido de lugar, ou seja, em que não há expressões simbólicas, mas meramente algo que é aceitável dentro dos parâmetros sociais. Isto é, aquilo chamado por ele de “acrítico”, que obtém de tal lugar um real envolvimento.

O movimento de deslugarização é associado ao pensamento de Butimmer, já citado acima, ressaltando, aqui, que vai além dos meios de comunicação enquanto redutores do contato humano real, tornando-se algo mais genérico, sem necessariamente levar em consideração o lugar e suas regras locais. Partimos, assim, para Ferreira (2002), que chama a atenção à questão alegando que locais como aeroportos e estradas (inseridos na paisagem) contribuem para a deslugarização. Isso acontece ao passo que o movimento de massa colabora para um espaço desprovido de autenticidade.

Há certa preocupação dos geógrafos em relação ao momento em que um determinado espaço do globo passa a ser considerado um lugar de fato. Acerca disso, Malanski (2014) se coloca como defensor da ideia de que o espaço para ser efetivamente lugar quando passa pela

experiência humana, dotando-se de significação, à medida que é composto por seus símbolos. Dito isso, é relevante extrairmos de seu texto a natureza da representação geográfica, em suas palavras: “Portanto, a natureza da representação geográfica é subjetiva, dinâmica e contextualizada, sendo que todo sistema de representação deve envolver as dimensões espaciais e temporais do espaço” (MALANSKI, 2014, p. 36).

Ao entendimento da relação do espaço com o tempo, Harvey (2015) dá ênfase na impossibilidade de desvencilhá-los, pois a união desses elementos deve ser feita, não podendo analisá-los separadamente. Posteriormente, enquadra o espaço-tempo em absoluto relativo e relacional, afirmando que considera todos como espaço.

Até aqui, discutimos acerca dos diferentes olhares que podemos ter sobre os objetos de estudo da ciência geográfica, constando que tais visões não são antagônicas entre si, diferenciando-se pelas formas de análise propostas. O lugar poderá ser visto tanto na perspectiva humanista quanto crítica. O que propomos neste trabalho, daqui em diante, é analisar letras de músicas na perspectiva crítica, uma vez que elegemos esse olhar defronte à tamanha desigualdade que existe em nosso país. Acreditamos que, com a crítica, é possível alertar sobre as dicotomias existentes na desigualdade social, e, além disso, associar temas pertinentes ao entendimento e conhecimento da disciplina.

2.2 Livros didáticos: conceitos de Geografia e música na sala de aula

Nesta seção, a proposta é levantar dados que remetem ao ensino e aprendizagem de Geografia através de letras de músicas. Entendemos que a análise nos permite fazer uma análise dos conteúdos e do direcionamento dado pelo livro didático amparado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, vamos rumo ao estudo que possibilita fazer um paralelo entre os conceitos geográficos utilizando as letras de músicas sob um olhar crítico da realidade. Por acreditarmos que a música pode ser transformadora e conceber uma linguagem paralela, selecionamos, como ferramenta de ensino, alguns exemplares de letras musicais que compreendem os fatos de forma crítica. Cabe, aqui, em primeiro plano, verificarmos os principais raciocínios geográficos que são pertinentes ao estudo e, a partir deles, conduzir nossos planos de aula para obtenção de êxito em nosso trabalho.

Quadro 1: Descrição dos princípios do raciocínio geográfico (BNCC)

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
-----------	-----------

Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos e o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Causalidade	Um fenômeno geográfico nunca acontece por acaso, mas sempre apresenta uma causa que levará a várias consequências.
Ordem	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fonte: BNCC (2017) *apud* FERNANDES, J. A. R.; TRIGAL, L. L.; SPÓSITO, E. S. Dicionário de Geografia aplicada. Porto: Porto Editora, 2016.
Organizador: MARIANO, R. S., 2020.

Os livros didáticos estão cada vez mais atualizados e enquadrados em um novo olhar voltado à educação, sendo desafios dispostos na dinâmica do mundo e suas transformações tecnológicas. Mesmos havendo evolução da elaboração dos livros não se pode desconsiderar a precariedade das escolas públicas e somente eles não darão conta de suprir toda demanda. Mesmo que ainda haja resquícios de uma educação tradicional nas escolas públicas, podemos notar a presença de novas práticas em sala de aula. Cabe aos professores, principalmente da educação básica, a se adaptarem às novas tendências. E, mesmo diante dos desafios, é preciso refletir sobre práticas não convencionais, estando a escola muito segregada da atualidade, visto que “a escola e os modelos tradicionais de ensino estão sendo questionados, pois não dão conta de uma realidade em constante transformação” (MARTINS, 2010, p. 40).

A figura abaixo é importante para entendermos melhor quais são as competências que estão dispostas na BNCC, especificamente para o ensino fundamental, sendo oportuno apresentá-la para pensarmos não somente na particularidade que cabe ao professor e sua disciplina. É relevante frisar que além de propor os seus conteúdos programáticos, o professor

deve ficar atento às outras áreas do conhecimento, para então poder trabalhar de forma conjunta, ou seja, interdisciplinar.

Figura 1: BNCC: Educação Básica – Competências Gerais



Fonte: MEC/Secretaria de Educação Básica (2017).
Organizador: MARIANO, R. S., 2020.

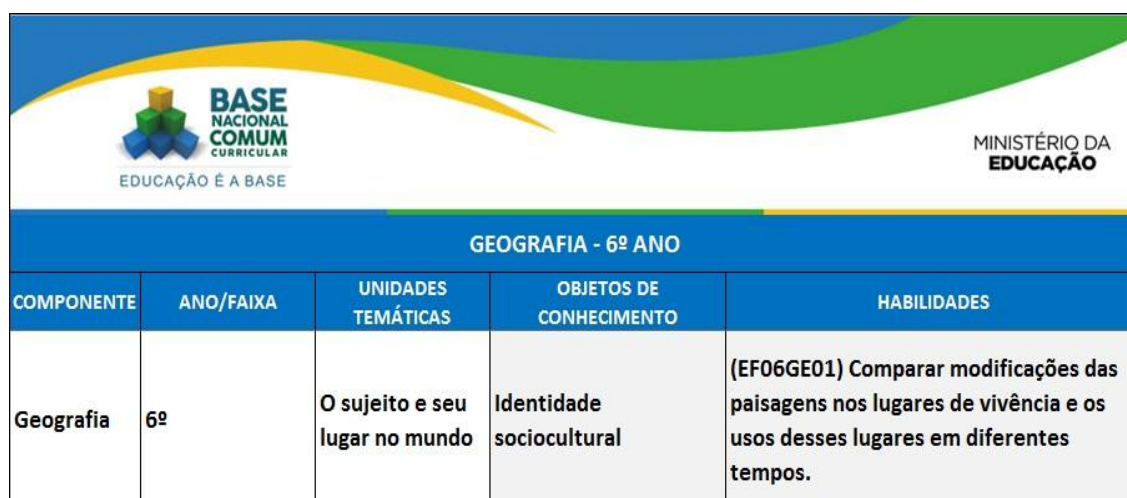
A princípio, levamos em consideração a visão geral que a BNCC⁴ tem de propor um direcionamento para o ensino da Geografia no Ensino Fundamental II. Esse olhar configura um parâmetro dado a todos os educadores que deverão, por meio de suas práticas e do livro didático, propor metodologias para a construção do conhecimento. Sendo assim, a Base Nacional dá princípios para serem abordados em sala de aula, também tratando das habilidades a serem alcançadas a cada ano escolar. De uma forma geral, a Base possui uma direção comum que é:

Nessa direção, a BNCC está organizada com base nos **principais conceitos** da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem (BRASIL, 2017, p. 361, grifos do autor).

Caminhando nessa direção, em que a Base inclui uma visão geral sobre as diversas categorias de análise a serem trabalhadas, as habilidades estão colocadas a cada ano para serem desenvolvidas. Porém, antes de adentrar diretamente nas habilidades específicas a que este trabalho propõe, contempladas no 6º e 7º ano, nos cabe apresentar a diretriz comum dirigida aos anos finais do Ensino Fundamental, observando que a cada etapa escolar se espera chegar a um nível maior, assim, depois da fase introdutória, estabelece:

Para tanto, no 6º ano, propõe-se a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço, para uma tomada de consciência sobre a escala da interferência humana no planeta (BRASIL, 2017, p. 381).

Figura 2: BNCC: Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades em Geografia



GEOGRAFIA - 6º ANO				
COMPONENTE	ANO/FAIXA	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Geografia	6º	O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.

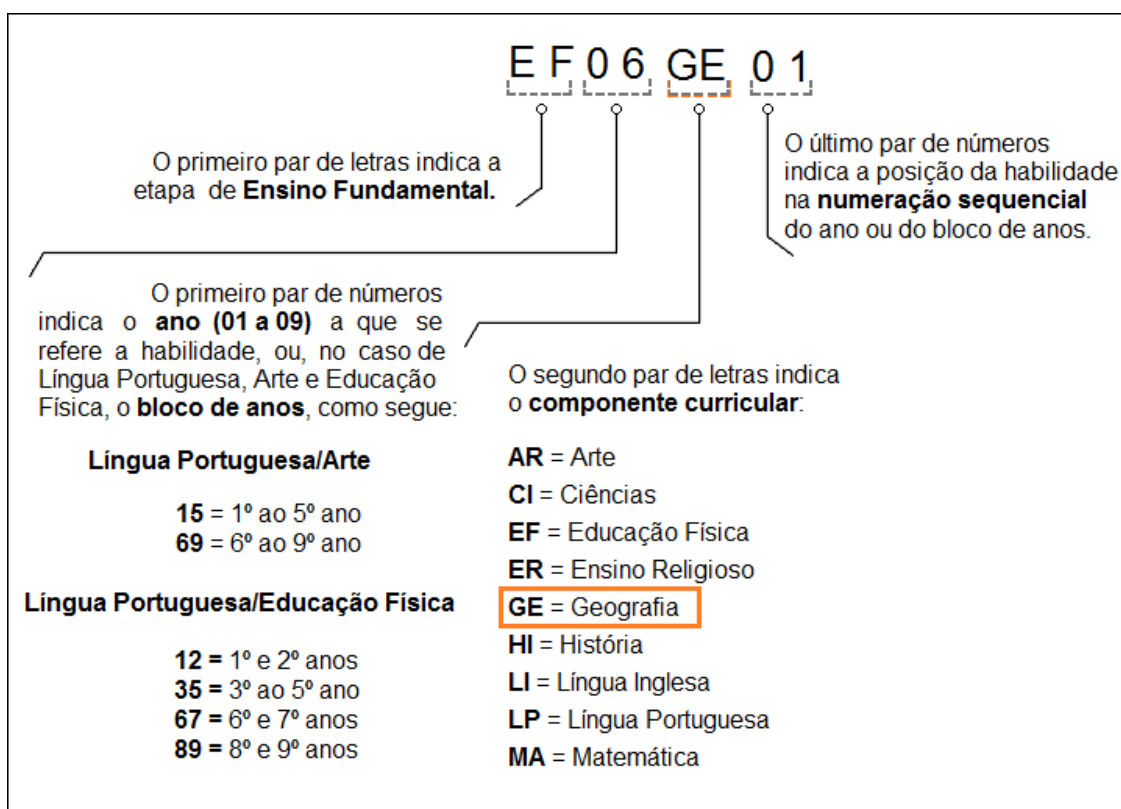
⁴ BNCC foi imposta pelo governo do presidente Michel Temer sem diálogo, de forma antidemocrática.

Fonte: MEC/Secretaria de Educação Básica (2017).
Organizador: MARIANO, R. S., 2020.

Uma visão geral que se tem da Geografia, no 6º ano, é que os alunos podem compreender a dinâmica dos lugares no decorrer do tempo, compreendendo que a sociedade de não está estagnada, pois ela é dinâmica. Por isso, é imprescindível trazeremos essas diferenças de lugares, inclusive através da música, uma vez que ela transcende as palavras e transporta para lugares distintos e remotos, ao mesmo tempo, suscitando a refletir sobre sua própria condição de vida.

Já no 7º ano, dita: No 7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política (BRASIL, 2017, p. 382), que veremos mais adiante. Há, também, outra forma de organizar os conteúdos, por códigos, apresentados na figura abaixo. O início indica qual etapa o ensino está, depois, quando iniciados, os números relacionam-se ao ano de estudo, chegando a uma segunda sequência de letras, estas atribuídas às disciplinas em questão. Já no final do código, os números são indicativos da posição da habilidade na “numeração sequencial do ano”, como vemos abaixo:

Figura 3: BNCC: Organizador Curricular e Código alfanumérico no Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Secretaria de Educação Básica (2017)
Organizador: MARIANO, R. S., 2020.

Podemos ver que são genéricas, por mais que se refiram aos anos específicos, as habilidades direcionadas para cada ano. Desta forma, nos referimos, agora, às habilidades peculiares pertinentes ao 6º ano, associando-as às letras de músicas que tenham referência e podem reforçar as aulas em sala de aula. A primeira habilidade da BNCC selecionada é sobre a identidade sociocultural, incidindo diretamente nas modificações das paisagens, nos permitindo a discutir sobre diferentes tipos de sociedades, fazendo um destaque aos povos indígenas. Nas circunstâncias de trabalharmos as minorias, é relevante tratarmos do tema intolerância e racismo, uma vez que, além dos povos originários, pode ser estendido a todos os excluídos. Antes de partirmos para a análise das letras selecionadas, cabe trazeremos, aqui, as habilidades, por meio do quadro das habilidades pleiteadas pela BNCC:

Quadro 2: Unidades temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades para o 6º Ano do Ensino Fundamental II (BNCC)

GEOGRAFIA			
ANO/FAIXA	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º	O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.
			(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
6º	Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.
			(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.
			(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.
6º	Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.
			(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das

			idades.
6º	Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.
			(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.
6º	Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.
			(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.
			(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.
6º		Atividades humanas e dinâmica climática	(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

Fonte: MEC/Secretaria de Educação Básica (2017).
Organizador: MARIANO, R. S., 2020.

Pensando sobre o norteamento que nos dá a Base Curricular, trazemos sugestões de músicas, analisando, principalmente, suas letras, direcionando-as para as propostas para assim conseguirmos utilizá-las como recurso didático. A seguir, dispomos uma letra que trabalha o assunto da identidade sociocultural:

Intolerância

Não ao Neonazismo
E a ignorância
Não à desgraça coletiva
Não à intolerância
Cruzes queimam no seu jardim
A Guerra Santa já começou
Estrangeiros mortos em Berlim
Nova York, Paris, Londres e Moscou

É a solução final
 Conflito racial
 Entenda isso se for capaz
 É na diferença que nós somos iguais
 Intolerância
 Não, não
 Será que é necessário que nos matemos?
 Não utilizamos a inteligência que temos
 Voltados uns contra os outros
 Mate o seu próprio povo
 E aí o sistema
 Te vence de novo
 Não seja um pilantra
 Patife, canalha
 Não deseje o mal
 Não mande o seu filho pra vala
 Não destrua o futuro
 Pensando em vingança
 Genocídio ou suicídio
 É intolerância!
 Intolerância
 Não, não
 (INOCENTES, 1996).

A educação sendo pautada na pluralidade deve se incumbir de buscar a discussão na qual se possa abrir um diálogo com diversas realidades culturais, o que ocorre na letra “intolerância”, ao contribuir ao questionamento sobre a diversidade religiosa, etnias e desigualdade social. Uma vez que em geral se tem uma visão unilateral da realidade, aceitando apenas o padrão imposto pela mídia, há o apagamento daqueles que são desprovidos de recursos financeiros ou os que possuem outra forma de viver e se relacionar com o meio ambiente, como os povos indígenas. O próprio livro didático de ADAS (2018) trata dessa questão, ressaltando que existem distintos povos e que eles são ativos em diversas modificações do lugar em que vivem. Posteriormente, a letra aborda diversos temas que darão gancho para outras aulas, quando cita sobre nação, classe social e discriminação, abrindo um leque para vários debates.

O tema intolerância nunca esteve tão atual, um tópico que permeia várias disciplinas e que pode e deve ser trabalhado de forma interdisciplinar. O mundo está cada vez mais dividido em questões de imigração e etnias, cabe aos professores, principalmente ao de Geografia, incluir essa pauta nas aulas fazendo indagações que podem ser relevantes na formação e entendimento dos alunos em questões políticas e religiosas. E com essa música em particular dá para ampliar o entendimento com a expressão do intérprete que poderá despertar várias emoções sensibilizando-os de alguma forma de forma complementar.

Outra letra pertinente para o assunto, também da banda Inocentes, é a “O Homem Negro”, que trata sobre o racismo:

O homem negro

Eu sou o homem negro

Vim pra cá acorrentado em navios negreiros

Como um animal

Como um animal

Enfiei minhas mãos na terra pra plantar

Na Casa Grande o senhorio fui servir

Como escravo me obrigaram a trabalhar

A trabalhar

A trabalhar

Tentei fugir

Mas conseguiram me apanhar

Sem ter pra onde ir

Conseguiram me pegar

Eu apanhei como um animal

Como um animal eu apanhei

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Eu sou o homem negro

Que cansado de apanhar

Fugi para o Quilombo dos Palmares

E fui lutar como um guerreiro

Meu sangue na terra derramei

Milhares de inimigos em batalha derrubei

Eu lutei como um animal

Como um animal eu lutei

O senhorio cansado de perder

Resolveu então me libertar

Me pagar pra trabalhar

Pra trabalhar vou receber

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Chibatadas no negro fujão

Chibatadas levei

Eu sou o homem negro

Que sem ter onde ficar

Na favela me instalei

Pra favela me mudei

Na favela fui morar

Fiz de tudo para trabalhar

O que eu ganhava mal dava pra pagar

Cinco bocas para alimentar

Cinco bocas chorando sem parar

Mais uma vez sem opção

Mais uma vez sem solução

Eu me tornei um marginal

Um marginal por condição
 Chibatadas levei
 Chibatadas no negro fujão
 Chibatadas levei
 Chibatadas no negro ladrão
 Chibatadas levei
 Chibatadas no negro fujão
 Chibatadas levei
 Outra vez fui enganado
 Outra vez sou um escravo
 Um escravo remunerado
 Outra vez
 Se precisar vou recomeçar tudo outra vez
 Vou recomeçar mais uma vez
 E outra vez
 Porque eu sou o homem negro
 Porque eu sou o homem negro
 Porque eu sou o homem negro
 Porque eu sou o homem negro
 (INOCENTES, 1992).

A partir da questão dos povos indígenas do país, não há como deixar de lado a discriminação a outras etnias, por exemplo, a escravidão, que marcou o Brasil profundamente e deve ser trabalhada como eixo ao se tratar de cultura e identidade. A música retrata muito bem essa problemática, fazendo um resgate histórico, quando escreve “vim pra cá acorrentado em navios negreiros”. Só com esse verso da letra já é possível debatermos sobre as grandes navegações e, conseqüentemente, compreendermos a vinda forçada dos negros ao Brasil.

Destarte, a escola é o reflexo da própria sociedade, pois faz parte dela, portanto, devemos abarcar a realidade histórica e, por mais que esse resgate seja feito em forma de estudos de textos, é vantajoso levar para a aula o assunto usando outras ferramentas. Sobre as práticas de ensino, que devem ser constantemente atualizadas, Guimarães (2016, p. 16) afirma:

Acreditamos que essas práticas devem ser constantemente (re)pensadas e articuladas de forma lúdica, de acordo com o contexto vivido pelos estudantes e, dessa forma, cultivar neles o interesse pela aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

É nessa linha de pensamento que visamos, neste trabalho, repensar sobre novas metodologias de ensino. Algumas destas serão sugeridas no próximo item, sendo que, aqui, trouxemos a urgência de levar ao conhecimento uma forma lúdica para debatermos assuntos tão importantes. Seguindo à interpretação da letra “O homem negro”, há, também, outros aspectos que devem ser analisados, como as condições que os negros tiveram após a abolição da escravidão, na ausência de meios para viverem dignamente, deixados à deriva. Tal reflexão crítica é crucial para compreendermos o contexto atual da nossa sociedade, como visto

quando a letra expõe que “na favela me instalei, na favela me mudei e na falava fui morar”. Assim, a Geografia crítica deve se encarregar, como foi dito anteriormente, a exercitar o debate crítico, uma vez que existe uma grande parte, em nossa sociedade, de negros e pardos.

Contrariando a problematização, há exemplos de formas de ensinar que desconsideram o caráter questionador, passando apenas a mencionar pontos isolados sem uma investigação acerca das raízes da desigualdade social no que tange às etnias em nosso país. Segundo Silva (2016), quando o ensino da Geografia é tradicional e trabalhado de forma conservadora, torna-se uma aprendizagem engessada, sem senso crítico. Uma forma de entender isso é olhando para trás, a um passado não muito distante que explica a atual situação e que é retratado na letra em questão, relacionando a realidade do negro aos aspectos sociais, conforme: “eu me tornei um marginal, um marginal por condição”. Deste modo, a letra visibiliza uma parte da realidade de pessoas que, por estarem sem nenhuma perspectiva, inserem-se no mundo do crime e, simultaneamente a isso, vivenciam condições precárias: “outra vez sou um escravo, um escravo remunerado”.

A seguir, eis outra sugestão de letra de música:

Reis do Agronegócio

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
 Ó produtores de alimento com veneno
 Vocês que aumentam todo ano sua posse
 E que poluem cada palmo de terreno
 E que possuem cada qual um latifúndio
 E que destratam e destroem o ambiente
 De cada mente de vocês olhei no fundo
 E vi o quanto cada um, no fundo, mente
 Vocês desterram povaréus ao léu que erram
 E não empregam tanta gente como pregam
 Vocês não matam nem a fome que há na terra
 Nem alimentam tanto a gente como alegam
 É o pequeno produtor que nos provê e os
 Seus deputados não protegem, como dizem:
 Outra mentira de vocês, pinóquios véios
 Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?
 Vocês me dizem que o brasil não desenvolve
 Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista
 Mas até hoje na verdade nunca houve
 Um desenvolvimento tão destrutivista
 É o que diz aquele que vocês não ouvem
 O cientista, essa voz, a da ciência
 Tampouco a voz da consciência os comove
 Vocês só ouvem algo por conveniência
 Para vocês, que emitem montes de dióxido
 Para vocês, que têm um gênio neurastênico
 Pobre tem mais é que comer com agrotóxico
 Povo tem mais é que comer se tem transgênico
 É o que acha, é o que disse um certo dia

Miss motosserrainha do desmatamento
Já o que acho é que vocês é que deviam
Diariamente só comer seu "alimento"
Vocês se elegem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada:
O frigo, a múlti de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada
Té comunista cai no lobby antiecológico
Do ruralista cujo clã é um grande clube
Inclui até quem é racista e homofóbico
Vocês abafam, mas tá tudo no youtube
Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira
Vocês que criam, matam cruelmente bois
Cujas carcaças formam um enorme lixo
Vocês que exterminam peixes, caracóis
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho
E que rebaixam planta, bicho e outros entes
E acham pobre, preto e índio "tudo" chucro:
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?
Eu vejo a liberdade dada aos que se põem
Além da lei, na lista do trabalho escravo
E a anistia concedida aos que destroem
O verde, a vida, sem morrer com um centavo
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda
Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação "né" adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí co"aquelas vidas
Vejam como é que o ogrobiz desumaniza...:
Desmata minas, a amazônia, mato grosso...;
Infecta solo, rio, ar, lençol freático;
Consome, mais do que qualquer outro negócio
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem
Por tal excesso que só leva à escassez
Por essa seca, essa crise, esse crime
Não há maiores responsáveis que vocês
Eu vejo o campo de vocês ficar infértil
Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito
E eu vejo a terra de vocês restar estéril
Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto
O que será que os seus filhos acharão de
Vocês diante de um legado tão nefasto

Vocês que fazem das fazendas hoje um grande
 Deserto verde só de soja, cana ou pasto?
 Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão
 Mortos pelo grão-negócio de vocês
 Pelos milhares dessas vítimas de câncer
 De fome e sede, e fogo e bala, e avcs
 Saibam vocês que ganham "cum" negócio desse
 Muitos milhões, enquanto perdem sua alma
 Que eu me alegraria se afinal morresse
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Eu me alegraria se afinal morresse
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Eu me alegraria, ô
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
 Ó produtores de alimento com veneno
 (CHICO CÉSAR, 2015).

Dando continuidade à análise e reflexão de letras para auxiliar a uma melhor compreensão dos conteúdos da Geografia, a letra acima disserta sobre o agronegócio. Frisamos que não podemos pensar o ensino segregado da prática, de forma mais ampla, aquilo que aprendemos na Academia é fundamental para iniciarmos uma carreira, mas somente com a prática e propondo vários experimentos é que adquirimos propriedade ao tratarmos dos assuntos. Seguindo por essa visão, acreditamos na valorização daqueles que estão labutando no dia-a-dia, haja vista que “a prática profissional do professor não é um mero ofício de aplicação de teorias; é, sim, um espaço de produção de saberes e conhecimentos usados no seu desenvolvimento profissional e na sua emancipação” (MARTINS, 2010, p. 43).

Com isso, a cada letra que surge para trabalharmos, vemos como fundamental que o professor tenha autonomia enquanto guia os debates acerca de diversos temas. Quando se trata do agronegócio, há quem pense que é, sem dúvidas, importante para o desenvolvimento do nosso país, porém, é de suma relevância que levemos em consideração outras visões, inclusive as voltadas para todos os aspectos da atividade econômica. Cabe aos professores exercitarem uma análise crítica da realidade, podendo, no caso, utilizarem essa letra, que traz consigo um olhar além da propaganda, ideal para o confronto de ideias, não havendo apenas um ponto de vista, seguindo aquilo que a mídia diz e retrata.

Especificamente, essa música apresenta algo que indaga sobre o custo do progresso, em várias partes, chamando a atenção a questões que a Geografia Crítica pode debater. Quando discute sobre os agrotóxicos, ao mencionar “os produtores de alimento com veneno” e “que possuem cada qual um latifúndio”, problematiza a concentração de terras no Brasil. Além disso, denuncia a manipulação de dados sobre as propriedades rurais, juntamente com a mecanização do campo, colocando que “não empregam tanta gente como pregam”. Uma dicotomia envolvendo a produção que é voltada à exportação, possuindo mecanização, pode

ser trabalhada nesse momento, especificamente sobre o êxodo rural e o inchamento das grandes cidades.

Essa letra traz consigo muitos conceitos a serem trabalhados, como o de policultura e de transgênicos, respectivamente quando é mencionado “é o pequeno produtor que nos provê” e “povo tem mais é que comer se tem transgênico”. Eis, então, uma letra que tem arte enquanto permite nos aprofundar em um tema muito importante: a questão política. Isso é salientado no trecho “que bancam cada deputado da bancada”, que apresenta a ideia de poder falar sobre as leis que regem a país, a bancada ruralista e as prerrogativas dos congressistas. Logo, a música em questão possibilita inúmeras abordagens, como concepções sobre as terras indígenas, os posseiros, seringueiros, sem-terra, extrativista e que partem do próprio ambientalista, refletindo sobre os modos de produção “Por que só prezam e só pensam no seu lucro?”. A seguir, discutiremos sobre outra letra, sendo relevante destacarmos, antes, o quadro que inclui as habilidades correspondentes ao 7º ano do Fundamental II, na disciplina de Geografia.

Quadro 3: Habilidades BNCC – 7º ano

Habilidades da BNCC – 7º ANO

UNIDADE TEMÁTICA – O sujeito e seu lugar no mundo	
OBJETO DE CONHECIMENTO – Ideias e concepções sobre a formação territorial do Brasil	
EF07GE01	Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.
UNIDADE TEMÁTICA – Conexões e escalas	
OBJETO DE CONHECIMENTO – Formação territorial do Brasil	
EF07GE02	Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.
EF07GE03	Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.
OBJETO DE CONHECIMENTO – Características da população brasileira	
EF07GE04	Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.
UNIDADE TEMÁTICA – Mundo do trabalho	
OBJETO DE CONHECIMENTO – Produção, circulação e consumo de mercadorias	
EF07GE05	Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo.
EF07GE06	Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.
OBJETO DE CONHECIMENTO – Desigualdade social e o trabalho	
EF07GE07	Analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território brasileiro.
EF07GE08	Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.
UNIDADE TEMÁTICA – Formas de representação e pensamento espacial	
OBJETO DE CONHECIMENTO – Mapas temáticos do Brasil	
EF07GE09	Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.
EF07GE10	Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.
UNIDADE TEMÁTICA – Natureza, ambientes e qualidade de vida	
OBJETO DE CONHECIMENTO – Biodiversidade brasileira	
EF07GE11	Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).
EF07GE12	Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. p. 384-385.

A Cidade Não Para

Inocentes

Em cada rua um rosto, em cada rosto a mesma angústia
 Ser mais um em 1 milhão a ter a mesma dúvida
 Será que vale a pena, será que tanto faz?
 Será uma peça a mais dessa máquina voraz?
 Não há tempo a perder
 As engrenagens não podem parar
 Não há tempo pra pensar
 Não há tempo pra sofrer
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 A cidade cresce para todos os lados
 Devorando e engolindo todos os espaços
 Será que existe um lugar onde se vive em paz?
 Sufocado, acuado, encurralado
 Por todos os lados há gente demais
 Ninguém cai fora daqui, será que o caos nos satisfaz?
 Não há tempo a perder
 As engrenagens não podem parar
 Não há tempo pra pensar
 Não há tempo pra sofrer
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 A cidade não tem tempo pra entender
 A cidade não tem tempo pra sonhar
 A cidade não tem tempo para perder
 A cidade não tem tempo para viver
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 A cidade não para, a cidade não para, a cidade não para
 (INOCENTES, 1996).

Observamos que as letras trazidas a esta pesquisa são de cunho crítico, com assuntos que podem ser tratados no 6º e 7º ano, porém os expostos até aqui são mais pensados ao 6º. Essa última letra, de “A cidade não para”, vem com uma proposta mais voltada ao 7º ano, estudando principalmente o Brasil nessa fase curricular e discutindo sobre as grandes metrópoles, mostrando uma realidade da urbanização brasileira. Ainda que não cite essa questão diretamente, a letra aborda o cotidiano das pessoas que vivem nas cidades, sendo possível fazermos um paralelo entre a industrialização e a urbanização e, com isso, entendermos como pode acontecer o crescimento de uma cidade: “a cidade cresce por todos os lados. Devorando e engolindo todos os espaços”. Nesse trecho, são considerados os diversos problemas existentes nas grandes cidades, como trânsito, violência, a precária saúde e a realidade escolar.

Ao mesmo tempo em que há incontáveis problemas nas cidades, partindo do êxodo rural, ela também encanta pessoas que ali permanecem, mesmo com tantos problemas existentes, como visto em “Ninguém cai fora daqui, será que o caos nos satisfaz?”. Nesse

momento, cabe levarmos em consideração aspectos de identidade e o sentimento de pertencimento. A Geografia se encarrega de pensar sobre a questão dos lugares e suas contradições, por exemplo, o capital convivendo com a miséria, algo perceptível principalmente nos grandes centros urbanos. Caberá, nesse caso, ao professor ter consciência disso e, de acordo com sua autonomia, buscar recursos que propiciem um melhor aprendizado. Diante do exposto, trazemos o entendimento dessa dimensão segundo o fato de que “para pôr em prática suas atividades diárias, o professor precisa mobilizar saberes e desenvolver o exercício de autonomia, o que lhe possibilitará fazer as opções necessárias diante dos desafios que os diferentes contextos” (MARTINS, 2010, p. 59). Outro tópico relevante é tratado na letra a seguir.

Ciclo vicioso

Latifundiários
 Poder centralizado
 Terras improdutivas
 Ganância capaz de matar
 Ciclo vicioso
 Estrutura fundiária
 Violência nos campos
 Violação dos direitos humanos
 Longe do caos urbano
 Uma alarmante realidade
 As terras particulares nas mãos
 Da poderosa minoria
 Mulheres, crianças, idosos
 Marcas de um trabalho escravo
 Expressos na face e nas mãos
 De cada cidadão comum
 Os sonhos de reforma agrária nas gavetas
 De governantes sem projetos
 Para as famílias o medo de nunca saber
 A cada ocupação o que poderá acontecer
 Mulheres, crianças, idosos
 Marcas de um trabalho escravo
 Expressos na face e nas mãos
 De cada cidadão comum
 Fazendas improdutivas
 Um lugar pra ocupar
 Um lugar pra plantar
 Uma chance para recomeçar
 (AÇÃO DIRETA, 1997).

Na sequência, outra letra é da música “Ciclo Vicioso”, da banda Ação Direta, que trata sobre fatores da Geografia Rural, algo a ser trabalhado no 7º ano do Ensino Fundamental II. Uma vez escolhida essa letra, cabe ressaltarmos que o foco da Geografia Crítica é justamente encontrar pontos que são suscetíveis às falhas do sistema, tratar sobre a exclusão social e

entender o processo de formação do território brasileiro. Como já foi escrito, não há como separar a realidade da Geografia escolar, visto que são interdependentes, sendo primordial refletirmos sobre a produção econômica e questionarmos acerca dos fatores de exclusão no jogo dessa mesma produção. Aqui, então, deverá o professor demonstrar outro lado que não é visto nos meios de comunicação de massa, reconhecendo que existem outros pontos de vista e é possível fazermos uma interpretação da realidade.

A letra é bem direta em sua mensagem, o que podemos notar em todas apresentadas até o momento, observando que a partir delas podemos trabalhar diversos conceitos geográficos, uma vez que eles aparecem no corpo das mesmas. Partindo do trecho “Latifundiários, poder centralizado, terras improdutivas”, constatamos que, em sua maioria, os alunos não conhecem o conceito de latifúndio, sendo uma ótima oportunidade, a partir da música, entender um pouco mais sobre terras que são improdutivas, as devolutas e o problema da estrutura fundiária. Esse é um tema essencial da Geografia Rural, haja vista que por meio desses conceitos é possível compreender o rural brasileiro.

Surgem, na letra, temas polêmicos a serem tratados e debatidos em sala, como a reforma agrária, considerando que muitos alunos desconhecem o assunto ou só reproduzem através de uma visão unilateral que é o senso-comum, muito visto hoje em rede sociais. Quando a letra traz “os sonhos de reforma agrária nas gavetas de governantes sem projetos”, suscita uma questão ideológica, não cabendo deixarmos como única verdade, mas enquanto expansão da visão de que existe a possibilidade de conhecer a respeito do que vem a ser a reforma agrária. Essa possibilidade transcende a questão econômica e inclui razões políticas, se estendendo ao passado histórico do Brasil, de como foram divididas as terras nas Capitânicas Hereditárias, até o entendimento de como se dá a estrutura fundiária.

Outro relevante debate a se fazer acerca dessa letra é sobre a justiça social, uma vez que sempre tocamos no quesito desigualdade social, e é nesse ponto que trata a letra em questão, como na passagem “para as famílias o medo de nunca saber; a cada ocupação o que poderá acontecer”. Assim, temos a noção de que com a crítica é feita algum tipo de apologia, mas, ao contrário disso, o que traz essas letras é a possibilidade de novas visões acerca da realidade, mesmo parecendo ser contrário às leis vigentes, pois esse tipo de abordagem acontece muito no senso-comum. O que visualizamos na mensagem é o tema da justiça social, cientes de que existem muitas pessoas no Brasil que não possuem moradia e que poderiam ter acesso através da reforma urbana.

Por fim, a canção traz a esperança de se conseguir um lugar para viver ao questionar “fazendas improdutivas, um lugar para ocupar, um lugar pra plantar, uma chance para recomeçar”. Considerando que não é tarefa fácil trabalhar com temas polêmicos como esse,

existem vários fatores que inibem muitos docentes em sala de aula, a ponto de não quererem tocar em assuntos como esse, porém, para aqueles que são autônomos e buscam argumentos para trabalharem criticamente, essa letra é um bom começo.

Sem dúvidas, não devemos desvincular o conhecimento teórico da própria vida, cabendo ao preceptor sempre estimular o senso crítico dos alunos, buscando da melhor forma a conscientização de cidadania e não somente um reprodutor de conteúdos programáticos contidos no planejamento escolar anual. Para essas questões, existem várias maneiras de abordar a realidade social em sala de aula, basta ser crítico e aprofundar no assunto:

No âmbito do seu trabalho, o professor vivencia a autonomia buscando superar suas dificuldades diárias, agindo com responsabilidade e sendo ator e autor de sua história. Consciente do seu papel ativo a da sua dimensão política, social e histórica, contribui para promoção de ações comprometidas com o diálogo e a coletividade (MARTINS, 2010, p. 60).

Pensando na proposta de ser autônomo, muitas vezes isso pode causar algumas desavenças, pois, ao se trabalhar temas polêmicos. Nesta pesquisa, pensamos, concordando com diversos autores, que o ensino precisa ser configurado pela variedade de pontos de vista, não somente um. A mídia, por sua vez, mostra, na maioria das vezes, um olhar unidirecional, e nada impede, ao se trabalhar um conteúdo específico, mostrar múltiplas visões dos fatos.

A próxima letra a ser trabalhada é antiga, mas foi gravada pela banda contemporânea “Garotos Podres”, a partir de uma versão da internacional socialista de Eugène Pottier, de 1871, que aponta a realidade da desigualdade social. Essa insistência incansável em retratar a pobreza em nosso país não é por acaso, visto que ele possui uma das piores distribuições de renda do mundo. A seguir, apresentamos a letra da música e suas profundas reflexões:

A Internacional - Garotos Podres

De pé, ó vítimas da fome
 De pé, famélicos da terra
 Da idéia a chama já consome
 A crosta bruta que a soterra
 Cortai o mal bem pelo fundo
 De pé de pé não mais senhores
 Se nada somos em tal mundo
 Sejamos tudo ó produtores
 Senhores patrões chefes supremos
 Nada esperamos de nenhum
 Sejamos nós que conquistemos
 A terra mãe livre e comum
 Para não ter protestos vãoos
 Para sair desse antro estreito
 Façamos nós com nossas mãos
 Tudo o que a nós nos diz respeito

O Crime do rico a lei o cobre
 O Estado esmaga o oprimido
 Não há direitos para o pobre
 Ao rico tudo é permitido
 A opressão não mais sujeitos
 Somos iguais todos os seres
 Não mais deveres sem direitos
 Não mais direitos sem deveres
 Abomináveis na grandeza
 Os reis da mina e da fornalha
 Edificaram a riqueza
 Sobre o suor de quem trabalha
 Todo o produto de quem sua
 A corja rica o recolheu
 Queremos que nos restituam
 O povo quer só o que é seu
 Nós fomos de fumo embriagados
 Paz entre nós guerra aos senhores
 Façamos greve de soldados
 Somos irmãos trabalhadores
 Se a raça vil cheia de galas
 Nos quer à força canibais
 Logo verás que as nossas balas
 São para os nossos generais
 Pois somos do povo os ativos
 Trabalhador forte e fecundo
 Pertence a terra aos produtivos
 Ó parasita deixa o mundo
 Ó parasita que te nutres
 Do nosso sangue a gotejar
 Se nos faltarem os abutres
 Não deixa o sol te fulgurar
 Bem unidos façamos
 Nesta luta final
 Uma terra sem amos
 A internacional
 Bem unidos façamos
 Nesta luta final
 Uma terra sem amos
 A internacional
 (GAROTOS PODRES, 2003).

Notamos que a letra “A internacional” tem uma linguagem distinta das outras, pois se trata de uma letra traduzida para um português mais normativo, dando uma margem de trabalho em que se busca, junto com a história, elementos para a captação do contexto da época na qual a obra que foi criada. Além disso, é necessário ler com atenção os pontos que são atuais nos dias de hoje, conforme a Geografia Crítica, que busca entender aspectos sociais como um todo, não desperdiçando a chance de ler o presente com base no passado. O texto em si tem um caráter anarquista, e isso não quer dizer que fará do professor um doutrinador do anarquismo, como não é, por exemplo, doutrinador religioso, quando trabalha a história das religiões.

Por mais que a letra seja antiga, não está muito distante da realidade atual, demonstrando os embates da luta de classes sociais, ao enfatizar que deveria o trabalhador ser mais reconhecido, pois é quem, de fato, produz. Inicialmente, fazendo um chamado em “de pé, ó vítimas da fome. De pé, famélicos da terra”, acrescentam-se muitas palavras que podem ser, a princípio, desconhecidas pelos alunos, sendo plausível uma busca ao dicionário para prosseguir. Aqui, o autor chama a atenção para os excluídos da sociedade, o que muito acontece em nosso país, no espaço urbano e rural. No contexto em que foi escrita, a população do campo era mais volumosa, assim, a letra é útil para a compreensão dessa migração do campo para a cidade, entendendo, de início, a situação local, ou seja, se existem realidades semelhantes na cidade onde se discute esse assunto.

O autor faz duras críticas ao acúmulo de capital nas mãos de uma minoria que geralmente especula e explora os trabalhadores de uma forma geral. Uma passagem marcante dessa descrição é “edificaram a riqueza, sobre o suor de quem trabalha”. Justamente nesse ponto é necessário fazermos uma análise sobre a distribuição de renda, trazendo dados, principalmente do IBGE, para entendermos a questão da desigualdade no sistema no qual estamos inseridos. Ao buscarmos argumentos que dão validade a essa afirmação, abrimos um leque gigantesco para que as aulas possam explorar assuntos sobre a economia, educação e políticas públicas.

Deste modo, a letra é de cunho crítico ao se referir à luta de classes sociais e, mais que isso, faz um apelo, chamando os desfavorecidos à luta, quando enfatiza que “ façamos greve de soldados, somos irmãos trabalhadores”. Trata-se de uma mensagem que não é neutra, mas caberá ao docente trazer ideias com pontos de vista diferentes para um debate franco e aberto, com isso, construindo o conhecimento através do confronto de ideias. Vários pontos remetem essa indignação frente à desigualdade entre pessoas, perpassando pela ideologia do capital, vista nas leis, e propondo uma solução, esta que não deverá ser tratada como algo a ser buscada, mas sim como um olhar do que poderia existir. Ao finalizar, a música explicita: “bem unidos façamos, nesta luta final, uma terra sem amos, a internacional.”.

Discutimos, até aqui, letras de músicas para serem trabalhadas na Geografia, enquanto um auxílio para chegarmos aos conceitos e para remeter as realidades do cotidiano. Além disso, a arte por si só é inspiradora, transcendendo os seus conteúdos, uma forma de linguagem que, somada aos textos, pode proporcionar diferentes entendimentos de acordo com cada pessoa. Na sequência, mostraremos possíveis formas de trabalhar e, também, métodos que não são tão benéficos.

2.3 Caminhos e descaminhos do uso da música em aulas de Geografia

Nesta etapa da pesquisa, discutiremos, principalmente, como a música de fato poderá ser incluída no ensino e aprendizagem, abrindo um debate no campo teórico e prático e buscando entender exemplos de pontos positivos e também negativos, já que há o fato de não ser tão simples usar a música como recurso didático. Ademais, traçaremos reflexões sobre o tema, com o intuito de promover um debate e contribuição ao ensino de Geografia.

Haja vista que, em se tratando de ensino e aprendizagem, não existe um método que dê conta de tudo a qualquer momento, há limitações dos dois lados, de quem ensina e de quem aprende. E, com isso, a música poderá auxiliar na aprendizagem, mas com certeza não será capaz unicamente e exclusivamente de conseguir o sucesso total, apenas contribuindo se unida a outros recursos didáticos.

A intenção de trabalhar com a música está diretamente ligada à autonomia do professor, que observará as peculiaridades de cada sala. Apoiando essa análise, Di Maio (2011) enfatiza que o professor é a peça principal à promoção do conhecimento, na integração de estudantes de diferentes culturas, realidades sociais e, também, tratando de forma diferenciada os alunos que têm muito acesso aos equipamentos avançados e outros que só o possuem no meio escolar. Deste modo, é imprescindível a consideração das diferenças de vivência de cada aluno, pois

É importante considerar o jovem, não a partir de critérios rígidos, mas como imerso em processos de crescimento vivenciados pelo indivíduo em seu contexto social e situado num espaço-tempo do agora. Ou seja, é de suma importância entender o jovem como um sujeito social, que vive os dilemas de seu tempo no lugar, o qual medeia sua relação com o mundo (SILVA, 2016, p. 109).

Nesse sentido, cabe refletirmos sobre as formas de ensinar como um todo, não permanecendo com os mesmos erros e, ao mesmo tempo, trabalhando com as limitações. Salientamos que a escola é vista, atualmente, como um pré-mercado de trabalho, ou seja, prepara jovens para se enquadrarem dentro de um ensino que muitas vezes torna-se mecânico e sem criatividade. Mesmo propondo uma metodologia audaciosa, não pensamos, aqui, na ideia de modificação repentina do ensino, ainda mais tentando técnicas não convencionais, mas na ideia da criticidade acerca da realidade do mundo. Sobre a forma padrão de ensino no Brasil, Alves (2001, p. 25-26), em seu livro “A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir”, faz uma menção interessante a respeito do que ele chama de “linhas de montagem”:

Nossas escolas são construídas segundo o modelo das linhas de montagem. Escolas são fábricas organizadas para a produção de unidades biopsicológicas móveis, portadoras de conhecimentos e habilidades. Esses conhecimentos e habilidades são definidos exteriormente por agências governamentais a que se conferiu autoridade para isso.

Eis, então, uma crítica profunda sobre a forma de ensinar, seguindo o que o autor denomina “unidades biopsicológicas móveis”, que são, na verdade, os próprios alunos. Visto isso, lembramos que o foco desta pesquisa é refletir acerca do que é possível fazermos para tornarmos o processo de construção do conhecimento mais criativo. Logo, com o uso da música isso pode ocorrer, por se tratar de uma linguagem própria e que é de uso comum das pessoas de uma forma geral, afinal, “a música, em especial a música popular, se faz presente no cotidiano sonoro de um sem número de pessoas simultaneamente e é a mais poderosa manifestação artística em comunicar representações” (PANITZ, 2017, p. 58).

A música como recurso didático também pode cair em um processo mecânico e sem sentido aos alunos, da mesma forma que outros métodos tradicionais, se ela for reproduzida sem uma reflexão profunda e sem um objetivo a ser alcançado, assim como toda e qualquer ferramenta de ensino. No caso em tela, objetivamos criticamente propor reflexões acerca da sociedade capitalista, do seu funcionamento econômico e, principalmente, da espolição existente em nosso país como um todo. A Geografia Crítica se encarrega dessa tarefa, de enxergar os fatos para além das aparências, explicando e compreendendo, através da arte, que a educação é uma forma de abrir os olhos para o mundo. Desta forma,

O uso da música para fins políticos, de qualquer forma, denota uma vontade deliberada de influenciar pessoas, de exercer o poder mediante um recurso artístico. O interesse por esse argumento vem do fato de que se verifica junto aos músicos envolvidos na presente pesquisa uma perspectiva de colação de suas representações com um discurso de integração cultural e regional por meio da música (PANITZ, 2017, p.58).

Ao propormos o envolvimento com a música, em uma perspectiva crítica, temos o intuito de gerar debates sobre a realidade de nossa sociedade. A música em si, já é um recurso que chama a atenção e afeta o emocional de uma forma ampla, porém, aqui vislumbramos atividades que façam referência aos conteúdos que trazem as letras, como as que foram expostas anteriormente. Ao trabalharmos com as letras, podemos ver, com um olhar holístico, as características do sistema capitalista e os conceitos da ciência geográfica. Com as letras, é possível percorrermos lugares, descrevendo-os a princípio para, posteriormente, interpretá-los e conhecê-los.

No que se refere à alfabetização na Geografia, como explica Moragas (2017), proporcionando às crianças e adolescentes a capacidade de observação, descrição,

interpretação e análise para que elas possam enxergar criticamente o lugar onde vivem, para poderem fazer transformações, mudando sua própria realidade, sendo a capacidade crítica oriunda da formação e não de um caráter vazio. É na educação que esses objetivos são traçados, dando continuidade ao processo educacional embasado em um pensamento dialético. Com certeza, a música auxiliará muito nesse quesito, uma vez que não há somente a leitura superficial de um texto, mas o acesso à interpretação do artista, assim como o acesso aos ritmos e melodias diversas.

As músicas abordam fenômenos sociais e a dinâmica capitalista, questões que inseridas enquanto vários temas a serem estudados pela Geografia, que, por sua vez, se encarrega de retratar questões ambientais, setores da economia, perpassando pela estrutura fundiária para entender a realidade. Para propormos atividades que exijam tal discernimento, temos que levar em conta o tempo que se gastará com elas, bem como o alcance dos objetivos. Especificamente, para trabalharmos uma letra devemos, em primeiro lugar, conhecer as palavras desconhecidas, fazer uma leitura coletiva, anotando-as para fazer uma pesquisa no dicionário. Além disso, com o intuito de traçar associações com a realidade na qual vive o aluno. Sendo assim, de nada adianta falarmos de uma escala global sem ao menos entendermos o seu entorno, principalmente na faixa etária que esse trabalho se propõe, no sexto e no sétimo ano.

Pensando nessa perspectiva de fazer ligação entre a letra da música com o cotidiano é que Moragas (2017) enfatiza que quando o aluno estuda o lugar de sua vivência, resgata sua identidade espacial, incluindo fatores culturais desse lugar, como crenças e valores, propiciando o sentimento de pertencimento, ou seja, em relação ao “seu lugar”, podendo contribuir para a sua formação de maneira consciente. Empregamos valor ao tema lugar ao refleti-lo de diferentes maneiras, uma vez que essa categoria não é taxada de forma única e exata, visto que há algumas tentativas de perseguir o assunto sem esgotá-lo.

Algumas atividades são boas para trabalhar conteúdos de letras de músicas, não devemos nos restringir a uma interpretação superficial das letras, ou seja, o ideal é que sejam incorporadas outras dinâmicas para serem associadas. A simples leitura e interpretação de letras não instiga o aluno, nem o faz sentir comprometido com a aula, mas quando há uma tarefa em que ele se sinta parte do processo, com certeza se criarão maiores condições para efetivamente se aprender algo. E, especificamente o campo da música, pode ser explorado por diversos meios para ter acesso à construção do conhecimento, ao analisarmos letras de música aliadas às melodias, focamos em sensibilizar aqueles que muitas vezes estão sem motivação para aulas tradicionais. Então,

A principal vantagem que obtemos ao utilizar a música para nos auxiliar no ensino de uma determinada disciplina é a abertura, poderíamos dizer assim, de um segundo caminho comunicativo que não o verbal – mas comumente utilizado. Com a música, é possível ainda despertar e desenvolver nos alunos sensibilidades mais aguçadas na observação de questões próprias à disciplina alvo (FERREIRA, 2017, p. 13).

A primeira sugestão aqui é gravarmos um programa no formato de rádio, utilizando as letras das músicas, com a hipótese de que os alunos irão apresentar temas relacionados com a matéria, e além de explicá-las com suas palavras utilizarão as músicas para embasarem suas falas. Sem dúvidas, isso exige um esforço de trabalho docente, porém poderá ser satisfatório o resultado, tendo em vista que esse tipo de atividade proporciona várias habilidades, como o trabalho em grupo, a desinibição, isto é, a própria autonomia, posto que o aluno deverá ter postura de voz, articulando suas próprias ideias e buscando qual a melhor forma de gravar o programa. Além de tudo isso, o produto final poderá ser utilizado para diversas finalidades, como a divulgação do projeto no canal da escola, na internet, para que se possa ouvir o conteúdo na sala, trabalhando com todos os demais alunos.

A música sempre será um pano de fundo do objetivo de criar condições para o aprendizado, como foi mencionado várias vezes, já que não se trata de uma aula que ensinará música, mas sim abordará como recurso didático do ensino da Geografia. Nesse sentido, é que devemos ter a dimensão dos benefícios de se trabalhar com a música, uma vez que ela traz um novo diálogo para ser possível atingir mais alunos que não só pelo meio da fala não se poderia chegar. Outra atividade que poderá ser empregada é a criação de histórias por meio das músicas, isso instiga e faz com que passem de coadjuvantes a protagonistas da aprendizagem. Elas poderão serem escritas tanto no computador, quanto em folhas avulsas, considerando que os conteúdos estarão presentes.

Essa atividade da história poderá ser em grupo e cada um deles criará seus personagens, trabalhando diálogos em torno dos conteúdos programáticos e desenvolvendo um raciocínio artístico. Terão, como base, as letras de músicas que serão analisadas e interpretadas pelos próprios personagens, fazendo disso um debate acerca dos assuntos selecionados pelo professor. Não resta dúvida que esse tipo de avaliação não é convencional, mas que pode ter bons frutos, ao esmiuçar cada conceito proposto de uma forma leve e divertida aos estudantes, que podem incorporar outros elementos à história, como a comédia, por exemplo. No final da atividade, todos da classe terão acesso a todas as histórias, disponibilizadas para as demais salas que estudam o mesmo conteúdo, servindo para a revisão de prova e fixação de conteúdo.

Uma coisa a pensarmos é que pode haver problemas ao tentarmos aplicar essas atividades, por isso é importante, primeiro, conhecermos o recurso didático, não se tratando de sermos musicistas, mas para termos a sensibilidade de selecionarmos bem o repertório, planejando cada passo da aula, não esquecendo dos objetivos propostos. Para aqueles que pretendem utilizar esse recurso, tem que haver uma afinidade com a referida linguagem, uma vez que não basta apenas ser um ouvinte de música para que conseguir um resultado satisfatório, é preciso ser um pesquisador dessa ferramenta, aprendendo como deve utilizá-la, como esclarece Ferreira (2007), ao dizer que ao mesmo tempo em que pode parecer uma vantagem associar a música à outra disciplina, pode acarretar em inúmeras barreiras fazer o uso dela sem dominar o recurso didático:

Assim, a abstração que a linguagem musical suscita é patente e, como afirmamos anteriormente, é ela que facilita a compreensão do aluno e dificulta a atuação do professor (mesmo do professor que saiba música, pois uma coisa é ensinar música e outra ensinar outra disciplina fazendo uso da música) na relação aprendizado-ensino como subsídio a uma outra disciplina, está normalmente fundada em fatos concretos (FERREIRA, 2017, p. 14).

Desta forma, muitos educadores confundem gostar de música com aplicá-la como recurso didático. Por isso, o professor não deve se aventurar de qualquer maneira só pelo fato de que ouve músicas desde sempre, sendo fundamental ter em mente como se trabalhar com essa ferramenta. Porém, não é preciso sabermos a teoria musical para nos auxiliarmos no campo geográfico, mas sim sabermos selecionar e adequar o que for útil para o ensino e aprendizagem geográfica:

A música ainda relata os lugares e lhes dá significados, protesta contra as injustiças do mundo ou cria ainda mais alienação, pode ser uma ferramenta de controle do imaginário social ou pode ser libertadora, ao construir espaços de esperança e resistência. Sua dimensão, como representação do mundo e como prática no/do espaço, se apresenta como uma geografia complexa que desafia os geógrafos a refletirem juntos com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, sociologia, a antropologia, a história, os estudos culturais, a comunicação social e a economia da cultura (PANITZ, 2017, p. 49).

Outra atividade que poderá auxiliar os professores de Geografia é a construção de letras de músicas baseadas nas letras originais e nos conteúdos do livro didático. Nessa atividade há uma inclusão de pontos de vista sobre o tema proposto, e, além disso, todos poderão cantar suas letras na melodia primária, ou seja, a música está melodicamente pronta, porém, inserida com letras com pontos de vista diversos sobre o assunto. Havendo vários

debates acerca da redação das letras dos grupos, canto coletivo e o material confeccionado, reforçam-se a reflexão, revisão e fixação do conteúdo, pois, geralmente, uma letra que se cria e canta não é esquecida com facilidade.

Fica aqui a tentativa de proporcionarmos um ambiente produtivo com diversas atividades que são desafiadoras e, ao mesmo tempo, para sair de aulas tradicionais, fazendo com que se desperte o interesse nos alunos. A intenção é tornarmos mais agradável o ambiente de ensino para fazermos crescer a produtividade e despertarmos a consciência crítica, tendo em vista que esse trabalho traz consigo uma Geografia escolar que se embasa na interpretação do cotidiano e busca compreender os conceitos geográficos, fazendo com que haja um entendimento com a pauta de que o aluno faça parte desse processo. Refletindo sobre essa questão, de que as aulas deverão ser adequadas, trazendo algo que seja motivador e desperte o interesse daqueles que estão aprendendo, Dozena (2016) enfatiza que o aluno encontre identidade e tenha interesse para ir à escola, para que seja um espaço onde haja informações e elas se transformem em conhecimento e sabedoria.

Outra proposta de atividade que inclui a música e a arte como um todo é a construção de uma cena teatral inserida nos conteúdos das letras. Destarte, tudo é uma construção a partir das letras das músicas, um contínuo aprendizado que gira em torno dela, havendo diferentes propostas de trabalho, mas todas convergindo para as letras e melodias. Ao sugerirmos uma cena teatral, tendo como base as letras e conseqüentemente os conceitos geográficos, esperamos que dessa forma haja um melhor aproveitamento escolar. A arte inspira e traz desafios que irão despertar em muitos o entusiasmo, devendo ser melhor aproveitado o aprendizado. E como todas as outras sugestões, essa atividade também se encarregará de produzir um material que sirva de apoio para revisar e fixar os conteúdos, além de proporcionar diferentes condições de aprendizado.

Aqui, não temos o objetivo de esgotar todas as possibilidades de atividades que envolvam a música, apenas propomos algumas sugestões que podem, de fato, contribuir para um melhor desempenho escolar. Nessa perspectiva, consideramos que a associação do ensino da Geografia com a música pode e deve ser oportuna no caminhar do conhecimento, aliando-se a uma tentativa de promover o aprendizado, juntamente com algo que está intimamente ligado ao seu cotidiano, sendo esse o seu ou outro lugar a ser estudado. Então, a música pode e deve ser entendida como uma facilitadora à melhoria da educação por meio das aulas de Geografia.

Desta forma, há a possibilidade de fazer uma união entre as diferentes formas de pensar e ensinar a Geografia através da música, esse elo existe uma vez que pode-se fazer correlação entre os temas e as canções. A Geografia humanista e a crítica são visualizadas a

todo o momento em músicas de vários gêneros, o livro didático dá uma base para iniciar as discussões, além de textos muitas imagens fornecendo uma leitura visual e a arte proporciona diferentes visões acerca da realidade. Ao ouvir música de tenham letras com conteúdos que podem auxiliar nos estudos, abrindo a percepção para se compreender melhor o mundo em que se vive e ter acesso a uma linguagem diferente da textual, é um recurso didático que fornece um complemento. Com isso poderá diluir o entendimento que muitas vezes são pesados para um aluno de sexto e sétimo ano que geralmente não tem acesso a essas canções mais alternativas.

CAPÍTULO III

3. A MÚSICA COMO RECURSO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

3.1 Geografia Crítica, escola e ensino no Brasil contemporâneo

Neste capítulo, trabalharemos a concepção da Geografia Crítica no que tange à sua proposta no ensino brasileiro, bem como, especificamente, na educação básica. A priori, ressaltamos que essa temática é imprescindível ao nosso trabalho, uma vez que almejamos uma investigação sobre o recurso didático música, que além de incorporar elementos dos conceitos básicos da disciplina, contempla-se no campo cultural. Desta forma, buscamos, aqui, entender o processo crítico da Geografia Escolar, como elemento unido ao recurso didático e proposto como contribuição para o melhoramento do ensino.

Inicialmente, destacaremos os principais aspectos da Geografia crítica no Brasil e a proposta desse campo à educação. Por mais que existam contradições referentes ao assunto, é possível fazermos referência ao tema utilizando elementos que sejam comuns a ele, ou seja, recorrendo a argumentos que tornam a ciência geográfica válida no âmbito escolar. Assim, é possível inserir tal ciência na escola, inclusive no que diz respeito à metodologia de ensino.

Ressaltamos que o próprio conceito de crítica, antes de tudo, deve ser analisado com cautela, por já carregar um estereótipo. Pensamos que essa crítica “estereotipada”, necessariamente, é posta apenas para negar, a todo custo, sem ao menos justificar-se. Vesentini (2016), em “Ensaio de Geografia Crítica”, aborda a concepção da crítica, ao tratar o tema como visado pela ciência, desde que haja discernimento. Essa discussão é válida, ao passo que avança ao conhecimento, isto é, com contundência nas justificativas.

Há, ainda, autores que diferenciam a Geografia Crítica e Socioambiental da vertente marxista propriamente dita. Nessa linha de pensamento, Costa (2016) discorre sobre a forma com a qual se apresenta a primeira corrente, afirmando que a natureza é apropriada pela sociedade, esta inserida no sistema capitalista de Estado. É importante mencionar que o autor em questão acredita que ainda há polarização entre capitalismo e socialismo, e que ela é um empecilho para o desenvolvimento da ciência geográfica, conforme:

Em relação à introdução do sujeito no conhecimento (negação da neutralidade), a ética geocrítica, com base nos postulados marxistas, já partia desse princípio, portanto, a teoria da complexidade converge totalmente para o marxismo, o que implica a instrumentalização da Geografia para a defesa das causas do momento, no caso, a solução dos problemas socioambientais. Religar ciência e política é algo que, na verdade, sempre fez parte da ética geocrítica, pois esta foi uma das dimensões da institucionalização da Geografia Crítica no Brasil. Além disso, sem essa ligação, não seria operacionalizada a crítica ao capitalismo (COSTA, 2016, p. 79).

Partindo da ideia de “polarização”, mesmo sem o objetivo de nos aprofundarmos no tema, é pertinente pensarmos a questão, visto que é debatida em meio científico e educacional, direcionando-se, também, ao ensino da Geografia. Apesar desta pesquisa apontar com dada relevância o debate crítico da desigualdade social no país e proposto em sala de aula, há autores que vislumbram dessa visão, com um viés entre dois sistemas.

No desenvolvimento do que é Geografia Crítica, Vesentini (2016) escreve que ela existe, mas que não deve ser empregada de forma radical. Afirma, então, que ela é plural, enfatizando a inter-relação entre sociedade e natureza, entre o espaço e relações de poder. Logo, o professor deve buscar o “espírito crítico” dos alunos, entendendo lutas sociais, almejando uma sociedade mais justa. Em suma, a Geografia Crítica surgiu contrapondo a corrente tradicional e quantitativa, rumo aos sujeitos capazes de analisar e compreender as

contradições do sistema de forma autônoma. Sujeitos estes que conhecem as reivindicações das minorias, dos oprimidos, “dos que ensejam criar algo novo”.

É relevante conhecermos alguns conceitos de Geografia Crítica, segundo o entendimento de alguns autores, uma vez que há diferentes interpretações acerca do assunto, o que pode gerar dicotomias. Faz-se necessário, aqui, explanarmos que mesmo havendo diferenças na literatura, prevalece o entendimento de que essa linha teórica da Geografia é oposta à tradicional.

Observamos que há, nesse contexto, um aprofundamento das questões que envolvem o próprio sistema econômico, envolvendo aspectos de ideologia, tendo como uma das interpretações uma menção muito relevante que afeta diretamente o ensino. Nas palavras de Barbosa (2016) isso soa como “conexões” que as teorias fazem a respeito da escola e da própria produção capitalista. Nesse viés, a escola objetiva passar aos seus alunos o que o autor chama de “ideologia da classe dominante”. Seria esta a ideologia encarregada de formar cidadãos condizentes ao próprio sistema.

Diante desta problemática, alguns autores chamam a atenção para a importância da crítica, porém, com ressalvas, destacando pontos positivos a serem levantados quando se quer pensar algo criticamente. Para Vesentini (2016), há avanços do objeto estudado quando são feitas críticas que evoluem, propondo novas alternativas ou perspectivas, entretanto, estas deverão ser isentas da polarização capitalismo versus socialismo, aumentando o espaço democrático. Com isso, desvincula-se o caráter polarizador e esclarece-se como deveria ser a crítica nos tempos atuais, em um mundo pós-moderno, com variação de verdades. Seria extemporâneo usar a crítica como a “realização do sentido da história”.

Pensando em como é possível um professor proporcionar a construção do conhecimento através da ciência geográfica, chegamos à árdua tarefa de tornar necessário o afastamento do campo de um viés de “crítica sem fundamentação”. Partindo ao exercício da crítica contundente, diversos autores de áreas distintas passaram a reproduzir seus textos com teores da Geografia Crítica, segundo Diniz Filho (2016). Enfatizamos, por outro lado, que ainda há certo impedimento no que tange a conhecer a corrente, culminando na negação de seus elementos.

Pensa-se que a Geografia Crítica encarrega-se da dialética marxista, analisando a produção do espaço (MIRANDA, 2005). Nessa perspectiva, cabe aos docentes incorporar tais interesses e conflitos de ideias, constando que a escola surge como um espaço de conflitos, ou seja, possuente de “interesses antagônicos” inseridos na própria sociedade capitalista. Logo, cabe à escola ser um espaço de transformações, não-alheio aos acontecimentos existentes no mundo, por isso, devendo ser tratado como parte do meio social.

Ainda sobre a crítica à forma dogmática, como escreve Vesentini (2016), a prática crítica, por mais que seja contrária ao sistema capitalista, não deverá servir como pensamento fundamentalista. Assim, toda crítica necessitará de um contexto, dando sentido aos argumentos, reconhecendo as realidades e possibilidades. Por isso, a contextualização temporal e do espaço são imprescindíveis.

Como vimos, o objeto a ser tratado aqui como sendo Geografia Crítica é distinto das demais ciências por pertencer à Geografia, atribuindo a ela a função de analisar as interações entre o meio natural e humano. É o espaço que a própria coletividade produz que se torna possível de investigação. Aqui, fica perceptível a relevância dessas relações, que são de suma importância para a compreensão da construção do espaço, como bem ressalta Diniz Filho (2016, p. 42):

Assim, no intuito de produzir uma teoria crítica do capitalismo a partir dos fenômenos estudados pela geografia e, portanto, sem proceder à mera reprodução de teorias já elaboradas pelas outras ciências sociais, os geógrafos recorreram a diversos conceitos de natureza totalizante (originários ou não do marxismo) para definir seu objeto.

Em se tratando das práticas de ensino, conforme Miranda (2005), a prática pedagógica consiste no envolvimento do professor com os discentes, perpassando pelos conteúdos programáticos. Devendo o professor ter “compromisso político” com essa criticidade, ele propõe a transformação da realidade pelo seu trabalho em sala de aula.

Numa visão holística sobre a educação que rompa com práticas que já não condizem com o mundo, a emancipação dos discentes é requisitada na atualidade. Desta maneira, o exercício de docentes baseado na falta de diálogo, que não procura a construção coletiva do conhecimento, perde espaço:

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente. Prática pedagógica em que o método deixa de ser, como salientamos no nosso trabalho anterior, instrumento do educador (no caso, a liderança revolucionária), com o qual manipula os educandos (no caso, os oprimidos) porque é já a própria consciência (FREIRE, 1987, p. 35).

Não há como negar, mantendo a crítica mais ferrenha para com o sistema econômico ou político, que a sociedade modifica-se com o decorrer do tempo e, portanto, o ensino também deve modificar-se. Formas de ensino conservadoras ainda estão presentes na atualidade, e, para quebrar essas barreiras e atualizar-se, a formação continuada deve promover a constante reflexão sobre o exercício da docência. Criticando esse passado não

muito distante, Freire (1989) trata o ensino retrógrado como “bancário”, em que o professor “deposita” seus conhecimentos em alguém que supostamente é vazio de conteúdo, desconhecendo qualquer coisa. Com isso, segundo o autor, não se desenvolverá a “consciência crítica”, deixando os alunos ingênuos, sendo a consciência crítica capaz de inseri-los no mundo como sujeitos que o transformam.

Toda essa transformação potente não interessa aos “opressores” (FREIRE, 1989), já que o objetivo do opressor é manter o mundo como está, sem muito questioná-lo. Por isso, a educação deverá ter um caráter libertador, não podendo ser os sujeitos meros depósitos vazios que precisam ser preenchidos com informações a serem decoradas. O teórico critica, então, um sistema que é fundamentado no ensino mecanizado e compartimentado, colocando que sujeitos com “corpos conscientes” devem problematizar as relações que envolvem o mundo, diferenciando-as:

O antagonismo entre as duas concepções, uma a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. Para manter a contradição, a concepção, “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 1987, p. 44).

A distinção entre ser doutrinário ou não passa por alguns autores de diferentes visões, porém, essa divergência não nega as disparidades econômicas existentes em nossa sociedade, somente a forma que se concretiza o discurso sobre o tema da Geografia Crítica. Para Barbosa (2016), trata-se de um movimento que trouxe uma nova concepção para o ensino da Geografia na educação básica, apresentando condições ao aluno como ser crítico, no sentido de compreender a realidade, podendo participar ativamente das transformações, conquistando, segundo a autora, a plena cidadania.

Defronte a isso, buscamos, nesta dissertação, alcançar um comprometimento com a sociedade, considerando o ser humano concreto, com uma compreensão de sociedade que se divide em classes e que tem contradições.

A Geografia Crítica é atribuída para evidenciar as dicotomias, as desigualdades, esclarecendo que as pessoas poderão ser as protagonistas da sociedade. Anuir para as mazelas do mundo em que vivemos, em sentido amplo, significa pensar como sujeito que está no mundo, podendo agir ou não perante os fatos.

Ampliando essa visão acerca da construção do conhecimento, mediada pelo professor, é que chamamos a atenção para a concepção do termo, que Miranda (2005) define como além

de transmitir o conhecimento, ou simplesmente decorar conceitos prontos, mas levá-los à construção coletiva, explicando as contradições através das causas. Eis uma maneira de estudar as realidades próximas e distantes, incluindo problemas atuais e possíveis futuros, dando explicações mediante pressupostos “teórico-metodológicos” que a ciência geográfica tem sobre o espaço. Acreditamos nessa teoria, rumo ao conhecimento construído coletivamente, usando, como meio, o recurso didático música, que auxilia nessa interpretação da realidade.

Trabalhar com música em sala de aula nos leva a esperar mais da participação dos alunos, substituindo, cada vez mais, as aulas expositivas por aquelas que promovem interação. Desse modo, exploramos o sentimento de pertencimento, ou seja, para que os alunos sintam que as aulas deslocam-se da mera exposição de conteúdos para uma relação mais próxima com a vida. Nesse percurso, é que Barbosa (2016) traz, além de sua perspectiva construtivista, o valor de se trabalhar com os recursos didáticos, citando inúmeros tipos e a magnitude que eles podem ter no melhoramento da leitura e escrita. Sendo assim, os alunos passam a “decodificar” os símbolos da mídia e, assim, será possível ler ideologias implícitas. Por isso a relevância de ser alfabetizado vislumbrando os diversos discurso que, segundo a autora, são “carregados de ideologias, imprecisões e distorções geográficas”.

Partindo para a prática de ensino da Geografia, Vesentine (2016) trata a Geografia como uma ciência que é pautada numa crítica, mas que não chega a ser doutrinária, propondo um estudo sobre a sua evolução para entendermos a atualidade. Em meados da década de 1970, surge a primeira geração da Geografia Crítica no Brasil, destacando a forte influência de Gramsci na Academia.

Nessa conjuntura, emerge a tentativa de explicar as mudanças que ocorreram na ciência geográfica, e que passaram a ter novos propósitos na educação básica. Para chegarmos aos tempos atuais, é necessário descrever os passos que antecederam essas mudanças de pensamento, frisando que o contexto histórico é o que nos esclarece sobre o assunto, possibilitando infinitas discussões e remetendo às propostas das modificações ocorridas da década de 1970. Colaborando para o embasamento temporal, trazemos as palavras de Barbosa (2016, p. 99):

Em face das denúncias e protestos levantados pelos professores-geógrafos, desde os anos 1970, o ensino da Geografia ao longo dos anos propõe um ensino e uma aprendizagem consubstanciada numa abordagem de ensino humanista, considerando o aluno sujeito histórico, participante da elaboração e reprodução do espaço geográfico onde este habita e estuda, um sujeito com papel ativo, elaborador de conhecimentos, e, por consequência, um aluno consciente, emancipado e autônomo envolvido com as questões sociais.

A década de 1990, segundo Vesentine (2016), é decorrente da primeira geração, seja pelos discípulos da fundante, que receberam influências diretas, seja por contemplar antigos alunos ou mesmo orientandos. O que, para o autor, difere as duas gerações, é o fato de a primeira ser considerada essencialmente gramsciana, cujos membros se auto-definiam revolucionários, ou seja, anticapitalistas, tanto na universidade, quanto na Geografia. Já a segunda geração, com as devidas proporções, preocupava-se com o método, novas formas de analisar o espaço, seja no âmbito científico, ou social.

Portanto, é relevante analisarmos o contexto histórico, considerando que cada período tem suas próprias características e que a própria ciência geográfica modifica-se com o passar do tempo. Mesmo que a essência permaneça, há várias mudanças no método, seja ele acadêmico, ou de ensino da Geografia, conforme:

Os anos de 1980-90 trouxeram para a Ciência geográfica e para a Geografia escolar, novos paradigmas teóricos e metodológicos que buscavam responder aos dilemas da sociedade contemporânea. Inúmeros são os esforços para se implantar nas escolas uma Geografia crítica que tenha um significado prático na vida dos educandos. O movimento de renovação da Geografia, contudo, ainda não conseguiu alcançar as salas de aula em sua plenitude (BARBOSA, 2016, p. 100).

Nesse decorrer do tempo, as mudanças chegaram ao ensino básico, mesmo que de forma lenta, percebidas já no final dos anos 1980. De acordo com Vesentine (2016), os autores da área passaram a ter, em seus trabalhos, conteúdos críticos, mesmo aqueles que tratavam de forma “mecânica e imitativa” tais acréscimos. Vemos que o direcionamento do entendimento de “crítico” mobilizou a forma de ensinar os conteúdos geográficos, passando a ter uma relação menos descritiva, o que se encontra em várias obras didáticas. Incluindo, nesse bojo, o livro didático analisado nesse trabalho “Expedições geográficas”.

Assim, rumo ao entendimento do ensino da Geografia na atualidade, o autor disserta, ao levantar as “contradições da natureza”, que o ser humano passou a dar menor importância ao sistema natural, ao passo que incentivou a natureza humanizada, uma contradição, a seu ver, pelo fato de que o ensino deveria se preocupar com as duas questões, sendo que somente a segunda passou a ser mais relevante para o ensino.

No âmbito geral do ensino, tem-se pensado cada vez mais no rompimento da hierarquia, não devendo ser entendido como se o professor devesse perder a sua autonomia e sua liberdade de cátedra, mas significando deter máxima de que somente um (o docente) sabe e detém todo o conhecimento, enquanto os outros (os discentes) são aqueles que não sabem. Isso quer dizer que o diálogo deverá imperar no ambiente escolar, deixando de lado a supremacia absoluta do professor, passando à elaboração de aulas nas quais todos cresçam

juntos. Dessa forma, é que pensamos que, em nossas aulas, a utilização da música e atividades com ela podem ser métodos válidos, levando em conta que em cada sala há um resultado diferente, compreendendo o ritmo e as limitações de cada aluno ou grupo. Nessa proposta, temos o intuito de aprender juntos aos alunos, com nossas próprias perspectivas e esperando resultados diferentes. Lembramos que:

Dessa maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 1989, p. 44).

E é aqui que devemos refletir sobre uma Geografia com novos horizontes, não deixando de lado o caráter das classes sociais, focando, porém, em como deverão ser ministrados os conteúdos geográficos (VESENTINE, 2016). Para o autor, deslocando-se da ideia de engajamento, o que deve ser objetivado é fazer com que o aluno aprenda, entre outras coisas, a pesquisar, a ser autônomo, porque isso o ajudará no constante aprendizado que é exigido no mercado de trabalho. Este teórico cita que essa é uma habilidade para lidar com a “revolução técnico-científica”.

Também se contrapondo ao ensino tradicional, Vesentine (2016) defende, em sua obra, questões que são bastante pertinentes na educação básica, como a superação da mera transmissão de informações, visto que o mundo atual pede muito, não cabendo mais esse tipo de ensinamento. O professor da atualidade, nesse viés, deverá inserir seus alunos às pesquisas que consequentemente servirão para debates, além de saber interpretar mapas e fazer trabalhos de campo.

Nesse sentido de transformação do ensino da Geografia, é que devemos pensá-lo como algo que irá transformar o educando de alguma forma e não apenas um processo repetitivo que não terá nenhum sentido para sua vida. Vesentine (2016) é bem criterioso em relação a essas questões, ressaltando que não se deve mais insurgir com discussões entre o natural e o social, pois isso já foi superado. O olhar para o ensino geográfico atual deverá ser posto no “desenvolvimento intelectual”, ou seja, “aprender a aprender”, sendo até mais relevante que o próprio conteúdo proposto pelos professores. Entendendo essa premissa de que a Geografia é um meio, um instrumento que deve ser enxergado como tal, o ideal para se trabalhar nos anos do Ensino Fundamental II é partir do concreto para o abstrato, um modo para construirmos os primeiros conceitos da disciplina.

Neste tópico do trabalho, nosso objetivo foi tratar sobre a Geografia Crítica associada à escola e ao ensino no Brasil contemporâneo. Buscamos discutir as diversas abordagens e concepções da Geografia Crítica, referenciando autores, o principal deles, Vesentine.

Logo, é fundamental entendermos como a escola tem se modificado no que tange à autonomia dos alunos, sendo a principal referência disto, Paulo Freire. Com isso, trazemos a relevância de captar a essência de uma prática cada vez mais coletiva, cuja construção do conhecimento se dá entre alunos e professores, de forma integrada. Nesta seção, apresentamos essas questões para contribuirmos, de forma positiva, e uni-las ao tema proposto por nós, que é o uso da música como recurso didático para fomentar o ensino. Acreditamos que dessa forma poderemos alcançar melhores resultados juntos, dialogando e valorizando ideias e vivências.

3.2 Recursos didáticos, tecnologia e música na sala de aula

Anteriormente, neste trabalho, abordamos a ideia de recurso didático, tendo o foco central na música, especificamente, nas suas letras. Pensamos que o auxílio desse recurso é de grande relevância para a nossa pesquisa e, conseqüentemente, para contribuir com o ensino de Geografia como um todo. Desta forma, buscaremos, agora, maneiras para pensar a tecnologia como recurso didático, ou seja, investigando como ela está presente no cotidiano dos alunos que têm, em suas mãos, diversos meios tecnológicos. Tais recursos podem ser compartilhados com facilidade quando associados ao som e também à imagem e, com isso, enriquecer muito as aulas de Geografia.

É válido constar que essa metodologia de ensino requer cuidados, pois, ao mesmo tempo em que existe o acesso aos meios tecnológicos, se este não for bem planejado, poderá resultar em diversos fatores, como desperdício de tempo, sem ganho para o ensino. Caberá a cada professor dominar bem o recurso didático que deseja trabalhar, antes mesmo de trazê-lo para suas aulas. No caso da música, pensamos em como aplicá-la associada aos conteúdos programáticos, para melhor desenvolver os conceitos básicos da disciplina. Portanto, esse subitem do trabalho traz essa proposta: de unir o recurso da música à tecnologia usada em sala de aula, emergindo grandes reflexões acerca do nosso campo de trabalho, estendido ao ensino-aprendizagem de Geografia.

Antes de nos referirmos ao conceito de tecnologia, ressaltamos a sua validade, acreditando que pode ser um recurso de incentivo e envolvimento aos alunos, sob tentativa de criar um ambiente onde possa haver aprendizado. O que a tecnologia causa aos estudantes,

segundo Banhara (2008), é um efeito positivo, visto que os educandos se sentem mais motivados, aumentando sua auto-estima e autoconfiança diante da representação de seu cotidiano, por exemplo, ao utilizarem o computador. Pensamos, aqui, quando nos referimos ao computador, em qualquer aparelho eletrônico conhecido e utilizado pelos alunos, como os que serão elencados mais a frente.

Ao adentrarmos discussões acerca dos meios tecnológicos associados às ações pedagógicas, refletimos sobre o que vem a ser tecnologia. A princípio, retiramos o conceito do Dicionário Online de Português, que o denomina: “Ciência que estuda os métodos e a evolução num âmbito industrial: tecnologia da internet”. Essa primeira concepção já nos dá a noção necessária sobre o rumo que iremos tomar à junção do ensino e da tecnologia para chegarmos ao recurso didático música.

Para além dessa concepção de tecnologia, é preciso pensar no que concerne o ligamento entre os dois termos, “tecnologias e docência”, pois o intuito desse trabalho é questionar os meios de ensino e os recursos didáticos utilizados. Trazendo o conceito do que são os recursos audiovisuais, que estão associados ao assunto e que são aplicados no ensino, temos que: “Denominam-se recursos audiovisuais aqueles que estimulam a visão e/ou a audição. Esses recursos colaboram para aproximar a aprendizagem de situações reais da vida” (PILETTI, 2004, p. 155).

Antes mesmo de iniciarmos sobre o uso desses recursos, devemos fazer uma crítica no que se refere à exclusão digital e disparidade que existem entre os avanços tecnológicos e os avanços sociais, sendo extremamente relevante entendermos que, por mais que aqui haja estímulo ao uso de novas tecnologias para o ensino da Geografia, não nos esquivamos de enfatizar o abismo existente entre os meios de produção e o poder de compra da população brasileira.

A reflexão acerca dessa desigualdade pode ser levantada em todos os espaços educacionais públicos. Concordando com a existência de fatores sociais excludentes, Sousa (2011) reforça que tais fatores ocorrem pela falta de informação e falta de recursos financeiros dos mais pobres. Falta, também, investir na própria estrutura e qualificação profissional, e, ainda, o interesse de docentes que têm “aversão ao novo”, preferindo lecionar sempre nos moldes tradicionais.

Frisamos, neste trabalho o tratamento da música pelo incentivo da tecnologia, sendo que não tratamos a questão, nesse momento, de usar instrumentos ao vivo em sala de aula, assim, é através de meios digitais que ocorrerá a proposta desse trabalho.

Partindo aos meios digitais, há vários motivos para utilizá-los, como, por exemplo, a existência do mundo informatizado em que vivemos. Santos (2018) enfatiza que a sociedade

globalizada em que vivemos, repleta de informações, faz com que seja importante a relação entre o que se está aprendendo e o mundo, e isso pode se dar por meio do uso das “Tecnologias da Informação e Comunicação”. O autor chama esse período de “Era do Conhecimento”, o que salienta, para nós, a possibilidade de pensar no processo de ensino e aprendizagem como mediado pelas tecnologias.

Colaborando com esse entendimento, Mantovani (2011) concorda com a ideia de que há uma geração que aprende conectada ao mundo virtual, ou seja, pessoas que já nasceram numa era informatizada. Além disso, existem inúmeros seres, chamados pela autora de “nativos digitais”, que estão inseridos, desde o nascimento, nesse novo mundo tecnológico, tendo nisso parte da sua própria cultura, diferentemente de gerações passadas, que tiveram que se adaptar à nova realidade.

Refletindo sobre esse ponto, é que concordamos que a tecnologia está inserida como base na sociedade atual, mesmo que boa parte dela esteja à margem disso. Na atualidade, a tecnologia está em todos os lugares, sendo exigida e reivindicada. Por isso, devemos usar esses meios para uma “construção simbólica”, contribuindo para a aprendizagem, obtendo novas relações com o aprender. Se faz relevante trabalhar com o ensino da Geografia por meio da utilização das mais variadas formas de tecnologia.

Desta forma, podemos pensar em inúmeras ferramentas para incluir a música nas aulas, utilizando-se de vários instrumentos tecnológicos à disposição, mesmo que nem todas as pessoas tenham acesso a eles, visto que podem ser apresentados. Não há como negar a popularização dos aparelhos eletrônicos, como também a da própria internet, que faz com que as próprias informações circulem com muita velocidade. Logo,

Atualmente, as tecnologias digitais são as mais procuradas, principalmente por meio dos computadores, notebooks, tablets e celulares que auxiliam a busca e o compartilhamento de conhecimento em diversas situações e em diferentes formatos. Pela rede mundial de computadores (popularmente conhecida como internet), muitas questões e opiniões são debatidas e definidas, valores e bases ideológicas são construídas e conteúdos são criados, divulgados e multiplicados quase instantaneamente (CERNEV, 2016, p. 98).

Nessa mesma direção, Faccioni (2017), reafirmando o uso de *smartphones*, *ipods*, *ipads*, *tablets*, entre outros aparelhos, nos mostra que há uma gama imensa de recursos que podem e devem ser empregados para o ensino, dentro e fora da sala de aula. Com esses recursos, é possível, segundo o autor, haver “emancipação do conhecimento das pessoas”, visto que os alunos passarão de meros expectadores a protagonistas do processo de ensino- aprendizagem.

Sob a perspectiva de criarmos condições de aprendizado, buscamos investigar, nesta pesquisa, o trabalho com música como sendo uma das diversas metodologias úteis ao ensino de Geografia, diante de um grande desafio: o de buscarmos algo que fuja do tradicional, ao passo que se mostre superficial. Faccioni (2017, p. 5) traz, em seu texto, palavras que incidem diretamente no ponto aqui proposto, que é a união entre os meios tecnológicos e, no que nos apetece, a música, configurando a pertinência de novas ideias para refletirmos acerca de formas de ensino-aprendizado:

Essas novas tecnologias produzem uma comunicação em redes que emergem do ciberespaço e dessa forma promove novas formas de construção e reconstrução do conhecimento humano. Tais processos ocorrem de forma mais cooperativa e interativa, comparado a salas de aprendizagem tradicionais. Então as novas tecnologias digitais e virtuais promovem a construção de novos espaços de aprendizagem que não são necessariamente um espaço físico.

Vemos que há inúmeras motivações para o uso de tecnologias no ensino, por exemplo, o próprio desenvolvimento da linguagem, haja vista que o espaço virtual que conhecemos é um ambiente que possui diversas formas de se comunicar, seja visual, sonora, enfim, interagindo e combinando as mesmas. Utilizando ainda as palavras de Faccioni (2017), no ciberespaço há um espaço de comunicação, envolvendo os significados das palavras e sua compreensão. O autor destaca que o cérebro se apropria dos sons, que formam, conseqüentemente, os conceitos para si.

Essa interação que hoje conhecemos foi aprimorada no decorrer do tempo, e as gerações que tiveram os primeiros contatos com o mundo digital puderam perceber essa evolução tecnológica. Trata-se de algo que vem sendo desenvolvido e ganhando um espaço cada vez maior no cotidiano, pois primeiramente éramos mais expectadores e, com o passar da renovação da *web*, o ambiente foi transformado no quesito interatividade, conforme:

A web 1.0, denominada como a primeira geração da Internet, se caracteriza pela disponibilização de informação em páginas escritas em HTML, com baixa capacidade de interação. A partir do surgimento da Web 2.0, as tecnologias associadas à rede Internet disponibilizaram aos usuários da rede (interagentes) diversos serviços e ferramentas que permitem o compartilhamento gratuito de arquivos, vídeos, músicas e o estabelecimento das redes sociais, apresentando um grande potencial de interação, característica dessa nova geração de tecnologias (MANTOVANI, 2011, p. 294).

Contudo, vale destacar que, no âmbito do ensino, a mídia disponível deve ser selecionada com cautela, estando dentro de uma proposta desvinculada da grande mídia, dando uma alternativa para que haja ideias antagônicas àquelas vinculadas às massas. Em

outras palavras, é melhor apresentarmos algo que os alunos geralmente não têm acesso, no que se refere às ideias, isto é, concepções contrárias às que possuem pelos grandes veículos de comunicação. Pensamos, assim, que tendo duas ou mais visões sobre um mesmo fato, será capaz o aluno de refletir e chegar às suas próprias conclusões:

A tarefa de promover a interdiscursividade com o material mediático será mais fácil, se professores buscarem se informar através da mídia alternativa, ou seja, daquela que não está submetida a rigorosos condicionamentos impostos pelos patrocinadores (LEÃO, 2012, p. 40).

Pensando a partir do meio digital, é que introduzimos a música para incentivarmos o aprendizado, ou seja, visamos as tecnologias associadas à música como uma forma de fomentar as aulas. . Muniz (2012) esclarece que isso se dá pela vivência dos alunos, pela valorização de seus conhecimentos prévios e contato com outros pontos de vista. A autora parte da ideia de que essa motivação acontece porque a música vem do próprio cotidiano.

Tendo um olhar atento, é possível notar o quanto são usados esses aparelhos no momento atual, por onde quer que seja. O uso de *smartphones*, por exemplo, é comum em todos os espaços do dia-a-dia. . Deste modo, ao nos depararmos com a realidade crescente dos recursos tecnológicos, sentimos a necessidade de incluí-los nas aulas de Geografia. No que diz respeito à música propriamente dita, é possível promover o acesso e compartilhamento de letras de música na sala de aula.

Para alcançarmos o objetivo, utilizamos a mídia, de modo a selecionar temáticas e abordagens que podem ser trabalhadas em Geografia, o que é o propósito da nossa intervenção: “O professor de Geografia pode, assim, transformar qualquer texto mediático em um texto útil para o ensino da Geografia, desde que este seja o ponto de partida para uma reflexão em que o conhecimento geográfico seja a referência” (LEÃO, 2012, p. 41).

Porém, nos alerta Valente (2003) que esses recursos não devem ser usados separadamente, devendo ser pensados para além da informática, com possibilidade de serem utilizados por professores. O que esperamos é um trabalho que una, de imediato, as duas coisas: o recurso didático e o pedagógico, instantaneamente. Sobre a escolha do recurso, esclarecemos que:

O educador deve conhecer o que cada uma destas facilidades tecnológicas tem a oferecer e como pode ser explorada em diferentes situações educacionais. Em uma determinada situação, a TV pode ser mais apropriada do que o computador. Mesmo com relação ao computador, existem diferentes aplicações que podem ser exploradas, dependendo do que está sendo estudado ou dos objetivos que o professor pretende atingir (VALENTE, 2003, p. 2).

Refletindo acerca dessa questão, é plausível pensarmos nas inúmeras possibilidades de mobilização ao trabalho com música na sala de aula, porém, sem uma elaboração adequada, enfatizamos que não alcançaremos bons resultados. Logo, é imprescindível ter planejamento para ter um bom aproveitamento, considerando que, por outro lado, é possível perdermos de vista os objetivos da disciplina, ficando reféns de um recurso que não foi bem aproveitado. Fazendo uma observação sobre a criação de aulas diferenciadas para o aprendizado em Geografia, Banhara (2008, p. 4-5) argumenta que caberá ao professor se aprofundar nesses recursos tecnológicos, para assim proporcionar um ambiente mais propício ao aprendizado:

É preciso, então, que o professor aprofunde seu conhecimento para compreender os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados no ensino. Isso significa a afirmação e a negação, ao mesmo tempo, dos dois níveis de conhecimento (o cotidiano e o científico) na construção do conhecimento, tendo, contudo, como referência imediata, durante todo o processo, o saber cotidiano do aluno. O professor de Geografia então, deve se apropriar das novas tecnologias a fim de tomar suas aulas instigantes, criando novas condições de aprendizagem.

A intenção, aqui, é demonstrarmos que, mesmo sendo importante o uso de recursos digitais, é preciso ter atenção na escolha, pois não necessariamente será bem aproveitada a qualquer tempo. Buscamos traçar uma seleção dos recursos para melhor aproveitá-los, chegando à nossa opção pela música, propondo analisar suas letras, fazendo um paralelo com o uso dos recursos digitais. Há várias formas de utilização de músicas por meio da tecnologia, por isso, toda mídia deve ser cuidadosamente analisada antes de ser colocada em prática. Para iniciarmos essa explanação, é relevante fazermos um levantamento do que vem a ser a mídia, e, de uma forma genérica, aceitamos a ideia de que é qualquer meio em que se transmita uma informação, conforme:

Adotaremos o termo mídia como sinônimo de grandes meios de comunicação de massa – este esclarecimento se faz necessário, uma vez que em alguns casos é comum a associação da palavra mídia a qualquer meio de comunicação, desde um panfleto publicitário até um jornal acadêmico (LEÃO, 2012, p. 13).

Partindo dessa definição, concebemos a música como incluída na mídia, elencando-a como um recurso didático precioso para o ensino da Geografia, por ser possível, através dela, trabalharmos aspectos relevantes para a disciplina. Refletindo sobre músicas e suas letras, logo as associamos a imagens, uma vez que hoje há um mundo digital em mãos que, além de transmitir a mensagem através da verbalização, trabalha o imagético em clipes. No que

tange à aprendizagem através do mundo virtual, de uma forma ampla, é possível concebermos níveis de interação, mas, mesmo se tratando de uma geração, a dos nativos digitais, não é possível prever que todos têm acesso ao conhecimento e aos recursos em questão. O que vemos, na verdade, são informações sem conexões, cujo desafio é saber distinguir opiniões de fatos, além buscar fontes que tenham credibilidade.

Feita essa observação (acerca dessa separação de informações aleatórias com o conhecimento e a criticidade), é que enfatizamos a relevância da ferramenta que é o mundo virtual. Há nela um universo de coisas, cabendo à escola trabalhar essas questões, seja na alfabetização ou mesmo na seleção de conteúdos. Não há garantia de que “quanto mais tecnologia, maior será o aprendizado”, sendo os professores necessários para fazerem essa mediação.

No tocante aos benefícios de aprendizagem com esse recurso, Faccioni (2017) discorre que há uma interação do mundo virtual com os sujeitos, e, em meio disso, o mundo sociocultural. O encontro deles é visto como sendo manifestado na linguagem, ou seja, no viés aqui estudado, como uma forma diferente de propor novos conhecimentos, contrapondo-se ao formato tradicional. De acordo com o supracitado autor, há uma emancipação nesse processo, esta ocasionada pela linguagem, proporcionando outras “percepções, intenções e pensamentos”.

Incluir a parte visual significa ampliar o alcance almejado pelo professor, uma vez que despertará mais de um sentido sensorial no aprendizado. Nesse sentido, Piletti (2004) aborda os recursos audiovisuais e a sua relação com os sentidos humanos, definindo que aprendemos “onze por cento pelo que ouvimos e oitenta e três por cento do que vemos”. E a retenção daquilo que estudamos é: “10% do que lemos; 20% do que escutamos; 30% do que vemos; 50% do que vemos e escutamos; 70% do que ouvimos e logo discutimos; 90% do que ouvimos e logo realizamos” (PILETTI, 2004, p. 156).

Com isso, entendemos, no que se refere ao aprendizado, que somente as aulas expositivas não darão conta de alcançar todos os alunos da mesma forma, e que isso exige uma percepção mais ampla da tarefa de ensinar. Por consequência, a música também não é detentora de todo o processo, posto que seja mais um meio para chegarmos ao objetivo final, que é o aprendizado. O ideal é podermos usar, de forma conjunta, atividades que contemplem mais de um sentido, como bem define Piletti (2004, p. 156):

Concluimos através desses dados que os cinco sentidos não têm a mesma importância para a aprendizagem. Concluimos também que a percepção através de um sentido isolado é menos eficaz do que a percepção através de

dois ou mais sentidos. Por isso é importante empregar métodos de ensino que utilizem simultaneamente os recursos orais e visuais.

Completando essa questão, Leão (2012) afirma que o campo visual é inserido cada vez mais, considerando que, no cotidiano atual, o tempo é colocado como escasso, sendo a imagem capaz de atrair de forma instantânea e didática. Em sua obra, o autor refere-se principalmente a reportagens, porém, compreendemos a pertinência do campo visual para o trabalho, também, com a música.

Contudo, é necessário frisarmos que o ponto principal, aqui, é a Geografia. Assim, as letras de música são necessárias para a abordagem dos conceitos básicos da Geografia, em outros termos, são meios para alcançarmos o objetivo da construção do conhecimento. Para chegarmos nisso, são necessários meios, e, nesse viés, a inclusão dos recursos audiovisuais é de grande pertinência. Banhara (2008), argumenta, sobre tal pertinência, que esses meios contextualizam os conteúdos. Isso se dá pelas relações apresentadas nesses materiais, em suas mensagens, havendo uma interligação da Geografia com o dia-a-dia. Desta forma, o aluno é capaz de identificar os conceitos geográficos de maneira a ultrapassar o senso comum, enriquecendo o seu conhecimento.

Em vista disso, é possível entender que a mídia, de uma forma geral, pode contribuir ao ensino da Geografia. É intrigante o fato de muitos docentes não utilizarem esses recursos, não que seja algo obrigatório, mas pela pertinência apresentada, configurando suportes auxiliares no percurso dessa árdua profissão que é ser professor. Muitos autores trabalham com esse tema numa perspectiva de incluírem e apoiarem o uso desses recursos.

Essa convergência (entre a mídia e o ensino) não poderá ser desconectada da realidade, culminando na imposição de algo que não faça sentido na vida dos alunos. O que esperamos da mídia é que, por meio dela, possamos escolher algo que traga mensagens que tenham significado para a Geografia, sendo, assim, possível conectarmos informações que tenham validade no aprendizado e ao aluno:

Portanto, é fundamental apreender a manejá-lo, aproveitando sua linguagem e ensinando com os meios e não a partir dos meios, pois o que buscamos é a confrontação das ideias ali contidas com o conhecimento que é próprio da Geografia e que se encontra ordenado em forma de conteúdos. Isso não significa uma volta ao ensino conteudista e desconectado da realidade dos alunos, mas acreditamos que, para interagir com o texto da mídia e ressignificá-lo, o aluno necessita desses conteúdos (LEÃO, 2021, p. 43).

A música, como recurso didático, contribui ao ensino da Geografia. Fuini (2011) redige sobre o tema, colocando que as letras de músicas são instrumentos que podem,

coletivamente, contribuir para a discussão dos conceitos geográficos, sendo que isso se dá pelas vias do diálogo entre professor e alunos e pela própria vivência e cotidiano em que eles estão inseridos. Deste modo, é possível pensarmos sobre essas vias indicadas pelo autor, verificando que realmente estão interligadas, sendo um elo importante para a ciência e as experiências pessoais dos alunos e professores.

É de se supor que adentrar num campo científico não é tarefa fácil, o que se torna até enfadonho para adultos, quanto mais para adolescentes, estes que têm outras expectativas sobre o mundo e a escola. Pensando nisso, podemos fundamentar uma mediação entre o mundo real e o mundo científico, sem desconsiderar fatores como o da faixa etária, que, no caso em tela, trata-se do sexto e sétimo ano do Ensino Fundamental, ou seja, alunos entre onze e doze anos. Vislumbrando esse horizonte, Fuini (2013, p. 95) disserta sobre o trabalho com as letras de música:

As letras musicais, por seu conteúdo rico, popularidade e atualidade, estimulam o aprendizado de conteúdos geográficos, pois, instigam os alunos ao interesse pela descoberta do novo e dão ao professor outros meios para realizar seu papel de intervenção na aprendizagem problematizando e reconstruindo os conteúdos aprendidos na escola.

Há várias questões que envolvem as intervenções e propostas metodológicas, que na prática são mais difíceis que na teoria, uma vez que existem inúmeros desafios a serem conquistados, como, por exemplo, o domínio das categorias. O que chamamos para a atenção, aqui, é justamente o ponto de que o professor deve pensar o saber geográfico e a manipulação da mídia, porém, seu foco maior deve estar sempre na segunda menção, arriscando-se ser dominado pela primeira.

Segundo Leão (2012), com essa sobreposição das categorias de análise sobre a linguagem da mídia, serão aumentadas as possibilidades da utilização desses materiais. Desta forma, conforme o autor, à medida que a mídia se torna algo agradável para se trabalhar os conteúdos, o professor vê nela uma aliada, tratando assuntos geográficos e se deslocando de ideias “superficiais”. Por isso, a mídia é um recurso facilitador da apreensão, com o qual “tudo pode ser explicado”:

Assim, é fundamental utilizar o referencial do conhecimento geográfico para promover a interdiscursividade com a mídia. É importante desafiar as ideias contidas no texto midiático, e isso será possível na medida em que estivermos demasiadamente instrumentalizados pelo conhecimento geográfico (LEÃO, 2012, p. 40).

Partindo do princípio de domínio da ciência geográfica, pensamos os avanços que podemos ter com a inclusão da mídia no ensino de Geografia. Trata-se de um recurso didático que é um verdadeiro parceiro na licenciatura, de forma que é um chamativo para despertar um maior interesse por parte dos alunos. Banhara (2008) realça que as novas mídias são didáticas para se abordar assuntos, sendo que, nessa conjuntura, é possível visualizar a maior participação dos alunos.

Isso é possível, sobretudo, pelos usos do meio digital, dando um ar mais dinâmico às aulas, como alguns autores enfatizam, bem como a questão de que o professor de Geografia deve saber o seu campo de estudo para obter melhor desempenho metodológico em sala de aula. Sendo assim, o professor pode desenvolver, de forma interdisciplinar, atividades em conjunto com a internet, como um instrumento que proporcionará essa mediação, fornecendo muitas informações para o “processo de conhecimento”.

Aqui, defendemos, então, que é plenamente possível haver aprendizado por meio das representações virtuais, mesmo que seja necessário o auxílio do professor e, mais do que isso, aguçar o interesse por meio de recursos que de certa maneira mexem com o emocional. Esclarecendo o fato, Mantovani (2011) destaca que as representações virtuais provoca nos sujeitos uma projeção que estava guardada no seu íntimo, causando a manifestação do inconsciente, libertando para melhor se expressar, aflorando para o campo objetivo e demonstrando significações que podem estar presentes no aprender ou não. Sobre os avanços esperados com a utilização dos recursos multimídias, segundo o autor, espera-se:

Desenvolver a capacidade de representação por meio de palavras (signos verbais) e/ou imagens mentais (símbolos imagéticos); Testar diferentes caminhos; Visualizar conceitos de diferentes pontos de vista; Relacionar conceitos, organizar e construir conhecimentos; Comprovar e formular novas hipóteses; Tomar decisões e revolver problemas; Aguçar a curiosidade, criatividade e imaginação; Trabalhar em equipe promovendo os processos de colaboração e cooperação; Promover situações que favoreçam a independência e a autonomia; Instigar o desenvolvimento de diversas competências e habilidades; Ampliar as possibilidades de interação por meio de atividades variadas, criativas e com nível de complexidade (MANTOVANI, 2011, p. 297).

Desta maneira, acreditamos na utilização de meios que possibilitem o aprendizado, para podermos interpretar a realidade, uma tarefa na qual a Geografia tanto se debruça, a fim de conhecer seus principais conceitos. Conseguir alcançar o maior número de alunos possível não é uma tarefa fácil e nem poderá ser conquistada por meio de um único método. Por esse motivo, realizamos este trabalho, sem o intuito de esgotar o assunto, mas a fim de promover reflexões sobre possíveis maneiras de ensino.

Nessa etapa do trabalho, trazemos algumas reflexões em torno de como a mídia, de forma ampla, pode ser empregada ao ensino de Geografia, levantando possibilidades de contemplarmos as aulas com o uso da tecnologia, e, principalmente, da música, que é a parte que mais nos interessa nesse momento.

Crianças, adolescentes e mesmo adultos podem ter centenas de músicas em seus aparelhos celulares, compartilhando-as com os amigos e, no caso explanado, com os próprios professores, acessando, além das músicas, clipes, podendo abordar, além dos sons e das letras, as imagens. O interessante, aqui, é que, mesmo tendo acesso a esses materiais artísticos, na maioria dos casos, não há associação, por parte dos alunos, dos materiais consumidos com conceitos científicos. Portanto, caberá aos docentes fazer essa intermediação entre a ciência e os saberes cotidianos.

Ademais, pensamos que além de possibilitarmos aos alunos que eles contemplem e interpretem canções, também os tornaremos protagonistas de seu próprio aprendizado, uma vez que a tecnologia, se trabalhada, permite tais efeitos. A relação entre didática e tecnologia pode ser vista quando, além de poderem ver e ouvir canções, os alunos conseguem, através de projetos, criar suas próprias mídias, lançando diretamente na *web* suas performances. É através de projetos educacionais que envolvem a música, que, por sua vez, abarca a tecnologia, que poderemos almejar melhores resultados em nossas aulas. A seguir, veremos algumas formas metodológicas julgadas relevantes nesse viés.

3.3 Possibilidades pedagógicas e culturais da música na escola e na Geografia

Diante de todo exposto até o momento, procuramos investigar aspectos que se relacionam com a música de uma forma integrada ao ensino e à sociedade, visando conceitos que tentam compreender melhor o que circunda o universo artístico da música, especificamente inserida no ambiente escolar. Desta forma, nessa subseção do trabalho traremos exemplos e ideias para se trabalhar a música no ensino da Geografia. Lembramos que tratamos de sugestões e que, de maneira alguma, esgotaremos todas as possibilidades desse recurso didático, visto que é tão amplo.

As possibilidades pedagógicas da música são imensas, afinal, trabalhar com a cultura é, por si só, algo muito rico. Portanto, realizamos um recorte de músicas, com foco nos conteúdos das letras, entendendo que, por mais que as melodias sempre estivessem presentes nas aulas, o que empregamos, em primeiro plano, foram as mensagens trazidas pelas canções,

uma vez que buscamos associá-las aos conteúdos programáticos da ciência geográfica, especificamente no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II.

Podemos dizer, nesse viés, que a poesia⁵ relaciona-se com a música, embora aqui não tenhamos a intenção de problematizar o conceito, trazendo apenas uma reflexão em relação à estrutura das letras, que são compostas por versos, nos dando dimensão poética. Ressaltamos que a letra, neste trabalho, tem um valor maior sobre o instrumental, haja vista o recorte metodológico proposto em torno da música e o ensino de Geografia.

Por consequência, não podemos deixar de fazer uma explanação sobre o que vem a ser poesia para além do que está concebido no dicionário. Deste modo, trazemos um conceito, considerando que há inúmeras interpretações, que se configura entre a música e a poesia. Desde a forma de escrever uma letra em forma de verso ao pensar de que modo cantá-la, há uma autonomia artística que permite infinitas composições e de diferentes formas, geralmente diferentes da forma escrita normativa. Assim, temos, como pensamento contemporâneo, que:

A composição da poesia contemporânea, se não é excessivamente marcada pelo oral como na sua origem, também não é identificada apenas pela forma por meio dos versos e métricas, rompidos pelos modernistas. A contemporaneidade contempla as diversas correntes que se constituíram ao longo da tradição poética de forma que o poeta é livre para criar, utilizando todos os recursos linguísticos e semióticos possíveis (ASSUNÇÃO, 2018, p. 76).

É na análise dos conteúdos que recortamos o nosso foco, sobretudo, enfatizando a interpretação das composições no que tange aos conteúdos trabalhados na Geografia. Desta maneira, não negamos o grande valor que os ritmos, melodias e harmonias dão ao significado das palavras, juntamente com o desempenho dos intérpretes. Assunção (2018) defende que a música é a “ponte” para a poesia, salientando que elementos da música, incluindo a voz e instrumentos musicais, são ligados intimamente com a poesia. Sobre a importância da letra, afirma que: “é necessário compreender a poesia como irmã da música. Ela supõe ritmo, jogo de palavras, som, voz, sentido, palavra e corpo, condensação dos dizeres, como algo que aguça as emoções, que devem ser partilhadas coletiva e alegremente” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 102).

No que se refere ao esforço do professor em buscar melhores condições de ensino, nos voltamos para a proposta deste trabalho, considerando a incumbência de propor alternativas ao método tradicional e, também, à prática formal, como fundamenta Cavalcanti (2016), ao

⁵ Arte de compor através de versos; modo de expressão artística caracterizada pelo uso de regras, de sons ou de estruturas sintáticas específicas.

Em: Dicionário online de Português:

<https://www.google.com/search?q=poesia+significado&oq=poesia+significado&aqs=chrome..69j57.6598j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

propor que o formalismo deve ser superado. Para a autora, os alunos devem construir o “seu próprio raciocínio”, evitando que a prática arcaica de transmissão de conteúdos seja vigente. A descrição que sempre vimos na ciência geográfica deverá ser reconsiderada, tendo em vista que os alunos deverão perceber as contradições do espaço geográfico.

Uma boa amostra do que aqui relatamos está em quando as letras de música retratam um significado que vai além do registro no dicionário, que, por muitas vezes, se torna vazio como referência significativa. É possível, através da intenção dos intérpretes, buscar um entendimento conotativo, que é o que a letra de música pode provocar com o canto e a própria execução da música, elaborando a sua intensidade. Acerca dessa interpretação diversificada das palavras, Assunção (2018, p. 76) afirma que:

A palavra “verde”, por exemplo, em nosso cotidiano, significa simplesmente a cor verde, é apenas um signo. Já no texto poético, ela soma significações a seu sentido dicionarizado e ganha conotações diferentes. Desse modo, o vocábulo “verde”, na linguagem poética, pode designar: cor, aquilo que não amadureceu, o inexperiente, a natureza, princípio de algum processo, estado psíquico de tranquilidade, etc.

Pensando na possibilidade de reflexão sobre temas relacionados à Geografia, é que concordamos que a música, em particular suas letras, é capaz de transmitir, de forma artística e ampla, ideias que não seriam possíveis na simples leitura de um texto, ou mesmo numa aula expositiva. Por meio da música, há o desenvolvimento de níveis de compreensão que estão além das palavras, incorporando intenções e interpretações da realidade, promovendo formas diferenciadas de perceber os objetos de estudo. Desta forma, iremos, agora, propor sugestões de aulas capazes de realizar tais tarefas.

3.3.1 Possibilidades de se utilizar na prática a música como recurso didático

Conforme pretendido nesta pesquisa, visamos sugestões de letras para trabalharmos temas próprios da Geografia, estando de acordo com a BNCC e, ainda, com o livro didático. Assim, podemos trabalhar muitas músicas sobre o mesmo assunto, cabendo ao docente verificar se há compatibilidade com o conteúdo proposto. Esse movimento de seleção é relevante à medida que promove a alternância de músicas acerca de um mesmo tema, sendo que aqui iremos destacar algumas dessas letras, a fim de exemplificarmos a metodologia aplicada em cada sugestão de aula.

Exemplo 1 – Geografia Rural – Música: “Reis do Agronegócio” (Chico César)

Embora trate de um tema específico, sabe-se que um tema não existe independentemente, portanto, ao escolhermos um assunto, inevitavelmente chegaremos a outros, como, por exemplo, a Geografia Rural, que retoma a Geografia Urbana. A música escolhida para essa aula, já referenciada neste trabalho, é a “Reis do Agronegócio”, do compositor Chico César, música esta que trabalha bem os conceitos que são pertinentes aos conteúdos da Geografia Rural.

A priori, propomos várias aulas abordando o assunto, visto que é inviável e pouco aproveitável trazermos uma letra de música para uma aula aleatória, utilizando-a uma única vez e acreditando que o seu papel de aprendizado já foi cumprido. Pensamos, então, que há melhor aproveitamento quando exploramos por mais tempo o recurso didático, de forma a não reduzir a música ouvindo no final das aulas para “sedimentar” o tema estudado.

Por essa ótica, é que defendemos que a prática deve acontecer de forma insistente e contínua, não sendo possível incluir uma letra de música apenas para ilustrar uma aula. Sobre esse pensamento, Cavalcanti (2016) enfatiza que a finalidade do ensino geográfico está em “formar raciocínios”. Por isso, devemos buscar condições para que os alunos possam pensar sobre um determinado conteúdo. A proposta restrita da escuta de uma canção no final da aula, isoladamente, a nosso ver, não é eficiente para desenvolvermos o conhecimento.

Desta maneira, é preciso conseguir promover um pensamento dialético, fazendo com que haja aprendizado e que os alunos consigam produzir seus próprios conceitos, a partir de dados apresentados pelo professor, como muito bem salienta Cavalcanti (2016, n.p), ao propor que “a pesquisa corrente sugere que o professor deve propiciar condições para que o aluno possa formar, ele mesmo, um conceito. Por essa razão, é relevante o investimento intelectual para compreender o processo de construção de conceitos”.

Portanto, temos como principais objetivos desta aula: 1) apresentar aos alunos conceitos da Geografia Agrária; 2) propor debates de forma crítica aos elementos que constituem e integram a área; 3) desenvolver a socialização (trabalho em grupo), desinibição (canto), senso crítico (produção da letra) e a autonomia.

Seguindo o planejamento da aula, a proposta é dirigida a 8 (oito) aulas, em que os principais conteúdos alcançados são: exploração e cultivo da terra, sistemas agrícolas, tipos de agricultura, economia, subsistência, políticas públicas e agronegócio. Para alunos que estão nessa faixa etária, essas são temáticas novas, uma vez que, salvo algumas exceções, a maioria não as conhece, carecendo de uma introdução aos conceitos básicos. Os recursos didáticos a serem utilizados são: música, letra de música, livro didático, e pesquisa, que deverá ser feita na internet.

Por pensarmos que os conceitos propostos aos alunos são novos, pelo menos para a maioria, a metodologia tem como base o livro didático, a música e a letra original, a fim de explorarmos os conceitos apresentados por meio de debates, composição de letras e canto. Por tal atividade envolver várias habilidades, é que acreditamos ser viável utilizarmos mais de uma aula para o alcance de êxito, sendo possível a inclusão de outros temas que estão no planejamento, no decorrer das aulas.

Enfatizamos que essa sequência de aulas poderá ser adaptada, à medida que o professor em questão for desenvolvendo as atividades, podendo, inclusive, encurtá-las ou ampliá-las, de acordo com a sua necessidade e com o rendimento da turma. Não existe uma fórmula única para desenvolvermos o conhecimento, visto que cada caso necessitará de uma ação diferente. Porém, apresentamos a sequência seguinte como uma sugestão de aulas que podem ampliar o entendimento e a criticidade dos alunos. A saber:

1ª aula: O primeiro passo é ouvirmos dos alunos o que eles sabem sobre a agricultura, para levantarmos informações primárias do quanto eles conhecem o assunto, afinal, não devemos iniciar uma aula sem saber quem é o seu público. Também é relevante apresentarmos os textos do livro didático, discorrendo acerca do tema e analisando imagens relacionadas. A análise, primariamente de textos e imagens, é fundamental para que, ao ouvirem a música, os alunos façam associações iniciais e consigam entender melhor a mensagem do intérprete da canção. Cada vez que ouvirem a música, terão uma nova interpretação.

2ª aula: Ouvirmos juntos a música “Reis do Agronegócio”, analisando a letra, fazendo pausas e citando termos mencionados pelo cantor, por uma intervenção que discuta as mensagens da música, relacionando-as aos conteúdos do livro. Aqui, é necessário buscarmos no dicionário ou na internet o significado dos principais conceitos (sugeridos pelo professor) e das palavras desconhecidas dos alunos (produzindo um glossário). Caberá ao docente escolher palavras-chave sobre o assunto e incluí-las na produção do material.

3ª aula: A ideia, nesse momento, é que os alunos criem uma letra de música, baseado na original, para assim apreenderem melhor os conceitos e externarem o seu entendimento sobre o tema estudado. Formando grupos, os alunos devem iniciar a parte da escrita, apresentando os primeiros rascunhos, direcionados aos principais conceitos discutidos em sala, tendo constante sugestão do professor. A estrutura das estrofes deverá ser baseada na música original. Nessa etapa, é pertinente ressaltarmos que as palavras contidas no glossário (trabalhado pelos alunos) são um bom começo para o desenvolvimento da composição da letra.

4ª aula: Finalização da escrita, sob a supervisão do professor, que deve levantar a relevância dos assuntos desenvolvidos. Basicamente, observamos que os alunos, nesse momento, escrevem a mesma mensagem da letra original, porém, com um olhar próprio. É aí que trabalhamos com a autonomia, trazendo, além da exposição dos conceitos, sua visão artística por meio dos versos, produção da escrita e liberdade para se expressar, colocando suas próprias palavras no trabalho.

5ª aula: Nessa fase, após a escrita, a próxima habilidade a ser trabalhada é a oral, em forma de debate, em que grupos vão à frente da turma para lerem suas letras, com intervenções do professor, que pode retomar os conteúdos pertinentes ao tema proposto, devendo recorrer, nos diálogos, a alguns recursos, como mapas, gráficos e tabelas, ressaltando dados referentes ao campo de pesquisa brasileiro. Trata-se, logo, de uma aula expositiva dialogada, que abre a palavra para os dois lados, construindo conceitos próprios.

6ª aula: Tendo em vista que os debates podem ser extensos, não há motivação para fazermos uma leitura superficial proposta em uma única aula. Portanto, nessa sequência, temos o segundo dia de debate, com o restante dos grupos que devem apresentar os seus resultados e aprofundando o tópico à medida que todos trabalham diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto. Essa apresentação faz

parte da avaliação do processo educativo, distribuída em pontos distribuídos no andamento dessas várias etapas.

7ª aula: Vale lembrarmos que a música é um recurso didático, não sendo a musicalidade o objetivo principal das aulas, entretanto, haja vista que todos os alunos, desde o início, podem sentir que o canto é parte do processo da atividade, por já saberem que em determinado momento terão essa função, propomos que eles cantem para seus colegas de classe e para o professor. Canto esse que tem o aporte do *playback*, o instrumental original da música “Reis do Agronegócio”, com letras produzidas pelos grupos participantes.

8ª aula: Assim como o debate é constante, não devemos chamar os grupos à frente da turma para cantarem uma única vez, considerando que o tempo seja curto para exposição em uma única aula. O que vimos é que, justamente após o primeiro canto, é que os alunos se sentem mais seguros e à vontade, pois percebem que não estão ali simplesmente para cumprir um horário de aula, sentindo que participaram de um processo de criação, necessitando de, no mínimo, duas aulas reservadas para a atividade. É nessa ocasião que eles se sentem mais realizados, percebendo o resultado da atividade proposta, finalizando-a cantando as letras produzidas, ampliando o conhecimento através delas.

Percebemos, aqui, que se trata de aulas múltiplas que têm a música como principal recurso didático, porém, não o único. Esclarecemos, mais uma vez, que a avaliação principal é o produto geográfico das letras, com foco nos conceitos levantados, sendo o canto uma forma de fixar os conteúdos, afinal, uma letra de música em que se treina e canta várias vezes tende a soar naturalmente os conteúdos. Com isso, alcançamos o primeiro objetivo, o desenvolvimento do saber geográfico. Em relação à música e sua contribuição, destacamos que:

Como parte de nossa manifestação cultural, a música é uma arte que assume um importante papel na educação podendo estimular o desenvolvimento do estudante em vários aspectos individuais e sociais. Assim, o contato com a música na sala de aula pode trazer muitos ganhos como estimular a criatividade, despertar o senso crítico do aluno, ampliar sua bagagem cultural, melhorar a leitura por meio da audição e o desenvolvimento das habilidades de compreensão leitora além de muitos outros benefícios. Desse modo, quando poesia e música se juntam na sala de aula, agem como elementos de trans(formação) contribuindo para a formação integral do aluno (ASSUNÇÃO, 2018, p. 97).

Desta forma, entendemos que a música desperta, além de tudo, pensa-se um aguçar poético, por ser formada por versos. Em outras palavras, ela pode ser vista como uma poesia e considerada uma arte, indissociável da parte melódica: “Como podemos perceber, a poesia não foi feita para ser lida e sim para ser cantada. Dessa forma, a música contribui para a expansão da poesia nas diversas camadas sociais. A música pode até ecoar sem a letra ainda que de forma vazia, mas a poesia é música por si” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 101).

Caberá ao docente essa mediação, pois dele serão configuradas propostas e a melhor forma de aplicá-las, desafiando a dificuldade de executar aulas diferenciadas. Se de fato o professor não tiver nenhuma afinidade com a música e sua aplicação, essas propostas não serão de grande serventia. Esperamos que, para trabalhar com esse recurso didático, o professor tenha disposição para escolher um repertório adequado e ter a sensibilidade de

aplicá-lo de uma forma proveitosa. Acerca da importância da mediação do professor no ensino-aprendizagem, ressaltamos:

Da perspectiva da Didática Crítico-Social, o ensino escolar é o processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor. Ensinar é uma intervenção intencional nos processos intelectuais e afetivos do aluno buscando sua relação consciente e ativa com os objetos de conhecimento. O objetivo maior do ensino, portanto, é a construção do conhecimento mediante o processo de aprendizagem do aluno (CAVALCANTI, 2016, n.p).

De qualquer maneira, é imprescindível que haja essa intermediação, a fim de propormos alternativas ao ensino convencional, ainda que inicialmente possa parecer algo de difícil execução, ou mesmo algo que não condiz com o ensino e sua realidade. Porém, ao termos bons resultados, seja nos debates ou na devolutiva por parte dos alunos, conseguiremos visualizar a pertinência desta metodologia de ensino, como também encontramos em Cavalcanti (2016), ao mencionar que cabe ao professor “dirigir e orientar”, para, enfim, se conseguir o resultado almejado.

Como já dito, o processo avaliativo ocorre desde o primeiro dia dessa sequência de aulas, não podendo os alunos ser avaliados apenas no momento do canto, pelo contrário, pois há aqueles que não conseguem ter um bom desempenho cantando, mas que realizaram as outras etapas com êxito. Nesse sentido, não é nosso objetivo fazer uma avaliação do canto em si.

Os materiais utilizados para a execução das aulas são, além do livro didático, a internet e a letra, no caso, da música “Reis do agronegócio”. Ao final da atividade, produzimos um glossário físico, que serviu para a revisão de prova, assim como as letras das músicas criadas. A letra original serviu de base para todas as demais escritas, e os grupos podem socializar todas as letras, o que pode ser feito até entre outras salas de aula. Assim, os alunos têm em mãos um material que serve de suporte para o estudo e para as provas bimestrais, bem como o próprio interesse em composição de letras de músicas.

O que vimos nessas aulas apresentadas é que, com poucos recursos, é possível trabalharmos bem determinados temas da ciência geográfica, além de possibilitarmos várias habilidades nos discentes, tais como o treino da leitura, percepção da mensagem artística e a escrita exercitada como atividade criativa (e não como cópia), desenvolvendo o senso crítico.

Ademais, nas aulas trabalhamos a desinibição, à medida que solicitamos aos alunos que fossem à frente da turma para a leitura do que escreveram. Esse movimento é inédito para muitos deles, haja vista que é uma forma de serem avaliados por todos, não se tratando de mera resposta a uma pergunta feita pelo professor, mas sim de uma criação própria. Para mais, cantar não é uma tarefa fácil, nem para alunos e nem para professores, portanto, a

atividade possibilitou que houvesse uma quebra na rotina existente em sala de aula, suscitando maiores níveis de exposição e aprendizado, algo que os alunos podem levar para a vida toda.

Para que não fiquemos apenas num exemplo isolado, iremos, agora, elencar mais uma proposta de aulas, usando o mesmo recurso didático, a música.

Nesse segundo exemplo, trazemos a música como principal recurso didático, servindo como enredo principal. Trata-se de uma criação de história baseada numa letra de música, no caso em questão “A cidade não para”, da banda Inocentes, também já supracitada neste trabalho. A obra apresenta, principalmente, o tema da Geografia Urbana:

Exemplo 2 – Geografia Urbana – Música: “A cidade não para” (Inocentes)

Inicialmente, destacamos que a música escolhida é apenas um exemplo, pois existem inúmeras canções que tratam do assunto em questão. Outro ponto é que não necessariamente a letra da música deve conter exatamente os assuntos do livro didático, a menção direta aos conteúdos, além de menções trabalhadas na temática. Devemos procurar e analisar certa aproximação entre o objeto de estudo e a letra em questão. Em vista disso, “A cidade não para” é uma boa escolha.

Assim como no primeiro exemplo, é necessário trabalharmos a música em mais de uma aula, até porque, muitas vezes, acreditamos que é possível trazer conceitos específicos, porém, eles não são assimilados rapidamente. Como vimos no subitem anterior, existem várias formas de se aprender: muitos têm maior facilidade de aprender ao ouvirem a música, outros têm mais facilidade quando escrevem, e há aqueles que conseguem abstrair os conteúdos nas aulas expositivas. Assim,

A ideia é a de observar com bastante atenção a palavra em seu sentido e significado; de incentivar os alunos a dizer exatamente o que pensam, do modo como conseguirem; de estar atento aos diferentes significados dados, verbal ou extraverbalmente, a determinados objetos do conhecimento; de estar sempre checando sentidos e significados; de estar sempre dando oportunidades para os alunos pensarem sobre o que falam e falarem sobre o que pensam; enfim, de tomar as falas dos alunos em seu contexto, entendendo suas motivações e buscando captar seu significado social (CAVALCANTI, 2016, n.p).

Nesse exemplo, tivemos como meta expor os principais pontos referentes às cidades, principalmente às metrópoles, discutindo sobre as alterações das paisagens e os problemas ambientais, contemplando quais problemas existem naquele espaço e como são arquitetados.

Além disso, trabalhamos o lugar em si, isto é, os aspectos econômicos, como os meios de transporte e demografia, que também são eixos importantes para adentrarmos o assunto.

O objetivo principal dessa aula é conhecer os principais conceitos da Geografia Urbana, a saber: metrópoles, megalópoles e conurbação. Lembramos que o intuito da utilização da música é, a princípio, despertar a discussão, não tratando a letra como abrangente especificamente de tais conceitos geográficos. Porém, há elementos que ligam a Geografia e aspectos diversos encontrados nas letras, como realça Barbosa (2015, p. 46):

Se pensarmos em música, percebemos que todas elas trazem um tema, ou seja, um conteúdo, um assunto em suas letras; nenhuma música existe sem ter nada a dizer. Podemos refletir acerca dos conteúdos das músicas atuais, por terem, muitas vezes, temas violentos, sexuais, ambíguos, mas isso não nega a existência do tema.

Embora possa haver divergência em relação à quantidade de aulas, nesse exemplo, igualmente consideramos que é preciso ampliá-las para chegarmos a um resultado esperado. Consideramos que são levantados, nessa atividade, temas bem complexos para alunos de sexto e sétimo ano, como o processo de urbanização da cidade, e o crescimento desordenado, questões que são difíceis de se entender numa única aula.

A proposta é utilizarmos, além do livro didático e da letra da música, a criação de uma história. Em relação à metodologia empregada, optamos por etapas para o alcance dos objetivos, levantando percepções diferentes sobre o mesmo tema. Outro ponto relevante está na atividade de apresentação oral e socialização através dos debates, resultando na escrita da história e no glossário. A sequência de aulas é disposta abaixo:

1ª aula: Como expusemos no exemplo anterior, antes de tudo, é importante o professor fazer um diagnóstico de qual é o nível de entendimento de seu público, dessa forma, é possível desenvolver as aulas de um modo mais produtivo. Após isso, propomos a leitura do livro didático de forma coletiva, e, ao final da atividade, a leitura ser refeita, a fim de visualizar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos sobre o tema. Durante a leitura, é imprescindível propor a análise de fotografias, gráficos, quadros e tabelas:

2ª aula: Na segunda aula, trazemos a música e letra, no caso, “A cidade não para”, da banda “Inocentes”. Primeiramente, o professor e os alunos devem ouvir uma vez, na íntegra e sem pausa. Posteriormente, devem ouvir novamente, pausando a cada estrofe, sendo recomendável a produção de um glossário para incluir novas palavras desconhecidas no vocabulário. Salientamos o movimento da reflexão acerca dos temas da música, relacionando-os aos conceitos geográficos, para, enfim, ser apresentada a atividade de criação de uma história baseada na letra da música e nos conceitos.

3ª aula: A proposta inicial a escrita em grupo ou individualmente, visando uma história fictícia, cuja criatividade é livre, devendo apenas conter diálogos utilizando-se da letra da música selecionada e que estejam relacionados à Geografia Urbana. Ao ser proposta essa criação, os alunos se sentirão parte do

processo de aprendizagem, incluindo nela elementos-chave para a compreensão da Geografia Urbana, como a compreensão da relação dos sujeitos com o seu meio. Desta maneira, torna-se prazeroso, para eles, debaterem temas que muitas vezes são deveras complexos, como o déficit habitacional, a formação das favelas, e a própria hierarquia e macrocefalia urbana. Nesse momento, há as primeiras ideias de personagens e ambientes que aparecerão na escrita.

4ª aula: Inicia-se a escrita da história, constando que parte desse trabalho será efetuado em casa, porém, é primordial a supervisão do professor, que deve orientar e intervir sobre o que está sendo escrito. A história também deverá contar com imagens, podendo ser desenhos, fotos etc., pois acreditamos que todas são válidas no que tange ao processo da pesquisa.

5ª aula: Aqui são elaboradas duas aulas para a parte escrita, sendo que, nessa quinta etapa, os alunos devem concluir o rascunho final, incluindo todos os diálogos da história, com os espaços reservados para as imagens e revisão de cada parte do trabalho.

6ª aula: Embora todos estejam escrevendo sobre o mesmo tema, há uma liberdade de criação. Pontos de vistas serão notados a cada história, portanto, nesse momento, cada grupo deve ler a sua história para o restante da turma, em forma de debate, contando quem são os seus personagens e quais partes da letra da música conseguiram aprofundar e incluir no texto. Pensamos que a metade dos grupos pode usar essa aula para expor sua escrita, baseada no enredo da música.

7ª aula: Aqui propomos a finalização da leitura dos grupos e dos debates, esperando que, nesse ponto, haja um entendimento melhor sobre a Geografia Urbana, visto que vários conceitos básicos foram discutidos, elaborados e socializados entre os colegas. No percurso, a música deve ser ouvida novamente, para o encerramento e reflexão acerca do assunto apresentado. Assim como o outro exemplo de aula, cada etapa será avaliativa, desde a leitura, escrita e debate, até a chegada do trabalho final.

8ª aula: Nessa etapa final, podendo ser encurtada ou estendida, dependendo do caso, será possível verificar, em forma de aula expositiva e dialogada, como está o entendimento básico dos alunos em relação à matéria dada. O professor deve pedir cada grupo cópias das histórias, sendo que elas servirão para outros alunos do mesmo ano, que também estão estudando o tema.

A diferença principal entre a criação de uma história sem o emprego da música e com ela é que acreditamos que a segunda opção pode ser transformadora. Ela é capaz de incluir uma linguagem diferente da normativa e contribuir para alcançar um número maior de alunos, aguçando a sensibilidade. Utilizando a música causaremos maiores efeitos, rumo à consciência musical, como frisa Duarte (2011, p. 24):

Na escola, pelo contrário, a audição musical é apresentada, na maioria das vezes, como uma atividade formal com frequência, duração, objetivos e conteúdos pré-determinados. Mas quando o gosto musical, mesmo na escola, transformar-se em uma representação afetiva da mediação elaborada pelo aluno em relação ao mundo que o cerca, e que, devido ao seu caráter eminentemente afetivo transforma-se em memória pessoal e modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições dos jovens, similares ou não as anteriores, revela o que podemos chamar de consciência musical.

No bojo dessas aulas está a questão pessoal e amistosa, quando, por exemplo, o aluno cria uma história, incluindo ideias que representam sua própria vida ou algo que ele conheça. Deste modo, acreditamos que a música aproxima o aluno de questões pertinentes à Geografia, indo além de uma mera descrição de conteúdos e entremeando questões pessoais com a

ciência. Por essa razão, decidimos usar esse recurso didático, que é acessível e pode ser empenhado para a construção do conhecimento.

Neste capítulo, investigamos possibilidades em que a música se encaixa, sob perspectiva cultural e voltada às aulas de Geografia. Contribuições estas que poderão ser usadas como um modelo inicial para professores da disciplina, como algo que possa se somar ao uso da análise do conteúdo. Associar a letra das músicas com poesia é uma opção, mas que vai além, incluindo a parte melódica e harmônica, superando o modelo tradicional de ensino.

Ao usarmos letras de músicas, podemos inserir um caráter mais lúdico, ou seja, pensarmos várias possibilidades no que tange aos conceitos e o desenvolvimento dos alunos. Como exemplo disso, quando emerge a palavra “agronegócio”, na letra de música, os alunos acionam o saber em torno do termo, que pode ser de produção, mas também de exclusão.

Buscamos, aqui, tratar de exemplos de aulas a ser utilizadas, não como algo completo e fechado, mas possibilidades de se empregar a música como recurso didático. Eis alguns modelos de ideias a ser trabalhadas em sala de aula: a música como algo além da explicação de conceitos, despertando múltiplas visões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faremos aqui uma rápida síntese das análises e resultados ao longo desta pesquisa da música em sala de aula. No primeiro capítulo através de levantamento bibliográfico foi possível investigar pontos-chave sobre a cultura, sempre remetendo ao recorte música na indústria cultural que é o nosso tema central de discussão. Observamos a música como peça central da indústria cultural. Ela está presente em vários momentos do cotidiano das pessoas e isso nos levou a verificar o quanto isso pode ser visto em sala de aula. O progresso tecnológico referindo-se aos recursos de ensino. A categoria lugar foi de fundamental importância para confirmarmos essas hipóteses ao passo que está ligada à identidade das pessoas.

No segundo capítulo compreendermos melhor a identidade vista com olhar crítico sobre a construção do conhecimento, nas questões sob o prisma sócio-espacial contribuir com a sugestão de letras de músicas relacionadas aos temas propostos no livro didático. Sendo assim buscamos atender os conteúdos almejados para a Geografia do ensino fundamental II com o uso do recurso didático música.

Por fim, incluímos nas discussões a Geografia crítica por considerarmos um bom ponto de partida para se pensar o ensino da disciplina. O que é esperado atualmente para se perceber no mundo que vivemos. O uso da tecnologia empregada no consumo da música, quais opções didáticas estão disponíveis para se alcançar a construção do conhecimento. Sugerimos aulas usando o recursos didático em questão, propostas iniciais para potencializar o ensino, não trazemos nada fechado, mas sim um ponto de partida para melhorar o aprendizado.

Propusemos, nesta pesquisa, investigar a música como recurso didático no ensino da Geografia, apresentando, ao longo da dissertação, o que foi possível levantar e o que não conseguimos executar no tempo proposto. No trajeto de pesquisa, é comum que haja algo além das nossas expectativas e que, muitas vezes, se torna frustrante, porém, acreditamos que houve um avanço no que tange às muitas indagações sobre o ensino-aprendizagem, com ênfase na música como referência no ensino da Geografia.

Na música há um infinito campo a ser explorado, e a nossa intenção foi trabalhar o campo das letras, a análise do conteúdo propriamente dito. Ainda com o recorte necessário, não descartamos a questão artística sonora e o campo visual dos clipes de música, que são percorridos nesta pesquisa qualitativa.

A cultura foi trazida para a discussão de forma limitada, uma vez que se trata de um grande tema e que jamais conseguiríamos abordá-la em sua plenitude. Todavia, não poderíamos deixar de pensar a cultura, tendo em vista que ela engloba a música. De forma mais clara, o recorte dado foi a indústria cultural, esta parte da cultura ligada ao mercado e, conseqüentemente, ao consumo da música, destacando as formas de acessá-la, que mudaram no decorrer do tempo. Assim, isso interessou a pesquisa, à medida que tal conjuntura mobilizou a visão do mercado, influenciando o cotidiano e a educação, de forma ampla.

Partindo da relação entre o campo tecnológico e o mercado ligado à música, objetivamos analisar o ensino da Geografia e a questão da indústria cultural, refletindo sobre a maneira que o próprio sistema capitalista influenciou o tempo ocioso do trabalhador, visto que o consumo da música foi um elemento relevante a este texto, apresentando fatores ligados diretamente ao cotidiano e à própria educação.

Dentre as categorias de análise da Geografia, a que melhor correspondeu aos nossos objetivos foi a do lugar, por estar diretamente ligada às questões de identidade, o sentimento de pertencimento ou reconhecimento, que estão próximos dos alunos, sendo possível refletirmos sobre a própria realidade quando o assunto é a música. Os significados são possíveis de ser estudados quando buscamos falar de temas que estão próximos, ou seja, quando há a identificação entre o intérprete e o ouvinte.

Após escolhermos a categoria de análise, traçamos um levantamento sobre a história da indústria fonográfica. Como já dito, ela é responsável pelo consumo de arte atualmente, bem como pelo processo de inclusão de meios digitais no decorrer do tempo, considerando as mudanças de comportamento do consumidor e, conseqüentemente, dos alunos. A produção desses aparelhos reprodutores de música modificou profundamente todo um contexto inserido no modo capitalista.

Foi a produção em série que modificou o contato do expectador com a música de uma forma geral. Se inicialmente as pessoas só podiam ouvir músicas executadas ao vivo, com a reprodução desses aparelhos, passou a ser possível consumir a música de forma nunca vista, e essa revolução vai desde a popularização da era dos discos de vinil ao *smartphone*. Assim, observamos que a velocidade com que as pessoas tinham acesso às músicas contribuiu para uma massificação, em que grandes contingentes aderiram à aquisição de música e, com isso, houve uma grande transformação cultural.

O mercado, sempre presente, estrategicamente uniformizou os gostos para vender cada vez mais, facilitando as produções, deslocando o personalizado para o generalizado. Com isso, os alunos têm contato com músicas muito parecidas e, mais do que isso, agora podem não só ouvir, mas também produzir, com o avanço da tecnologia. Desta maneira, é possível gravar uma música completa com facilidade, conforme vimos neste trabalho.

Aqui, buscamos abordar os conteúdos programáticos do livro didático respaldados pela BNCC, enfatizando os conceitos geográficos e trabalhando as diferentes habilidades possíveis dentro da sala. Essas questões passam pela formação continuada, chegando à habilidade do docente, este que não deverá ter profundo conhecimento de música, mas apresentar sensibilidade ao escolher um bom repertório, além de ter planejamento adequado para incluir esse recurso didático nas aulas. Nesse sentido, o professor deve propor a associação das canções à identidade, extraindo das letras algo que seja do dia a dia, conseguindo abordar o mundo em que vive.

Tuan é o principal autor que buscamos para entender a mediação entre os conteúdos e a categoria lugar, abarcando como as sociedades se constroem e adquirem seu significado. A música é uma grande aliada para “falar” sobre ele, por ela é possível entender a construção dos lugares que são criados, de acordo com as necessidades locais e sob a influência direta do capital. Consideramos a importância da categoria de análise para podermos classificar os elementos da ciência geográfica, identificando, além disso, cada espaço de trabalho, no caso, escolas, para a devida seleção dos recursos didáticos disponíveis.

A fenomenologia contribuiu para um resultado no que se refere à percepção correlacionada com a Geografia Humanística, que bebe nessa fonte filosófica. Por isso,

entendemos que a vivência é importante para o campo científico, não apenas os dados do material. A esse respeito, levamos em consideração o campo sensitivo que vai além do positivismo pragmático, haja vista que considera a vivência e a experiência como parte do processo de conhecimento. Ainda que pareça controverso pesquisar sobre o ponto de vista crítico e, ao mesmo tempo, humano, por se tratarem, a princípio, de olhares antagônicos, este trabalho reflete justamente sobre as multivisões que, ao nosso olhar, não são contraditórias. Detectamos que, ao nos referirmos à educação básica, é plenamente possível pensar sobre a identidade dos lugares e seus significados, sem abrir mão de uma visão crítica sobre o socioespacial, que poderá ser realçada pelo sentimento de pertencimento.

As letras de música que foram sugeridas nesta pesquisa são passíveis de analisar tanto no que tange à identidade quanto à realidade social, se pensarmos no que desejamos alcançar com o aprendizado dos alunos. Deste modo, buscamos entender qual são as habilidades que os alunos devem ter em sua faixa etária, de acordo com a BNCC.

Por mais que esta dissertação trabalhe o tema da música em sala de aula, desde o início não tivemos como propósito primeiro estudar o ensino da música, sendo assim, é a Geografia que é prioridade dos objetivos. Pensando nisso, podemos dizer que, existindo a música como pano de fundo, é possível criarmos várias situações de aprendizado, como foi sugerido no último capítulo. Um bom planejamento é capaz de obter bons resultados sem depender de haver músicos em sala, sendo que o relevante é relacionar os conteúdos ao campo musical, aumentando as possibilidades de ensino.

O ideal, como foi apresentado, é conhecer as propostas da BNCC para poder lecionar direcionando as aulas para os objetivos da Base Curricular. Propondo isso de forma consciente, acreditamos que este trabalho traz uma contribuição para alcance de resultados no ensino da Geografia. Sem que seu uso seja descompromissado, será enriquecedor termos novas propostas de trabalho para refletirmos sobre a realidade, trazendo assuntos como a injustiça social, de uma forma interativa, fazendo com que o aluno seja o protagonista de seu aprendizado.

É no último capítulo desta pesquisa que fizemos sugestões sobre aulas de Geografia na educação básica. Nessa etapa, tivemos a intenção de apontar as habilidades elencadas pela BNCC, sem nos aprofundar na Base Curricular. De qualquer modo, não é possível falarmos de ensino de Geografia sem mencioná-la, pois ela é o norte da educação básica. Levando-a em consideração, algumas ideias de aulas foram aqui colocadas para auxiliar na construção do conhecimento.

A chamada Geografia Crítica foi pesquisada a fim de refletir sobre os principais conceitos, sempre usando a música como recurso didático, com o olhar para os temas

principais da disciplina. Essa área de estudo é primordial, por se tratar de uma área que se desvinculou do que se estudava até então. Por esse motivo, fizemos um levantamento sobre alguns pesquisadores que escrevem sobre o assunto, dando o destaque para Vesentine.

Foram feitas análises de pensadores que escrevem acerca dessa linha de pensamento crítico, por exemplo, os que pensam sobre pontos entre o marxismo e a crítica socioambiental. O fato de haver o entendimento de que há professores polarizadores é que nos instigou a refletir sobre o assunto, sendo que analisamos o que é chamado de ideologia partidária e a questão da (in)justiça social, considerando o capital como sendo aquele que propaga essa desigualdade. Nem sempre é possível falar do tema, bastando olhar sem radicalismo para ver uma Geografia que se desvinculou da quantitativa e da tradicional.

Pensar sobre essas questões foi de fundamental importância, pois poderá ser o cerne da discussão em sala de aula, da mesma forma que esse entendimento surge no meio acadêmico, replicado na educação básica. Apesar de não nos esquecermos de que o objeto primeiro da pesquisa em ciência geográfica é a interação do espaço físico e o humano, traçar tais debates é relevante para refletirmos sobre a Geografia. A música condiz com essa realidade, trazendo consigo interpretações de mundo que são úteis para o aluno aprender a examinar o meio em que vive.

O que essa pesquisa nos trouxe foi uma reflexão sobre o processo de inclusão dessa Geografia, desde o terceiro grau, até chegamos ao Ensino Fundamental. Assim, sabemos que já no final dos anos 1980, uma mudança já foi percebida nos livros didáticos, se sobressaindo aos poucos. Pensarmos sobre o ensino da ciência geográfica é fundamental para sabermos aonde estamos indo, para então conhecermos a realidade da sala de aula com respaldo acadêmico.

A música, sempre presente em nossa proposta, nos possibilita acreditar que ela pode quebrar paradigmas e contribuir de forma significativa para o ensino-aprendizagem, quando pensamos, por exemplo, em transmitir ideias, tendo que escolher metodologias que tenham potencial eficácia.

Porém, não seria viável pensarmos em música sem nos referirmos aos meios que elas são transmitidas, deslocando-a dos moldes antigos, como partituras. Estaríamos reduzindo ela a um público específico, os estudantes de música. Portanto, incluímos, nesta dissertação, aspectos tecnológicos, que também são considerados recursos didáticos, levantando o quanto estão presentes nos dias atuais, a fim de compreendermos como eles podem ser úteis nas aulas de Geografia.

Percebemos que realmente há uma inclusão de meios digitais, que podem fazer uma diferença ao aplicarmos conteúdos, meios pelos quais acreditamos ser enriquecedores para o

ensino-aprendizagem. A questão maior é a metodologia, pois muitos aparelhos são utilizados como um mero momento de descontração, sendo que é imprescindível o saber geográfico se sobrepor ao tecnológico na sala de aula. Em outros termos, não é apenas saber manusear a “máquina”, mas dominar a forma de utilização, rumo ao conhecimento. A figura do professor é a que prevalece.

Ao pesquisarmos sobre os meios tecnológicos, chegamos à discrepância existente em nosso país, visto que a desigualdade social é latente. Mesmo dizendo que a música é um excelente recurso didático, não podemos esquecer que muitos estão à margem da posse desses recursos. Por isso, é primordial saber o público que estamos trabalhando, qual é a sua realidade, se só o professor utilizará aparelhos próprios, ou se a instituição escolar também os oferta e se os alunos também o possuem. Isso, com certeza, fará toda a diferença ao trabalho com a música.

Refletimos, então, sobre a popularização dos meios tecnológicos, entendendo que muitos alunos dispõem de recursos, mesmo que sejam básicos, ou seja, há aparelhos de baixo custo que podem ser usados para fins pedagógicos. Além do mais, a atual geração, chamada de “nativos digitais”, possui o que as anteriores não tinham: a mente voltada para a tecnologia.

No que tange à realidade social, acesso ou exclusão dos meios tecnológicos, observamos a presença de tais elementos no ambiente escolar, associadas a todo momento. Pensando nisso, destacamos a necessidade de desenvolvermos as habilidades de interação, dos sentidos humanos que absorvem possíveis formas de aprender. O rompimento com o método tradicional deve ser baseado na transmissão do conhecimento, com aulas expositivas que não alcançam apenas uma parcela dos alunos. Com a inclusão da música, abrimos possibilidades de interação com os conteúdos, pois percebemos que há diferentes formas de o aluno apreender os conceitos. Assim, concluímos que a música proporciona diferentes meios para se aprender.

E, por mais que existam diferentes formas de aprender, optamos por dar foco às letras, sendo que através delas podemos discutir os conceitos geográficos, o que as diferenciam do texto em si. Uma coisa é trabalhar os textos, outra é trabalhar as letras, que têm uma estrutura próxima da poesia, como um tipo de arte, complementando-se com a parte instrumental. Buscar letras que se referem aos conceitos básicos da disciplina e também do cotidiano é uma alternativa viável, na qual o aluno se sente parte do processo de ensino, identificando-se, muitas vezes, com a narrativa e, também, com o intérprete.

As sugestões apresentadas nesse percurso têm essa característica: músicas que tem uma reflexão crítica sobre a realidade, trazendo algo alternativo daquilo que os alunos já

possuem. A mídia aberta, de forma geral, não tem a pretensão de problematizar assuntos, o que vemos, por exemplo, em se tratando do agronegócio. Cabe, então, ao professor não trazer uma visão unilateral, demonstrando análises sobre o assunto, com diferentes pontos de vista.

Não pretendemos, com essas sugestões, defender alguma verdade absoluta, afinal, caberá a cada docente ter sua liberdade de cátedra. O poder do ensino é a autonomia, proporcionando a consciência de que se está fazendo o melhor trabalho, dentro de um planejamento adequado e seguindo os parâmetros gerais da educação básica. Desta maneira, o que propomos é uma ideia, impulsionando uma pequena contribuição para a arte de ensinar, um suporte àqueles que têm vontade de sair do ensino tradicional, mas que muitas vezes não conseguem, por inúmeros motivos.

A essência dessas nossas propostas está nas letras que se aproximam da poesia, salientando a forma artística. Como materiais de aula, elas poderiam ser trabalhadas de forma independente, sem necessariamente a presença de áudio, pois já faria sentido em aula, entretanto, consideramos mais produtivo utilizarmos o recurso em sua forma total. O ouvir complementa a mensagem dada pelo intérprete, somado ao tom da voz, alcançando um maior significado, por isso, concordamos que a melhor opção é analisar as letras com a parte instrumental. A intenção vocal aliada às melodias dá ênfase maior, despertando múltiplas sensações e emoções nos alunos.

Observamos que quando toca um determinado ritmo, independentemente da letra, certa reação é causada, quebrando, muitas vezes, a monotonia, e fazendo com que o discente tente se expressar, colocando-se à disposição do diálogo sobre aquilo que está sendo tocado. Através dos ritmos e melodias, incluindo a parte harmônica, é que os alunos dão mais sustentabilidade para as palavras, tendo em vista que a entonação aguça os sentidos, sendo imprevisível saber o que cada aluno sentirá com a música executada.

Reforçando sobre a importância da palavra no contexto da música, é que será possível aprofundarmos debates, salientando que neste trabalho não foi possível levantarmos dados referentes à aplicação desses debates e entrevistas, pois a pandemia da COVID-19 nos limitou nesse ponto. Pretendemos, futuramente, continuarmos a investigação, levantando dados, fazendo entrevistas, para além de propor sugestões, averiguando os resultados de forma científica. Podemos, assim, verificar se a potencialidade se confirmará, sendo que, nesse momento, deixamos aqui as propostas.

Por fim, dizemos que a música é algo surpreendente, presente desde os primórdios do nosso passado. É construindo métodos a partir dela que poderemos construir laboratórios na escola, possibilitando ambientes de debates. Desta forma, trazemos temas não restritos aos conceitos, mas ao que se relacione a eles, enriquecendo as aulas de Geografia.

Acreditamos ter contribuído no que se refere ao uso da música nas aulas de Geografia, pesquisando sobre temas correlacionados ao assunto, haja vista que o ensino necessita de contribuições para que possamos alcançar melhores resultados, não apenas números, mas, de fato, à construção coletiva do conhecimento. Unimos, diante disso, sugestões acerca do tema para evoluirmos com as propostas e pesquisas, ressaltando práticas alternativas para tentarmos acompanhar a sociedade no mundo educacional.

REFERÊNCIAS

ACÃO DIRETA. **Ciclo Vicioso**. Letras. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/acao-direta/1093107/>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

ADAS, Melhem. **Expedições geográficas**: manual do professor – 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2018.

ADORNO, THEODOR W. & HORKHEIMER, MAX. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. 1947.

ADORNO, Theodor W. **Tempo livre, Palavras e Sinais**: modelos críticos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82.

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. – Campinas, São Paulo: Papirus ME, 2001.

ASSUNÇÃO, Elaine Aparecida de Oliveira. **Poesia e música como aprimoramento da leitura no ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BANHARA, Geraldo D. **A utilização das novas tecnologias no ensino de Geografia**. Publicado em 2008. PDE - Cadernos Geografia, 2008.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **A Geografia na escola**: espaço, tempo e possibilidades, Revista de Ensino de Geografia. Uberlândia, v. 7, n. 12, p. xx, jan./jun. 2016.

BERTONI, LUCI MARA. Arte, Indústria Cultural e educação. Cafajeste. **CEDES**, Campinas, v. 21, n. 54, p. 76-81, ago. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 fev. 2020.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira, **Capital, Estado, Indústria Cultural**. 1993. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BOLOGNESI, Mário Fernando. Uma mercadoria cultural. **Trans / Form / Ação** Marília, v. 19, p. 75-86, dezembro de 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731996000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de fev. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BUTTNER, Anne. Lar, Horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade** | v.5, n.1, Verão 2015.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo**: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Local: Editora, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia e a realidade escolar contemporânea**: avanços, caminhos, alternativas. Local: Editora, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus Editora. Edição do Kindle, 2016.

CERNEV, Francine Kemmer; MALAGUTTI, Vânia Gizele. **#Escola #Música #Tecnologia**: apreciar, executar e criar utilizando as tecnologias digitais em sala de aula. Música na Educação Básica. Londrina, v. 7, n° 7/8, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 2ª ed. Salvador: Secretaria da Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHICO CÉSAR. **Reis do Agronegócio**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

CORREIA, Marcos Antônio. **Doutrinação**: a influência do pensamento gramsciano na geografia crítica escolar brasileira. Tese – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós Graduação em Geografia, Curitiba, 2015.

COSTA, Herivelto Soares da. **Da ética geocrítica à ética socioambiental**: A doutrinação no campo geográfico brasileiro e na geografia escolar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2016.

COSTA, Jean Henrique. A atualidade da discussão sobre a indústria cultural em Theodor W. Adorno. **Trans / Form / Ação**, Marília, v. 36, n. 2, pág. 135-154, agosto de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 fev. 2020.

DI MAIO, Angélica Carvalho; SETZER, Alberto W. Educação, Geografia e o desafio de novas tecnologias. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 24, n. 2, p. 211-241, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872011000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 de set. 2020.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 2,4 MB; e-book.

DOZENA, Alessandro. **Geografia e Música**: Diálogos. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2016.

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. **A música a construção do conhecimento histórico em aula**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCIONI, Paulo. **As tecnologias digitais e virtuais e a emancipação do conhecimento**. Universidade Tuiuti, Araucária/PR, 2017.

FARIA, Marcelo Oliveira de. **Em busca de uma epistemologia de Geografia escolar: a transposição didática**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o lugar: três abordagens. **Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. Vol. 22 – Nº 1. 2002.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. 7ª ed. - São Paulo. Contexto, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUINI, Lucas Labigalini et al. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES**. , Águas de Lindóia: Anais 2. Congresso Nacional de Professores 12. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 11169-11182. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/141722>>. Acesso em 20 de abr. 2021.

GAROTOS PODRES. **A Internacional**, composição: Eugêne Pottier. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/garotos-podres/205354/>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

GUIMARÃES, Iara Vieira (Organização). **Espaço, tempo e cultura midiática na escola**: Propostas para o ensino de Geografia. Curitiba: CRV, 2016.

HARVEY. David. O espaço como palavra chave. **Revista de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. 2015.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. . In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 169-214.

INOCENTES. **A cidade não para**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/inocentes/158420/>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

INOCENTES. **Intolerância**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/inocentes/259044/>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

INOCENTES. **O homem negro**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/inocentes/1611755/>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

LEÃO, Vicente de Paula. **Ensino de geografia e mídia: linguagens e práticas pedagógicas**. 2ª ed. Belo Horizonte, MG. Fino Traço, 2012.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O lugar e a construção da identidade: os significados construídos por professores de Geografia do ensino fundamental**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Campinas; SP. Ed. Papirus, 1990.

MAIA, A. F. Art, technique and the cultural industry. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.4 , n.6, 2000.

MALANSKI, Lawrence Mayer. Geografia Humanista: PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO ESPACIAL. **Revista Geográfica de América Central**. 2014.

MANTOVANI, Ana Margô; SANTOS, Bettina Steren dos. Aplicação das tecnologias digitais virtuais no contexto psicopedagógico. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 87, p. 293-305, 2011.

MARANDOLA, Eduardo Jr. Natureza e sociedade: em busca de uma Geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v.7, n.1, 2017.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski. **Os desafios do processo formativo do professor de Geografia** – Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas**, 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MIRANDA, Sérgio Luiz. Geografia Crítica e Geografia escolar: Novas Buscas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MORAGAS, Rosana Alves Ribas. **O (re) significar o lugar no ensino de Geografia em Goiás: por meio da poesia de Cora Coralina**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço capital**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MUNIZ, Alexsandra. A música nas aulas de Geografia. **Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia**, v. 3, n. 4, p. 80-94, jan./jun. 2012.

PANITZ, Lucas Manassi. **Redes musicais e [re] composições territoriais no Prata: por uma Geografia da Música em contextos multilocalizados**. – Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. **Geografia Fenomenológica: espaço e percepção**. Caminhos de Geografia. 2010.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 23ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2004.

PINTO, José Paulo Guedes. **No ritmo do capital**: indústria fonográfica e subsunção do trabalho criativo antes e depois do mp3. Tese (Doutorado em Economia) Universidade de São Paulo – São Paulo, 2011.

SANTOS, Fábio Maurício Fonseca et al. Educação e tecnologias: Potencialidades e implicações contemporâneas na aprendizagem. **Revista Científica da FASETE**, 2018.

SILVA, Alexsander Batista e. **A Geografia do espaço Escolar**. Jovem-aluno, práticas espaciais e aprendizagem geográfica. Tese (Doutorado) – IESA/UFG, 2016.

SILVA, Eluana Carvalho da. **A geograficidade dos alunos da EJA percebida da música como representação do lugar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (orgs). **Tecnologias digitais na educação**. SciELO – EDUEPB: Edição do Kindle, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência; tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENTE, J. Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador. Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias” - **Programa Salto para o Futuro**, Setembro, 2003.

VESENTINI, Jose William. **Ensaio de Geografia Crítica**: História, epistemologia e (geo)política. Plêiade: Edição do Kindle, 2016.

ZUIN, ANTÔNIO ÁLVARO SOARES. Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural. Cafajeste. **CEDES**, Campinas, v. 21, n. 54, pág. 9-18, agosto de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 6 fev. 2020.